



CATÓLICA
ESCOLA DAS ARTES

PORTO

FINANCIAMENTO PÚBLICO NAS ARTES
PERFORMATIVAS EM PORTUGAL: ANÁLISE DA
EVOLUÇÃO NA REGIÃO NORTE (2011-2023) E
PERSPETIVAS FUTURAS

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa
para obtenção do grau de Mestre em Gestão de Indústrias Criativas

Camila Salomé Cordeiro Menino

Porto, junho de 2024



CATÓLICA
ESCOLA DAS ARTES

PORTO

FINANCIAMENTO PÚBLICO NAS ARTES PERFORMATIVAS EM PORTUGAL: ANÁLISE DA EVOLUÇÃO NA REGIÃO NORTE (2011-2023) E PERSPETIVAS FUTURAS

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa
para obtenção do grau de Mestre em Gestão de Indústrias Criativas

Camila Salomé Cordeiro Menino

Trabalho efetuado sob a orientação de

Laura Castro

Porto, junho de 2024

Agradecimentos

À Professora Laura Castro, por todo o espaço, ajuda e atenção às minhas inquietações;

Ao meu pai, pelo inconformismo constante, por viver o meu mundo mais do que o dele.
Pela empatia invejável, pelo deslumbre e inquietação;

À minha mãe, pela resiliência de anos. Pelo espaço ao crescimento, pelo lembrete constante ao descanso, pelo orgulho desmedido;

Aos tios, São e João, por tornarem a vida mais leve, por rirem, por cuidarem, por questionarem;

Aos avós, aos tios Zeca e Tó pela curiosidade e preocupação assídua;

Ao Manel, por pensar o mundo comigo. Por ser o primeiro, sempre;

Ao Zé, pelos cafés e constantes porquês. Pelo sorriso fácil e os bons-dias mais queridos;

À Interferência, pelo espaço inquieto e livre. Por ser a Casa e o sonho;

Ao Vasco e Marlene, pelas horas no tapete com os legos, a dançar Bem Bonda;

À Rita, pelo olho atento, pela atenção ao detalhe, por estar sempre na primeira fila;

À Cátia, por ser a amiga das infinitas questões-sem-resposta, pelo caos que sabe a calma;

À Catarina, por calar o mundo em hora de ponta;

À Laurinha, pelas horas de devaneio;

Aos, sempre presentes, Patrícia, Raquel, Luís, Bárbara, Filipe, Inês, Francisco, Joana e João.

A toda a restante família, amigos, professores e parceiros de profissão;

A todos aqueles que, de alguma forma, me inquietaram.

Resumo

Esta dissertação investiga o financiamento público às artes performativas em Portugal, com um foco especial na região Norte, analisando as mudanças nas políticas culturais e a atuação da Direção-Geral das Artes (DGArtes) entre 2011 e 2023. Contextualiza-se historicamente o papel do Estado no apoio às artes e a transição para um modelo de financiamento mais inclusivo e adaptado às necessidades contemporâneas do setor artístico e criativo.

A problemática central da investigação reside na avaliação dos critérios de seleção e distribuição dos apoios, bem como nas consequências destas políticas para as estruturas artísticas e para a região Norte. A pesquisa identificou uma dualidade problemática: a renovação deficitária das entidades apoiadas e as assimetrias geográficas na alocação dos recursos. Fundamentada em dados quantitativos dos programas de apoio e documentos legislativos fornecidos pela DGArtes e pelo Governo de Portugal, a investigação esclarece o comportamento do financiamento público no período estudado, as suas políticas e as consequências.

Os resultados indicam que, apesar do aumento do investimento e da inclusão de novas entidades, a concentração dos apoios na Área Metropolitana do Porto persiste, em detrimento de outras sub-regiões. Esta centralização limita a diversidade e inovação no setor, sugerindo a necessidade de uma reformulação das políticas de financiamento. Recomenda-se, assim, a implementação de critérios de avaliação que valorizem o impacto real dos projetos, promovendo uma distribuição mais equitativa e inclusiva de recursos. Conclui-se que um modelo de financiamento mais justo e equilibrado é essencial para o desenvolvimento sustentável das artes performativas, em Portugal.

Palavras Chave: Financiamento público, artes performativas, políticas culturais, região Norte, Direção-Geral das Artes

Abstract

This dissertation examines the public funding for performing arts in Portugal, with a special focus on the North. It analyzes changes in cultural policies and the role of the Directorate-General for the Arts (DGArtes) between 2011 and 2023. It contextualizes the role of the State in supporting the arts, and the transition to a more inclusive funding model adapted to the current needs of the artistic and creative sector.

The main issue of the research lies in evaluating the criteria of the funding, alongside the consequences of these policies for artistic institutions and the North. The research found a dual problem: the insufficient renewal of supported institutions and the geographic asymmetries in resource allocation. The analysis, based on quantitative data from support programs and legislative documents provided by DGArtes and the Government of Portugal, clarifies the behavior of public funding, its policies and their consequences, between 2011 and 2023.

The results indicate that, despite increased investment and the inclusion of new institutions, the support concentrates in the Metropolitan Area of Porto to the detriment of other sub-regions. This constrains diversity and innovation, which suggests the need for a recasting of funding policies. This work recommends implementing evaluation criteria that prize the true impact of projects, promoting a more equitable and inclusive distribution of resources. It is concluded that a fairer and more balanced funding model is essential for the sustainability of the performing arts in Portugal.

Keywords: Public funding, performing arts, cultural policies, Northern region, Directorate-General for the Arts

Índice

Índice.....	vii
Índice de Gráficos	viii
Índice de Quadros	viii
Índice de Figuras.....	viii
1. Introdução	1
1.1 Contextualização da escolha e apresentação do tema	1
1.2 Objetivos e questões de investigação	2
1.3 Estrutura da dissertação	3
2 Metodologia	5
2.1 Abordagem mista, qualitativa e quantitativa	5
2.2 Revisão da Produção Académica	7
3 Contextualização Histórica e Institucional.....	9
3.1 Nota histórica das artes performativas e o financiamento	9
3.2 Papel e evolução da Direção-Geral das Artes	10
3.3 Panorama das políticas culturais de financiamento	11
4 Programas de Financiamento 2011 – 2023	17
4.1 Evolução dos Programas de Financiamento (2011-2023).....	17
4.1.1 2011 – 2015.....	18
4.1.2 2015 – 2019.....	20
4.1.3 2019 – 2023.....	21
4.2 Avaliação de Critérios e Processos de Seleção	23
5 Levantamento e Análise de Resultados dos Apoios	28
5.1 Análise detalhada dos resultados dos apoios na região Norte.....	28
5.2 Distribuição geográfica e impacto na região norte.....	34
6 Reflexão Crítica e Perspetivas de Futuro	40
6.1 Renovação de Entidades.....	41
6.2 Distribuição Geográfica	47
6.3 Perspetivas de Futuro – Quadro Síntese.....	53
7 Conclusão	54
Legislação.....	56
Fontes	56
Bibliografia	57
Apêndices	60

A - Entidades Apoiadas DGArtes 2011-2023, Artes Performativas, zona Norte	60
B – Entidades Apoiadas: Total VS Zona Norte, Artes Performativas	75
C – Distribuição dos Apoios por NUTS III.....	76

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Montantes dos Apoios atribuídos pela DGArtes 2011-2023.....	15
Gráfico 2 - Entidades Beneficiárias de Apoio Quadrienal, 2011 – 2023	28
Gráfico 3 - Entidades Beneficiárias de Apoio Bienal, 2011 – 2023.....	30
Gráfico 4 - Entidades Beneficiárias de Apoio Anual, Pontual e Apoio a Projetos, 2011 – 2023.....	32
Gráfico 5 - Entidades Beneficiárias de Apoios Extraordinários, 2011 – 2023.....	34
Gráfico 6 - Distribuição por NUTS III das modalidades de apoio sustentado quadrienal, 2011 – 2023 ..	36
Gráfico 7 - Distribuição por NUTS III das modalidades de apoio sustentado bienal, 2011 – 2023	37
Gráfico 8 - Distribuição por NUTS III das modalidades de apoio sustentado extraordinário, 2011 – 2023	38

Índice de Quadros

Quadro 1 - Regime de Apoio às Artes, estabelecido pelo Decreto-Lei nº 225/2006, de 13 de novembro	14
Quadro 2 - Modalidades de Apoio às Artes da DGArtes, 2011 – 2015	19
Quadro 3 - Modalidades de Apoio às Artes da DGArtes, 2016 - 2019	21
Quadro 4 - Modalidades de Apoio às Artes da DGArtes, 2020 - 2023	22
Quadro 5 – Quadro Síntese de Perspetivas Futuras.....	53

Índice de Figuras

Figura 1 - NUTS III, Mapa da Região Norte.....	35
--	----

1. Introdução

1.1 Contextualização da escolha e apresentação do tema

Desde muito cedo, a música – com o trompete e a composição musical –, impôs-se como eixo central do meu percurso académico. Esta base académica, aliada à atividade enquanto trabalhadora independente, cimentou uma íntima ligação com a criação artística contemporânea, percurso marcado por contribuições em projetos que abarcaram desde o teatro até ao cinema, e que se revelaram determinantes no contorno do meu percurso profissional.

Porém, o impulso para desenvolver esta dissertação emergiu do confronto com as complexidades e repercussões suscitadas pelos resultados do Programa de Apoio Sustentado às Artes 2023-2026, em colaboração com a Interferência - Associação de Intervenção na Prática Artística¹, que me aproximou do tema que me proponho analisar. A Interferência é um coletivo de artistas ligados à composição e pedagogia musical, do Porto, criado em 2016, comprometido com a criação e formação na nova música, que procura ultrapassar os limites da perceção e do gosto musical entre diversos públicos, empregando a narrativa clara como meio de intervenção social – política pela qual oriento a minha atividade artística. Na Interferência, a minha função ultrapassou a esfera criativa, abarcando também a gestão e a produção executiva.

Desta forma, e envolta, portanto, no movimento associativo em torno da criação artística musical multidisciplinar, tenho cultivado uma relação estreita com a necessidade e pertinência do acesso a financiamentos públicos. Esta proximidade, aliada à inquietação pessoal relativamente ao tema, tem-me permitido construir uma consciência da realidade, fragilidades, desafios e obstáculos associados ao seu acesso, no campo das artes performativas – desafios que não afetam apenas a atividade das estruturas artísticas concorrentes, mas que têm, também, implicações significativas no desenvolvimento das regiões que as acolhem.

Embora a motivação para a realização deste trabalho tenha origem numa experiência pessoal e profissional, assume-se, como meu propósito essencial, a adesão rigorosa a uma metodologia científica que garanta a imparcialidade e a objetividade da análise. Pretende-se assegurar que os resultados obtidos reflitam uma realidade sólida, alheia às circunstâncias que inspiraram a sua conceção. Assim, ambiciono que este estudo contribua de forma válida e

¹ <https://interferencia.pt/>

fidedigna para o conhecimento já existente, observando os princípios de rigor e neutralidade que orientam a investigação científica.

Pode problematizar-se, portanto, a relação intrínseca entre a criação artística e o financiamento público, e questionar as decisões centralizadas no campo das políticas culturais.

Tendo em consideração as diferentes circunstâncias sociais e políticas da última década, interessou posicionar esta análise entre 2011 e 2023 – período que atravessou o retorno da área governativa da Cultura a Secretaria de Estado, a reconstituição do Ministério da Cultura, a crise pandémica do COVID-19, e a recente polémica relativa ao Programa de Apoio Sustentado às Artes 2023-2026 e ao Programa de Apoio a Projetos 2022 da Direção-Geral das Artes (DGArtes).

1.2 Objetivos e questões de investigação

Não esquecendo que cada linha de financiamento espelha, indubitavelmente, um conjunto de políticas públicas para a cultura, nas diferentes regiões, e que estas estão, em Portugal, em processo de constantes mutações e reconfigurações (Costa, 1997: 6), pretende-se o diagnóstico de projetos apoiados na zona Norte do país – numa análise que agrega a trajetória do financiamento, desde a formulação e submissão das candidaturas até à concretização efetiva dos projetos e à reflexão sobre os seus efeitos.

Neste âmbito, formularam-se as seguintes questões de investigação:

- Que critérios levaram ao modelo de avaliação vigente e como se caracteriza este?
- Que consequências para as estruturas de criação e para a região norte teve a aplicação deste modelo?
- Que outras abordagens ou métodos de avaliação poderiam ser considerados?

Esta investigação pretende, portanto, dar cumprimento aos seguintes objetivos:

1. Analisar linhas de financiamento públicas do Ministério da Cultura – com foco nos programas de Apoio a Projetos e Apoio Sustentado da DGArtes, no domínio de Criação e Programação para a área artística das Artes Performativas;
2. Conhecer as alterações ocorridas nas linhas de financiamento ao longo do período de 2011 a 2023;
3. Caracterizar o modelo de financiamento e os seus critérios, baseado na distribuição das verbas com base no mérito reconhecido às propostas de projeto;
4. Explorar um modelo diferente baseado na avaliação daquilo que são, efetivamente, os projetos concretizados;
5. Contribuir para a reflexão sobre as políticas de financiamento para a cultura e para a sua melhoria.

Projeta-se, portanto, um desafio ao *status quo*: uma reflexão crítica acerca dos dados recolhidos e uma compilação de propostas para o futuro, consciente da posição sociopolítica que esta análise abarca.

1.3 Estrutura da dissertação

Com o objetivo de estabelecer o fundamento teórico e prático para a investigação que permita uma abordagem estruturada e coerente na análise proposta, a definição da metodologia, no início deste estudo – e detalhada no segundo capítulo – adota uma abordagem mista, combinando análises quantitativas e qualitativas, apoiadas pela revisão bibliográfica relativa às políticas culturais, aos apoios públicos e à presença da cultura na sociedade. Foi também incluído um breve levantamento e descrição da produção académica relacionada com o tema, que serviu de suporte inicial para a investigação.

Tendo em conta os objetivos anteriormente descritos, torna-se pertinente estabelecer um contexto inicial sobre as artes performativas e o seu financiamento, considerando a legislação portuguesa e as suas transformações, ao longo dos anos. Esta análise histórica – que corresponde ao terceiro capítulo – conduz ao exame da Direção-Geral das Artes, entidade que emerge como

fulcral na administração e suporte cultural, cujas linhas de financiamento são um espelho das políticas culturais vigentes.

Explora-se, de seguida, a génese e a evolução destas políticas, os seus conceitos fundamentais e a sua execução prática, perscrutando o estado atual das mesmas. Os capítulos centrais do trabalho, quarto e quinto capítulos, residem no levantamento dos programas de financiamento da DGArtes, no intervalo temporal proposto, considerando a metodologia para recolha e análise descrita, no segundo capítulo. Prossegue-se com a análise detalhada dos apoios concedidos e a avaliação dos resultados desses financiamentos, com foco na região Norte de Portugal, contemplando a distribuição regional por NUTS III.

Projeta-se, por fim, no sexto capítulo, uma fase de reflexão crítica, contemplando a discussão sobre a adequação dos critérios de seleção e as repercussões das decisões de financiamento, na procura por novos contributos para uma análise das políticas culturais em Portugal.

2 Metodologia

2.1 Abordagem mista, qualitativa e quantitativa

Com os objetivos gerais desta dissertação definidos, estabelece-se como imperativo delinear as balizas da pesquisa, que levaram ao foco no Apoio às Artes da DGArtes, especificamente no domínio da Criação e Programação, às Artes Performativas, na zona Norte de Portugal, e no período compreendido entre 2011 e 2023. Esta decisão está enraizada na minha proximidade com esta realidade, enquanto artista, reforçada pela intenção em compreender e questionar as dinâmicas do financiamento público e das políticas culturais, nos últimos anos – considerando que, apesar das mudanças nas políticas, o financiamento público na cultura permaneceu como assunto significativo (Henriques, 2002; Neves et al. 2017).

Dado que os objetivos propostos exigem tanto a análise de dados numéricos quanto a compreensão de contextos e conceitos, perceções e interpretações qualitativas, optar-se-á por uma abordagem metodológica mista, integrando análises quantitativas e qualitativas, apoiadas numa recolha bibliográfica que inclui artigos, dissertações, estudos, relatórios e documentação legislativa. O espectro temático centra-se nas políticas culturais, nos apoios públicos, e na influência persistente da cultura na sociedade e na esfera política.

A abordagem quantitativa foca-se na recolha e análise de dados estatísticos referentes aos programas de apoio às artes performativas, visando identificar padrões e tendências na distribuição de fundos. Segundo Knechtel (2014), a investigação quantitativa sustentou o pensamento científico até meados do século XX, caracterizando-se pela neutralidade do investigador na análise da realidade – fator que se reflete nesta dissertação, visto tratar uma temática ligada à minha realidade profissional, necessitando de ser corroborada por dados concretos.

Esta análise será organizada por ciclos governativos – 2011 a 2015, 2015 a 2019, e 2019 até 2023 – e apoiada na documentação fornecida pela DGArtes, incluindo o Manual do Candidato, formulários de candidatura, Planos e Relatórios Anuais de Atividades, Boletins Trimestrais e legislação relevante. Para cada ano, contabiliza-se, primeiramente, o número total de entidades apoiadas nacionalmente em cada vertente de apoio. Filtra-se, depois, o nome das entidades concorrentes na Zona Norte, dedicadas exclusivamente às artes performativas – teatro, dança e música. A cada uma delas, regista-se igualmente o montante concedido. Com estas tabelas

organizadas, procede-se à comparação de números entre o total nacional e o total de entidades apoiadas na zona e domínios em estudo, estruturada por ciclos de apoio, cronologicamente. Desta maneira, é possível perceber a evolução tanto em números gerais como no caso em estudo, permitindo, também, o desenho do número de entidades que transitam de ciclo para ciclo de apoio. Finalmente, organiza-se e quantifica-se as estruturas apoiadas conforme as NUTS III, permitindo uma análise, em números, da distribuição geográfica dos apoios concedidos à Zona Norte. Este levantamento reside nos resultados apenas nas vertentes de Criação e Programação, excluindo, assim, os domínios de Internacionalização e Edição, exceto nos anos que os concursos agregam mais do que uma vertente – por exemplo, Criação e Edição, que surgem, muitas vezes, num único domínio.

Ainda que no âmbito das minhas reflexões, ressalto o desafio inerente a esta recolha de dados, marcada pela informação dispersa, apresentada de formas diversas e de acesso pouco imediato. Tal circunstância exigiu, em alguns dos anos em análise, uma atenção minuciosa, frequentemente propensa a erros. Por exemplo, em alguns anos, a referência à Área Artística estava presente, enquanto em outros não; alguns documentos incluíam dados geográficos, outros omitiam; e os formatos variam entre Boletins Trimestrais, Tabelas e Relatórios de Atividades com parâmetros distintos. Embora se compreenda que tais variações decorram da análise de um amplo intervalo temporal, atravessado por diversas mudanças tecnológicas e de gestão de dados, torna-se pertinente considerar, para o futuro, uma uniformização dos critérios de apresentação dos apoios concedidos pela DGArtes.

A abordagem qualitativa complementa a quantitativa através da revisão de literatura e da análise documental. Suportando esta afirmação, Minayo (2009) refere:

“[...] a pesquisa qualitativa responde a questões referentes a um conjunto de fenômenos humanos entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes” (Minayo, 2009, p. 21)

Complementarmente, a análise qualitativa permite explorar as perceções e experiências das entidades artísticas, bem como o contexto histórico e institucional das políticas culturais em Portugal, incluindo a interpretação de textos legislativos, relatórios e estudos pré-existentes, como os de Pereira (2017), Santos e Moreira (2013) e Borges e Lima (2014).

A escolha desta metodologia mista é sustentada por vários autores que destacam a importância de integrar abordagens quantitativas e qualitativas com o objetivo de enriquecer a investigação, tornando-a mais ampla e fundamentada, além de permitir uma perspetiva de essência e não de hierarquia. Dados quantitativos, sejam eles tabelas, indicadores ou gráficos, mesmo que precisos, requerem interpretações e argumentos para terem significado (Minayo, 2009; Gatti, 2004). Esta integração permite, assim, que os resultados obtidos reflitam uma realidade sólida e abrangente, contribuindo para uma análise mais rica e fundamentada das políticas de financiamento às artes performativas na região Norte de Portugal.

2.2 Revisão da Produção Académica

Uma das preocupações iniciais passou por conhecer a produção académica que, de algum modo, se aproximasse da temática proposta, principalmente em relação às políticas culturais e ao financiamento público das artes, em Portugal. Esta etapa revelou-se fundamental para contextualizar esta investigação e identificar fontes relevantes, especialmente no que diz respeito à legislação e às políticas culturais e à forma como estas se conjugam e atuam. Apresenta-se, seguidamente, uma síntese desta recolha inicial, com as principais dissertações e estudos relacionados que, embora com objetivos distintos desta investigação, foi importante mapear.

Pereira (2017) destacou diferentes fases das políticas de financiamento público às artes em Portugal, analisando mudanças sociais e políticas ocorridas ao longo das décadas, incluindo a entrada na União Europeia e a crise internacional de 2008. Este estudo enfatiza a evolução legislativa, desde uma fase de intensa produção legislativa até um período de estagnação, culminando na adoção de um novo modelo de apoio às artes, em 2017. Dado que esta mudança é abrangida por esta dissertação, o trabalho de Pereira revela-se útil para fornecer uma linha temporal das políticas culturais, permitindo situar a investigação num contexto histórico mais amplo.

Leite (2018), com a dissertação intitulada "*As Políticas Públicas da Cultura em Portugal (1995-2015): Análise das Posições Ideológicas do PS e do PSD*", aprofundou a análise das políticas culturais em Portugal através das perspetivas ideológicas do Partido Socialista e do Partido Social Democrata, entre 1995 e 2015. Revelou a influência da ideologia na formulação das políticas culturais, impactada por fatores externos como a globalização e a crise financeira

internacional, análise relevante para refletir sobre a distribuição de verbas associadas aos financiamentos estudados neste período, bem como para entender as influências ideológicas na formulação de políticas.

Costa (2021) comparou as políticas culturais dos governos de 2015-2019 e 2019-2023 em Portugal, destacando diferenças como a promoção da cultura como dimensão estratégica, a atenção à internacionalização cultural e o reconhecimento das tendências digitais e das indústrias criativas, bases essas fundamentais para as políticas culturais na década de 2020-2030, e pertinentes para desenhar um contexto atual para esta análise.

Vilaça (2022), na dissertação intitulada "*A Bienal Internacional de Arte de Gaia (BIAG): Situação atual e contributos para o seu desenvolvimento*", apresentada à Universidade Católica Portuguesa, analisou – num capítulo dedicado – as políticas públicas de incentivo à cultura e a situação específica da Bienal Internacional de Arte de Gaia (BIAG), recolha que permite compreender a aplicação prática das políticas de incentivo à cultura, neste caso de impacto regional, em eventos de grande dimensão e relevância.

Quelhas (2019), na dissertação intitulada "*O Setor Cultural Público em Portugal: Sistemas de Incentivo à Criação e Difusão*", realizada no âmbito da Direção Regional de Cultura do Norte, foi útil para conhecer o contexto de atuação da cultura na região Norte que, embora relacionado com o tema desta dissertação, não serve diretamente para os conteúdos específicos, mas sim para facilitar a compreensão acerca da organização e os sistemas de incentivo cultural, na região.

3 Contextualização Histórica e Institucional

3.1 Nota histórica das artes performativas e o financiamento

Expresso na Constituição da República Portuguesa de 2005, o compromisso de garantir a "democratização da cultura, incentivando e assegurando o acesso de todos os cidadãos à fruição e criação cultural," (Artigo 73º, Capítulo III), Portugal – seguindo o modelo europeu continental de políticas culturais (Nogare & Bertacchini, 2015) – tem mantido um compromisso ativo com o apoio às artes e à cultura, essencialmente pelas linhas de financiamento às atividades artísticas.

Ao longo do século XX, até 1974, Portugal esteve sob o regime do Estado Novo, uma ditadura que, desde 1926, impôs severas restrições à liberdade de expressão e à criatividade. Este regime promoveu um nacionalismo de matriz imperialista e uma cultura fortemente influenciada por ideais conservadores, onde as expressões culturais eram controladas pelo Estado, que utilizava a censura e outras formas de repressão para garantir que apenas as narrativas aprovadas pelo regime fossem divulgadas (Santos, 2008: 292). Após o término da ditadura, em 1974, e com Portugal a testemunhar profundas mudanças sociais, culturais e políticas, a democratização do país trouxe uma nova página na liberdade de expressão e, consequentemente, na diversidade cultural, refletida também nas políticas e nas práticas governamentais. Neste contexto das tensões entre a democratização e a excelência cultural, a preocupação com o desenvolvimento do público foi aumentando, refletindo-se nas crescentes tensões entre visões mais elitistas e mais populistas da arte e das instituições artísticas, exigindo uma abordagem equilibrada nas políticas de financiamento (Alexander & Bowler, 2014: 33).

Reconhecer o valor social, económico e sobretudo político das artes envolve integrá-las, de maneira significativa, nos planos de governo e nos orçamentos estatais, como elementos fundamentais de uma estratégia governamental que abranja o apoio financeiro. Nesta linha, a cultura beneficiou, pela primeira vez, de um Ministério para o setor em 1983, no IX Governo Constitucional, que acabou por ser dissolvido dois anos depois, dada a escassez orçamental. A cultura regressa, assim, à integração no Ministério da Educação e da Cultura.

Volta, em 1995, à tutela do Ministério da Cultura, onde, segundo o programa do Governo:

“O Estado não pode nem deve monopolizar a vida cultural, e tem, pelo contrário, a estrita obrigação de respeitar, viabilizar e estimular a multiplicidade e a

variedade das iniciativas culturais surgidas no seio da sociedade civil.”
(Programa do XIII Governo Constitucional)²

Este compromisso renovado com a cultura e com as artes, refletindo a progressão das políticas culturais portuguesas, preparou o terreno para uma evolução na prática e criação artística, bem como na terminologia a elas associada.

Adotado recentemente no contexto cultural português, o termo “Artes Performativas” substitui anteriores nomenclaturas como “Artes Cénicas” – outrora aplicada somente ao teatro, distinguindo-o dos domínios da música e da dança (Decreto-Lei n.º 106-B/92; Decreto-Lei n.º 6/94) – e a evolução para “Artes do Espetáculo”, em 1998 (Decreto-Lei n.º 149/98), integrando diferentes formas artísticas sob um único espectro e abrangendo domínios como o teatro, a dança, a música, e outras formas de arte que se caracterizam pela performance ao vivo, em interação direta com um público.³ A transição para “Artes Performativas” (Portaria n.º 1395/2004) destaca a pertinência de políticas de financiamento adaptáveis e sensíveis à natureza dinâmica destas artes, que frequentemente desafiam classificações tradicionais estanques e promovem a interação entre diferentes disciplinas artísticas.

Esta transição lexical não só reflete as mudanças na perceção artística, mas também implica uma necessidade de políticas de financiamento que estejam alinhadas com a contemporaneidade e diversidade cultural de Portugal.

3.2 Papel e evolução da Direção-Geral das Artes

Em 2008, através da alteração feita pelo Decreto-Lei nº 196/2008, de 6 de outubro, os apoios concedidos pelo Ministério da Cultura passam a ser concedidos pela DGArtes – órgão crucial do governo para a cultura –, introduzida como instrumento de administração direta do Estado. Este decreto resulta da identificação de problemas que levaram à revisão do regime em vigor na época, incluindo os critérios de acesso distintos para diferentes áreas, a simplificação

²<https://www.historico.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais/gc13/programa-do-governo/programa-do-xiii-governo-constitucional.aspx> (Consultado a 12/03/2024)

³ UNESCO. (s.d.). *Performing arts (such as traditional music, dance and theatre)*. UNESCO Intangible Cultural Heritage. <https://ich.unesco.org/en/performing-arts-00054> Consultado a 17/02/2024

excessiva do sistema e a complexidade associada ao conceito de "região com menor índice de oferta cultural" (Pereira, 2017: 30).

Como missão, a DGArtes propõe-se coordenar e executar políticas de apoio às artes, através da dinamização de parcerias institucionais e da promoção de políticas que garantam a universalidade da fruição cultural, bem como da liberdade e qualificação da criação artística, posicionando-se como o garante de estabilidade, consolidação e renovação do tecido artístico profissional português.⁴

Perante este cenário de mudanças e reestruturações, a DGArtes desempenhou um papel fundamental na implementação destes objetivos, especialmente no que diz respeito ao apoio às artes performativas e outras formas de expressão artística. A sua atuação é decisiva na gestão do financiamento às artes, na promoção e na sustentação do setor cultural em Portugal, adaptando-se às novas realidades e necessidades impostas pelas mudanças políticas, sociais e económicas.

No Plano de Atividades da instituição, de 2022, pode ler-se:

“A DGARTES é um serviço integrado da administração central direta do Estado, dotado de autonomia administrativa, cuja orgânica foi aprovada pelo Decreto-Regulamentar n.º 35/2012, de 27 de março. A missão do serviço, tal como consagrada no n.º 1 do artigo 2º do referido diploma, consiste na coordenação e execução das políticas de apoio às artes, promovendo e qualificando a criação artística e garantindo a universalidade da sua fruição.”

3.3 Panorama das políticas culturais de financiamento

Todas estas mudanças acompanharam também a entrada e integração de Portugal na União Europeia, em 1986, influenciando as políticas culturais – através, por exemplo, de guias estratégicos que promoveram a diversidade cultural, a criatividade e a cooperação entre os Estados-membros como a Agenda Europeia da Cultura de 2007⁵, ou programas de financiamento

⁴ Relatório Final Comissão Técnica do PRACE (2006) V Micro-Estruturas, 15- MC, Ministério da Cultura.

⁵ A Agenda Europeia da Cultura de 2007 visou intensificar a cooperação cultural na União Europeia em resposta aos desafios da globalização. A agenda focou-se em três prioridades principais: promoção da diversidade cultural e do diálogo intercultural, estímulo da criatividade no contexto da Estratégia de Lisboa para o crescimento e emprego, e reconhecimento da cultura como elemento vital nas relações internacionais da UE. Estas iniciativas foram apoiadas por mecanismos de cooperação entre os países da UE e envolveram a sociedade civil e outras partes interessadas (União Europeia, s.d.).

européu, como o Programa Europa Criativa⁶ – que se revelaram como um foco crescente na identidade nacional e na preservação do património cultural. A descentralização e democratização da cultura⁷ tornaram-se preocupações centrais, culminando em investimentos substanciais em infraestruturas culturais e na distribuição de fundos para autarquias locais e criadores independentes – presentes nos programas governamentais já mencionados.

O ano de 2011 surge como um marco decisivo nas políticas culturais em Portugal, assinalando o início de uma fase de reestruturações e adaptações, quer no âmbito legislativo como no financiamento e gestão cultural, em resposta aos desafios impostos pela crise financeira global de 2008. O Ministério da Cultura recebeu 215,5 milhões de euros, o que representou 0,4% do orçamento total da Administração Central. Este valor já indicava uma redução de 8,8% em relação ao orçamento de 2010.

O governo de Pedro Passos Coelho (Partido Social Democrata), perante os desafios dessa crise, dissolveu, nesta altura, o Ministério da Cultura como parte do Plano de Redução e Melhoria da Administração Central (PREMAC), que espelhava a reestruturação dos ministérios e gestão dos recursos públicos e que, naturalmente, exigiu reajustes no financiamento alocado à cultura, em Portugal. Com a passagem a Secretaria de Estado da Cultura, esta foi alocada com 167,1 milhões de euros, marcando uma redução de 22% em comparação com o orçamento inicial de 2011 – sequência de cortes que reflete as mudanças nas prioridades de financiamento do governo para o setor cultural, durante este período⁸ – embora se reconheça, no Programa deste Governo, “o valor económico do sector criativo e cultural, inovador por excelência, constituindo o trabalho dos criadores um fator fundamental para a definição da identidade contemporânea de Portugal, para a reflexão sobre a sociedade na qual vivemos e para a construção da sua modernidade.” (Programa do XIX Governo Constitucional).

⁶ O Programa Europa Criativa é uma iniciativa da União Europeia destinada a apoiar os setores cultural e criativo. O programa promove a diversidade cultural e linguística, incentiva a circulação transnacional de obras culturais e criativas, e reforça a competitividade destes setores. Estrutura-se em três vertentes principais: Cultura, MEDIA (audiovisual) e uma vertente transversal que apoia ações intersectoriais. (União Europeia, s.d.)

⁷ Consolidado nos anos 1950, o conceito refere-se ao esforço para tornar a cultura acessível a todas as camadas da população, contrariando a sua concentração e elitização. Envolve a ampliação da oferta cultural, a descentralização das atividades e instituições culturais, e a inclusão de diferentes expressões artísticas e práticas culturais, na procura por promover a igualdade no acesso à cultura e estimular a participação ativa de diversos grupos sociais na vida cultural. (Conferência do Porto Santo, 2021).

⁸ Ministério da Cultura. (2010). *Orçamento de Estado 2011*. (Consultado a 29/12/2023)

No que diz respeito às políticas de financiamento às artes, é ainda, nesta altura, que vigora o Decreto-Lei nº 225/2006, de 13 de novembro, onde se estabeleceu o regime de apoio às artes que permaneceu até 2017, descrito no Quadro 1.

TIPO DE APOIO	MODALIDADES DE APOIO	DESCRIÇÃO
Apoio Direto	. Quadrienal [entidades de criação]	Apoio de 4 em 4 anos, nas áreas de dança, música, teatro e áreas transdisciplinares
	. Quadrienal [festivais e mostras]	Apoio de 4 em 4 anos a festivais e mostras com periodicidade anual ou bienal, a entidades de criação e programação que tenham organizado tais eventos, continuamente, nos 10 anos anteriores.
	. Bienal [entidades de criação e programação]	Apoio de 2 em 2 anos nas áreas de arquitetura, design, artes digitais, artes plásticas, dança, fotografia, música, teatro e áreas transdisciplinares, a entidades com 5 anos de atividade profissional continuada.
	. Projetos Pontuais [entidades de criação, programação e pessoas singulares]	Apoio anual para as áreas de arquitetura, design, artes digitais, artes plásticas, dança, fotografia, música, teatro e áreas transdisciplinares.
	. Internacionalização	Apoio à internacionalização às áreas de arquitetura, design, artes digitais, artes plásticas, dança, fotografia, música, teatro e áreas transdisciplinares.
Apoio Indireto	. Acordo tripartido entre Ministério da Cultura, autarquia e entidade de criação ou entidade de programação	Visa a fixação de entidades nas zonas do território de menor índice de oferta cultural e a dinamização dos equipamentos culturais.

	. Protocolo entre Ministério da Cultura e autarquias para apoio à programação	
	. Programa Território-Artes	Oficina virtual de apoio à itinerância, à co-produção e às redes de programação.
Apoio em articulação com outras políticas sectoriais		Co-financiamento do Ministério da Cultura em parceria com outros ministérios, a projetos que articulem as artes com outras áreas sectoriais.

Quadro 1 - Regime de Apoio às Artes, estabelecido pelo Decreto-Lei nº 225/2006, de 13 de novembro

Com o XXI Governo Constitucional, em 2015, liderado pelo Partido Socialista – em colaboração com o Bloco de Esquerda, o Partido Comunista Português e o Partido Ecologista “Os Verdes” – o Ministério da Cultura foi restabelecido, sinalizando uma recuperação na valorização da cultura, após anos de austeridade. A abordagem do país para a política cultural caracteriza-se, nessa altura, por um modelo desconcentrado, gerido através de quatro Direções Regionais da Cultura (DRC), conforme estipulado pelo Decreto-Lei nº 114/2012, de 25 de maio – onde as Artes e Cultura são representadas pelo Ministério da Cultura, que se divide em diversos organismos e tem sob a sua tutela diversas instituições culturais e fundações. Esta mudança pode ser entendida como uma concretização dos benefícios antecipados por Augusto Santos Silva (Ministro da Cultura da República Portuguesa no XIV Governo Constitucional), que já advogava pela eficácia de “alguma divisão de funções, de alguma margem de especificação das políticas públicas, e de alguma sabedoria na escolha das escalas adequadas às ações pretendidas.” (Silva, 1997) – reflexão que, embora precedente à implementação das DRCs, preconiza os princípios que viriam a ser fundamentais na descentralização da gestão cultural em Portugal, demonstrando uma notável presciência e influência nas políticas subsequentes.

Depois disso, foi já sob atuação da DGArtes que foi revogado o Decreto-Lei nº 225/2006, de 13 de novembro, através do Decreto-Lei nº103/2017, de 24 de agosto – que estabeleceu o Regime de Apoio às Artes, introduzindo um novo modelo de incentivo público às atividades artísticas, marcando uma etapa significativa na adaptação às realidades contemporâneas do setor cultural (Neves et al., 2017). Este novo modelo unificou três modalidades de apoio – Sustentado,

a Projetos e em Parceria – destacando o foco na atividade contínua, no estímulo do setor e na promoção de parcerias. Além disso, abrange as Regiões Autónomas e incorpora novas expressões artísticas, como o circo contemporâneo e as artes de rua, além de reformular as artes digitais como novos meios de expressão.

Naturalmente, e como já analisado, o corte orçamental afeto à cultura influencia o montante destinado ao apoio público às artes, nas diversas áreas artísticas e modalidades de apoio, refletindo também as mudanças nas políticas culturais que ajustam as prioridades e a alocação de recursos no setor. O gráfico seguinte agrega os montantes totais dos apoios atribuídos pela DGArtes, que concretizam este cenário, no período em estudo.



*Valores aproximados

Gráfico 1 - Montantes dos Apoios atribuídos pela DGArtes 2011-2023⁹

⁹ **Fontes:** DGArtes. (2011-2023). *[Tabelas de resultados e Entidades Apoiadas]* Lisboa, Direção-Geral das Artes. <https://www.dgartes.gov.pt/pt> ; DGArtes. (2011-2023). *[Declarações Anuais]* Lisboa, Direção-Geral das Artes. <https://www.dgartes.gov.pt/pt> ; DGArtes. (2012). *Apoios Concedidos Pela Direção-Geral das Artes – Relatório 2012*, Lisboa, Direção-Geral das Artes. https://www.dgartes.gov.pt/pt/sobre_nos/estudos_e_relatorios ; DGArtes. (2014). *Boletim Anual 2014*, Lisboa, Direção-Geral das Artes. https://www.dgartes.gov.pt/pt/sobre_nos/estudos_e_relatorios ; DGArtes. (2017). *DGArtes Em Números - Relatório Estatístico 2017*, Lisboa, Direção-Geral das Artes. https://www.dgartes.gov.pt/pt/sobre_nos/estudos_e_relatorios

A evolução destes montantes revela uma trajetória marcada por mudanças significativas, refletindo as variações no contexto económico e político de Portugal – já descritas anteriormente. Observa-se um salto notável nos valores a partir de 2018, com um aumento progressivo até atingir um pico em 2020. Este incremento pode ser atribuído aos desafios impostos pela pandemia de COVID-19, que incluíram o encerramento de salas, o cancelamento de atividades, e dois períodos de confinamento domiciliário. Tais medidas drásticas, implementadas para conter a propagação do vírus, tiveram um impacto nas dinâmicas económicas e sociais do país, acabando por marcar um período de esforço concertado para sustentar e revitalizar o setor das artes performativas, num momento de crise sem precedentes.

Foi implementado, nesta altura, o programa "Garantir Cultura" para mitigar os impactos negativos da pandemia sobre o setor cultural em Portugal. Este programa, regulamentado pela Portaria n.º 75-B/2021, de 31 de março, foi financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER)¹⁰ e operacionalizado pelo COMPETE 2020¹¹, com uma dotação orçamental de 30 milhões de euros. O objetivo principal era apoiar micro, pequenas e médias empresas do setor cultural, oferecendo subvenções não reembolsáveis para financiar atividades de criação e programação, tanto em formatos físicos quanto digitais, ajudando assim a sustentar e revitalizar o setor durante a crise pandémica, período este de enormes dificuldades.

A discrepância entre o valor de 2011 e o pico em 2020 ilustra não só a mudança nas prioridades políticas e culturais, mas também a resposta do setor às necessidades emergentes da sociedade e da comunidade artística (Santos & Moreira, 2013). A descida para 28.500.000,00€, em 2021, e 26.264.010,00€, em 2022, sugere um reajuste pós-pandemia, alinhando os valores de apoio com uma nova realidade e expectativas para o futuro do país e, em particular, para o setor cultural.

¹⁰ O Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) é um instrumento financeiro da União Europeia destinado a fortalecer a coesão económica e social, corrigindo desequilíbrios entre as suas regiões. O FEDER financia investimentos em diversas áreas, incluindo inovação e investigação, digitalização, transição energética, e infraestruturas para reforçar a competitividade das regiões menos desenvolvidas, fomentando o crescimento sustentável e a criação de emprego. Este fundo é essencial para promover uma integração mais equilibrada e inclusiva entre todas as regiões europeias (Cortez & Teixeira, 2020; Parlamento Europeu, s.d.).

¹¹ Financiado por fundos europeus, como o FEDER, o COMPETE2020 é um programa operacional português que apoia a competitividade e a internacionalização da economia nacional. Promove projetos nas áreas de inovação, digitalização e eficiência energética, visando o desenvolvimento sustentável e a criação de emprego, essencial para fortalecer a economia regional e setorial de Portugal (COMPETE 2020, s.d.).

4 Programas de Financiamento 2011 – 2023

4.1 Evolução dos Programas de Financiamento (2011-2023)

O financiamento às artes em estudo estrutura-se em modalidades de apoio desenhadas para atender a uma diversidade de projetos e estruturas artísticas, cada uma delas com objetivos e necessidades distintas.

Neste sentido, a categoria de Apoio Direto engloba modalidades de apoio financeiro diretamente atribuídas a projetos e estruturas artísticas. Inclui:

- **Apoio Quadrienal:** Concebido para suportar o plano de atividades de uma estrutura artística ao longo de quatro anos, privilegiando a continuidade e o desenvolvimento sustentável no âmbito artístico.
- **Apoio Bienal:** Similar ao apoio quadrienal, mas destinado a um período de dois anos. Esta modalidade apoia planos de atividades e/ou projetos que se realizam nesse intervalo, permitindo a sustentabilidade de estruturas de média escala, sem o compromisso de um quadriénio.
- **Apoio Pontual:** Destina-se ao financiamento de projetos pontuais, com metas e objetivos definidos, passíveis de serem alcançados num curto espaço de tempo – normalmente, um ano. Esta modalidade é essencial para projetos de pequena escala, que não se encaixam nos apoios mais prolongados.

Além disso, na categoria de Apoio Indireto, situa-se o **Apoio Tripartido** (Bienal e Quadrienal), modalidade que fomenta a colaboração entre o Estado, as autarquias e os agentes culturais, com o objetivo da criação de projetos que beneficiem comunidades específicas ou que promovam a cultura em territórios com menor atividade cultural.

Embora nem sempre explicitamente discriminados pela DGArtes, nos primeiros anos desta análise, é também feita a divisão domínios de atividade, referentes às áreas específicas abrangidas pelos financiamentos. Inicialmente, estes apoios destinavam-se a entidades ou indivíduos que desenvolviam atividades profissionais de Criação ou de Programação, conforme estabelecido na legislação portuguesa sobre o apoio às artes. Com a evolução das políticas culturais e de financiamento, esta divisão em categorias de atividades, resultou na segmentação

em linhas de financiamento distintas, como Criação, Programação, Edição ou Desenvolvimento de Públicos. Embora a Internacionalização constitua também uma vertente de apoio abordada nos programas considerados, importa referir que não foi incluída nesta recolha de dados por se situar fora do âmbito regional da análise aqui conduzida. Este estudo focou-se especificamente nos apoios e atividades desenvolvidos na zona Norte de Portugal e na relação dos apoios concedidos com o desenvolvimento regional, enquanto a Internacionalização abrange iniciativas e contextos fora das fronteiras nacionais.

Tendo isto em consideração, pretende-se, seguidamente, o levantamento dos apoios às artes concretizados entre 2011 e 2023, agrupados de acordo com os ciclos governativos.

4.1.1 2011 – 2015

No ano de 2011, a estrutura de Apoio Direto incluía a modalidade Quadrienal, que estava no seu terceiro ano de execução, com projetos iniciados em 2009 e com conclusão prevista para 2012. Juntamente, executaram-se linhas para apoio Bienal e Anual, além de Apoios Pontuais. Em paralelo, os Apoios Tripartidos, tanto Quadrienais como Bienais, marcaram também presença, neste ano, igualmente inseridos no ciclo de 2009 a 2012.

O ano de 2012 viu a continuação dos Apoios Bienais e a conclusão do ciclo Quadrienal iniciado em 2009. Nota-se uma ausência de referência a Apoios Anuais e Pontuais para este ano, o que pode sugerir alguma alteração ou atraso na abertura de candidaturas ou na disponibilização de informação.

Em 2013, iniciou-se um novo ciclo Quadrienal (2013-2016), acompanhado pela reabertura de Apoios Bienais e pela retoma dos Apoios Anuais e Pontuais. Este ano marcou uma mudança no formato do Apoio Tripartido, com uma abertura para o envolvimento de autarquias e agentes culturais em sede de territórios comuns, evidenciando um esforço de ampliação da colaboração e parceria no financiamento às estruturas artísticas.

O ano de 2014 caracterizou-se pela continuação dos ciclos de Apoio Bienal e Quadrienal em curso, com Apoios Pontuais também disponíveis. Os Apoios Tripartidos mantiveram-se como opção para projetos colaborativos, consolidando este mecanismo como uma via importante para o desenvolvimento de projetos culturais colaborativos.

Finalmente, 2015 prosseguiu com o terceiro ano do ciclo Quadrienal 2013-2016 e introduziu novos Apoios Bienais e Anuais, além de continuar com a abertura de Apoios Pontuais. Este ano também viu a continuação do Apoio Tripartido, tanto em ciclos Quadrienais quanto Bienais.

Ao longo destes anos, as áreas artísticas apoiadas – Arquitetura, Artes Digitais, Artes Plásticas, Design, Fotografia, Cruzamentos Disciplinares, Dança, Música e Teatro – refletem um sistema de apoios que valorizou um leque abrangente de expressões artísticas. A manutenção destas cinco áreas e das quatro modalidades de apoio sublinha a intenção de atender às variadas necessidades do setor, desde projetos de maior escala e continuidade a iniciativas pontuais e emergentes.

Ano	Modalidades de Apoio
2011	Apoio Direto Quadrienal (3º ano); Apoio Direto Bienal (1º ano); Apoio Direto Anual; Apoio Direto Pontual; Apoio Tripartido (Quadrienal e Bienal)
2012	Apoio Direto Quadrienal (4º ano); Apoio Direto Bienal (2º ano); Apoio Tripartido (Quadrienal e Bienal)
2013	Apoio Direto Quadrienal (1º ano); Apoio Direto Bienal (1º ano); Apoio Direto Anual; Apoio Direto Pontual; Apoio Tripartido (Quadrienal e Bienal)
2014	Apoio Direto Quadrienal (2º ano); Apoio Direto Bienal (2º ano); Apoio Direto Pontual; Apoio Tripartido (Quadrienal e Bienal)
2015	Apoio Direto Quadrienal (3º ano); Apoio Direto Bienal (1º ano); Apoio Direto Anual; Apoio Direto Pontual; Apoio Tripartido (Quadrienal e Bienal)

Quadro 2 - Modalidades de Apoio às Artes da DGArtes, 2011 – 2015

4.1.2 2015 – 2019

O ano de 2016 encerrou o ciclo Quadrienal e Bienal de Apoio Direto iniciado em 2013 e 2015, respetivamente. Revelou-se, além disso, a ausência de novos Apoios Anuais, com referência apenas ao apoio relativo ao ano anterior. No entanto, a mudança mais significativa surgiu com a segmentação, dos Apoios Diretos Pontuais, em domínios de atividade específicos: Criação, Programação e Edição, adaptados a diversas facetas da criação artística. Foram, ainda, mantidos os apoios Tripartidos, tanto Quadrienais como Bienais.

2017 distinguiu-se como um ano atípico e transitório, caracterizado pela abertura de um Apoio Extraordinário nas diversas modalidades de apoio – Quadrienal e Bienal. O Apoio Anual foi também abrangido, para o período 2016-2017. Enquadrado pela Portaria n.º 322-A/2016, de 16 de dezembro, este apoio surgiu como uma resposta direta às limitações orçamentais que afetaram o ciclo Bienal anterior, onde várias entidades beneficiaram de financiamento apenas no primeiro ano de atividade. Assinalou-se, também, para as entidades que já eram beneficiárias de apoio financeiro plurianual, uma renovação dos apoios Diretos e Tripartidos – Quadrienais e Bienais –, numa tentativa de estabilizar o setor perante a iminente revisão do regime de apoio às artes.

No ano seguinte, 2018, assinalou-se a efetiva implementação do novo regime de apoio às artes, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 103/2017, de 24 de agosto, já referido. Este ano foi crucial para a aplicação prática destas novas diretrizes, que incluíram a extensão do apoio às Regiões Autónomas e a inclusão de novas áreas artísticas como os novos media, o circo contemporâneo e as artes de rua. Foi adotado, pela primeira vez, o termo Artes Performativas para as áreas do circo contemporâneo e artes de rua, dança, música e teatro. Os Apoios Diretos Quadrienais e Bienais passaram a ser designados como Apoios Sustentados, e os Apoios Diretos Pontuais como Apoio a Projetos, além de terem conhecido um novo método de fixação de valores mínimos e máximos de apoio, por área artística e região. Desta forma, este ano marcou o começo do Apoio Sustentado para o quadriénio 2018-2021, e para o biénio 2018-2019, além do Apoio a Projetos, nos domínios de Criação, Programação e Circulação.

Em 2019, a continuação do novo regime de apoios evidenciou a estabilidade alcançada, com a manutenção dos Apoios Sustentados e a renovação do Apoio a Projetos, para Criação, Programação e Desenvolvimento de Públicos, para as artes visuais, cruzamento disciplinar, música, dança, circo contemporâneo e artes de rua e teatro.

Ano	Modalidades de Apoio
2016	Apoio Direto Quadrienal (4º ano); Apoio Direto Bienal (2º ano); Apoio Direto Pontual; Apoio Tripartido (Quadrienal e Bienal)
2017	Renovação de: Apoio Direto e Tripartido Quadrienal e Bienal; Apoio Extraordinário de: Apoio Direto e Tripartido Quadrienal, Bienal e Anual (2º ano); Apoio Direto Pontual
2018	Apoio Sustentado Quadrienal (1º ano); Apoio Sustentado Bienal (1º ano); Apoio a Projetos
2019	Apoio Sustentado Quadrienal (2º ano); Apoio Sustentado Bienal (2º ano); Apoio a Projetos

Quadro 3 - Modalidades de Apoio às Artes da DGArtes, 2016 - 2019

4.1.3 2019 – 2023

Entre 2020 e 2023, o apoio às artes adaptou-se, naturalmente, às exigências impostas pela pandemia COVID-19, mantendo uma estrutura de apoio consistente, mas flexível. Em 2020, o Apoio Sustentado Quadrienal prosseguiu no seu terceiro ano, complementado por um novo ciclo Bienal (2020-2021). Paralelamente, foram atribuídos Apoios a Projetos focados nas vertentes de Criação, Programação e Desenvolvimento de Públicos.

Em 2021, encerrou-se o ciclo do Apoio Sustentado Quadrienal de 2018-2021, enquanto se concluiu, igualmente, o segundo ano do ciclo Bienal, iniciado em 2020. Neste ano, deu-se também continuidade aos Apoios a Projetos, nos domínios de Criação, Edição, Programação e Desenvolvimento de Públicos. Surgiu ainda, neste ano, o primeiro Apoio Extraordinário em resposta às restrições trazidas pela pandemia, ao setor cultural.

Em 2022, pelas mesmas razões, aplicou-se a renovação excecional (Apoio de Emergência) do Programa de Apoio Sustentado Quadrienal 2018-2021 e Bienal 2020-2021, sem abrir concurso para o quadriénio seguinte, uma medida que procurou garantir estabilidade às entidades culturais que viram a sua atividade condicionada. Assim, não se verificou a abertura de novos concursos para Apoios Sustentados. O Apoio a Projetos manteve-se ativo, cobrindo os domínios do ano anterior.

Em 2023, iniciou-se um novo ciclo de Apoio Sustentado, tanto Quadrienal (2023-2026) como Bienal (2023-2024), marcando um regresso à programação regular e ao lançamento de concursos previstos. O Apoio a Projetos continuou a ser concedido, mantendo os domínios de atuação já estabelecidos.

Ano	Modalidades de Apoio
2020	Apoio Sustentado Quadrienal (3º ano); Apoio Sustentado Bienal (1º ano); Apoio a Projetos
2021	Apoio Sustentado Quadrienal (4º ano); Apoio Sustentado Bienal (2º ano); Apoio a Projetos; Apoio Extraordinário Covid-19
2022	Apoio de Emergência: Quadrienais 2018-2021 e Bienais 2020-2021; Apoio a Projetos
2023	Apoio Sustentado Quadrienal (1º ano); Apoio Sustentado Bienal (1º ano); Apoio a Projetos

Quadro 4 - Modalidades de Apoio às Artes da DGArtes, 2020 - 2023

4.2 Avaliação de Critérios e Processos de Seleção

As linhas de apoio enumeradas seguem um procedimento concursal consistente ao longo dos anos, caracterizado por várias etapas fundamentais na distribuição do financiamento. O processo inicia-se com o lançamento do Aviso de Abertura, que estabelece os critérios e prazos para as candidaturas, sendo divulgado tanto no Diário da República como nas plataformas digitais da DGArtes. A fase de apresentação de candidaturas exige o preenchimento de um formulário online, disponível na plataforma digital da DGArtes, desenhado para apurar informações relevantes sobre os projetos e as entidades ou artistas que os irão executar.

Os critérios de apreciação das candidaturas, pertencentes ao formulário referido, são delineados de forma a cobrir diversos aspetos. Estes critérios, com as respetivas ponderações na classificação final, são¹²:

- O **plano de atividades**, que avalia a qualidade artística e relevância cultural do projeto, considerando inovação, originalidade, coerência e excelência no contexto em que se propõe intervir, bem como na representação do setor à escala nacional e internacional, com uma valoração de 45%.

- A **entidade e equipa**, onde se avalia o historial, mérito e adequação da organização, a relevância estratégica no plano profissional, social e territorial, e a competência e qualificação dos recursos humanos, com uma valoração de 20%.

- O **projeto de gestão**, que considera a qualidade e viabilidade do orçamento, coerência com a dimensão do projeto, captação de fontes de financiamento alternativas e parcerias estratégicas, com uma valoração de 20%.

- A **repercussão social**, analisada pelo alcance e visibilidade, diversidade de públicos-alvo, estimativa de adesão e eficácia do plano de comunicação, com uma valoração de 7,5%.

- A **correspondência aos objetivos do serviço público** previstos no Decreto-Lei n.º 103/2017, bem como dos objetivos de interesse cultural, com uma valoração de 7,5%.

¹² Manual do Candidato 2022 – Programa de Apoio Sustentado às Artes

As candidaturas são classificadas pela soma das pontuações atribuídas a cada critério, ordenadas de forma decrescente. Apenas são atribuídos apoios às candidaturas que atinjam pelo menos 60% da pontuação final, sendo as restantes excluídas.

Segue-se a fase de verificação formal, onde é analisado o cumprimento dos requisitos legais e regulamentares para a vertente de apoio solicitado. As candidaturas que não satisfaçam estes critérios são propostas para exclusão, embora seja concedida, aos proponentes, a oportunidade de contestar esta decisão.

A etapa de avaliação das candidaturas é efetuada por júris especializados e equipas técnicas destacadas pela DGArtes, que procedem à análise dos projetos com base nos critérios pré-definidos, que espelham as especificidades de cada modalidade de apoio. Após esta apreciação, é elaborado um projeto de decisão preliminar, que ordena as candidaturas elegíveis de acordo com a sua pontuação.

A Portaria n.º 71-A/2019, de 28 de fevereiro, estabelece as normas relativas à composição e funcionamento das comissões de apreciação e de avaliação no âmbito dos apoios financeiros do Estado às artes, através da DGArtes, comissões com um papel crucial na avaliação e acompanhamento dos projetos apoiados. Cada comissão de apreciação é composta por um mínimo de dois e um máximo de oito membros efetivos, podendo contar ainda com até dois suplentes. São constituídas por consultores ou especialistas inscritos na bolsa de consultores e especialistas, e incluem pelo menos um técnico da DGArtes, que preside. A composição é proposta pela DGArtes ao membro do Governo responsável pela área da Cultura, antes da abertura do programa de apoio, considerando o número esperado de candidaturas e a complexidade das mesmas.

As comissões de avaliação, que acompanham e avaliam a execução dos contratos das entidades beneficiárias, têm uma composição semelhante, podendo integrar, também, representantes dos municípios onde as atividades ou projetos apoiados serão executados. Mesmo na ausência de designação desses representantes, o funcionamento regular da comissão não é impedido. Para assegurar a cobertura territorial, é designada uma comissão de avaliação para cada circunscrição territorial correspondente ao nível II da Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS II), que inclui as regiões do Alentejo, Algarve, Área Metropolitana de Lisboa, Centro, Norte, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira. A comissão da Área Metropolitana de Lisboa é presidida pelo diretor-geral da DGArtes, ou o seu

representante. Não havendo espaço para um maior aprofundamento, é importante deixar a questão em aberto: quais são os motivos que levam o diretor-geral a presidir exclusivamente ao júri de uma região específica? Será que o facto de ser a maior zona do país justifica esta diferença? A reflexão, ainda que breve, é apresentada para que possa ser repensada, futuramente, ou até ser alvo de novos objetos de estudo e análise.

Os membros das comissões de apreciação e avaliação, exceto os técnicos da DGArtes e os representantes dos municípios, são selecionados pela DGArtes a partir da bolsa de consultores e especialistas, com base nas necessidades concretas e especialidades requeridas para cada concurso. Esta bolsa é composta por indivíduos com experiência ou conhecimento especializado nas áreas artísticas, culturais, de gestão financeira ou cultural, que manifestem interesse em colaborar no processo de apreciação ou avaliação e que garantam operar com imparcialidade, isenção e de acordo com a ética e boa conduta profissional. Antes do início das suas funções, os membros devem atestar, por escrito, a ausência de incompatibilidades ou qualquer circunstância que possa comprometer a sua imparcialidade. Durante o processo de apreciação, as candidaturas são distribuídas aos membros das comissões, que as analisam com base nos critérios estabelecidos, realizando deliberações em plenário para decidir a classificação e o montante do apoio a atribuir.

Ainda que uma análise mais cuidadosa da constituição destas bolsas tenha sido considerada, não existem dados públicos detalhados sobre o perfil dominante dos seus membros, nem informações acerca da frequência de renovação ou atualização dos perfis, ou sobre a acessibilidade dos respetivos currículos. Este olhar pelo universo dos painéis de apreciação e avaliação poderia constituir um estudo específico a desenvolver no futuro, com vista numa melhor compreensão da composição e das qualificações destes membros, fator fundamental para assegurar a transparência e a eficácia do processo de seleção e avaliação dos projetos.

Com a notificação do projeto de decisão aos candidatos, inicia-se a fase de audiência dos interessados, permitindo-lhes apresentar alegações ou solicitar a adição de informações relevante. Nesta fase, subsistem questões que carecem de esclarecimento, tais como a existência de dados sobre o número de pronúncias em sede de audiência prévia, os aspetos mais contestados durante este processo e os eventuais processos de contencioso que possam ser instaurados após a comunicação final dos resultados – incluindo providências cautelares, por exemplo. Estes dados não são divulgados nem uniformizados, podendo assumir uma lacuna no entendimento do

processo de atribuição de apoios. Uma melhor compreensão destas áreas seria essencial para identificar potenciais melhorias no procedimento, pelo que se sugere que futuros estudos possam atender estas questões.

Após a consideração destes elementos, a decisão final é tomada e comunicada, detalhando a distribuição final dos apoios financeiros.

De seguida, a contratualização formaliza o apoio financeiro atribuído, delineando os direitos e obrigações das partes envolvidas, efetivando o compromisso entre a DGArtes e as entidades beneficiárias e onde se detalha, não só o montante do apoio e o seu faseamento, mas também os direitos, obrigações e prazos associados à execução do projeto. Cada projeto é acompanhado por um gestor de processo, um técnico da DGArtes, cuja função é garantir que o projeto decorre conforme o previsto na candidatura. As entidades são informadas sobre o gestor do seu projeto através da plataforma da DGArtes, sendo este indicado no cabeçalho de cada projeto. O acompanhamento e a avaliação dos projetos são realizados, portanto, pela DGArtes, com as entidades beneficiárias obrigadas a submeter relatórios periódicos que atestem o cumprimento dos objetivos e a correta aplicação dos fundos.

É, portanto, solicitado às entidades apoiadas que apresentem, no término do projeto, um relatório de execução detalhado – relatórios que não são públicos, sendo apenas acessíveis pelas entidades apoiadas e pela DGArtes –, estruturado em três pontos principais. O primeiro tópico destinado à "Justificação dos Desvios", aborda todos as alíneas do orçamento inicialmente preenchido na candidatura. Em caso de alterações ao orçamento previsto durante a execução do projeto, estas devem ser devidamente justificadas. Por exemplo, se as receitas de bilheteira inicialmente previstas não corresponderem ao valor efetivo, tal alteração deve ser registada no Relatório Final, acompanhada de uma explicação pormenorizada sobre as causas associadas.

O segundo tópico requer a apresentação de documentação que ilustre a execução das atividades, incluindo registos vídeo e fotográficos das atividades realizadas, bem como materiais de comunicação utilizados. Prevê-se, desta forma, que esta secção forneça evidências concretas de que as atividades foram conduzidas conforme planeado e divulgaram adequadamente os eventos ao público-alvo. O terceiro tópico é dedicado à Avaliação e Reflexão, onde se solicita o preenchimento de vários campos específicos. Estes campos incluem:

- **Avaliação e reflexão crítica:** Considerando os objetivos artísticos, o interesse público e o impacto no contexto de intervenção do projeto. Esta análise deve proporcionar uma compreensão aprofundada de como o projeto atingiu os seus objetivos iniciais e qual foi o seu impacto real na comunidade.

- **Projeto artístico desenvolvido:** Descrição detalhada das atividades realizadas, o contexto de apresentação, a relevância artística e a equipa envolvida. Esta secção deve demonstrar a qualidade e a pertinência do trabalho artístico desenvolvido.

- **Projeto de gestão implementado:** Calendarização das atividades, os recursos humanos e materiais utilizados, incluindo instalações, e os recursos financeiros, abrangendo entidades parceiras e apoios ao projeto. Esta secção deve mostrar a eficácia e eficiência da gestão do projeto.

- **Alcance social obtido:** Identificação dos destinatários alcançados, iniciativas de captação e sensibilização de públicos, ações junto de programadores nacionais e internacionais, meios promocionais, resultados da estratégia de divulgação nos contextos local, regional, nacional, internacional ou *web*, e cobertura de imprensa e crítica especializada. Esta secção visa medir o sucesso do projeto em termos de alcance e visibilidade social.

- **Objetivos alcançados:** Metas artísticas e profissionais atingidas, interesse cultural gerado. Este campo deve detalhar os resultados alcançados face aos objetivos inicialmente propostos.

- **Análise prospetiva:** Expectativas de continuidade do projeto, incluindo estimativa de apresentações no prazo de um ano, e perspetiva de outras parcerias. Esta secção deve fornecer uma visão sobre o futuro do projeto e as suas possibilidades de expansão ou continuidade.

5 Levantamento e Análise de Resultados dos Apoios

5.1 Análise detalhada dos resultados dos apoios na região Norte

- Apoio Direto/Sustentado Quadrienal

O período em análise abrange três ciclos de apoio quadrienal. No ciclo de 2009-2012, 75 entidades receberam apoio, com 16 delas na região Norte, ligadas às artes performativas. No ciclo seguinte, de 2013 a 2016, o número total de entidades beneficiadas diminuiu para 58, com 17 delas na zona Norte. Dessas 58, 10 renovaram o apoio do ciclo anterior, sendo que, das restantes, 6 migraram do ciclo bienal anterior.

No ciclo de 2018-2021, sob o novo regime de Apoio Sustentado Quadrienal, 84 entidades receberam apoio, incluindo 19 na zona Norte. Destas 84, 10 entidades mantiveram o seu apoio do ciclo anterior, enquanto 9 eram novas, sendo apenas uma proveniente do apoio bienal 2015-2016.

No ciclo de 2023-2026, 135 entidades receberam apoio, das quais 27 na zona Norte. Das 135, 15 mantiveram o seu apoio do ciclo quadrienal anterior (2018-2021), enquanto 11 passaram do ciclo bienal anterior para o quadrienal.

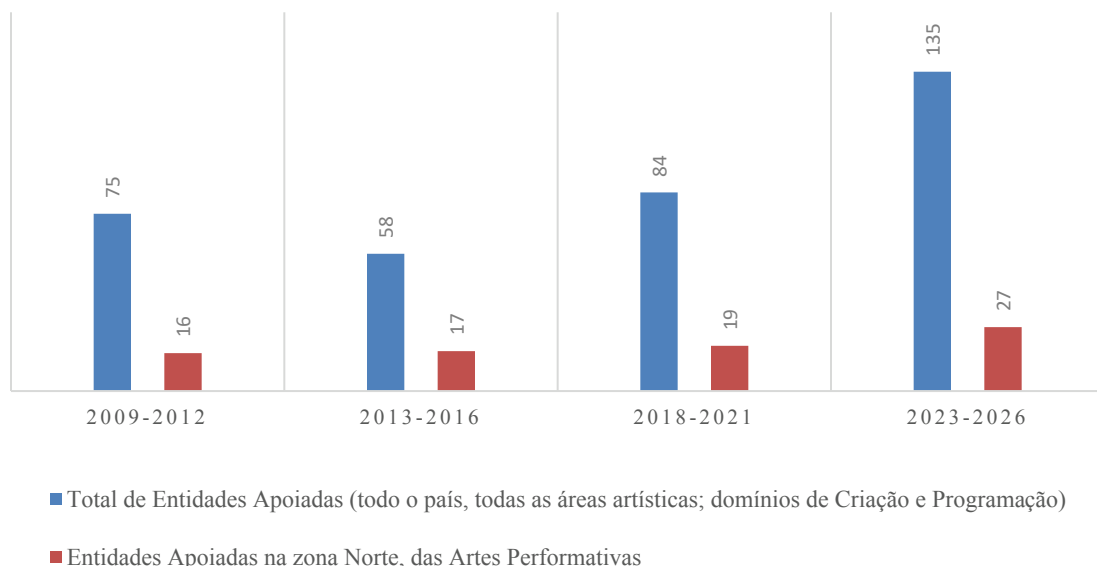


Gráfico 2 - Entidades Beneficiárias de Apoio Quadrienal, 2011 – 2023¹³

¹³ Os gráficos 2 a 8 têm, como fontes: DGArtes. (2011-2023). *[Tabelas de resultados e Entidades Apoiadas]* Lisboa, Direção-Geral das Artes. <https://www.dgartes.gov.pt/pt>; DGArtes. (2011-2023). *[Declarações Anuais]* Lisboa, Direção-Geral das Artes. <https://www.dgartes.gov.pt/pt>; DGArtes. (2012). *Apoios Concedidos Pela Direção-Geral das Artes – Relatório 2012*, Lisboa,

Os Apoios Diretos Quadrienais atribuídos às entidades da zona Norte revelam uma política de investimento consistente nas artes performativas, por parte da DGArtes. Desde 2009, algumas destas entidades têm-se mantido como beneficiárias constantes desta modalidade de apoio, destacando-se, por exemplo, a Associação Orquestra de Jazz de Matosinhos, o Teatro de Marionetas do Porto, a Pracena - Cooperativa de Produções Teatrais CRL e a Visões Úteis Associação. Estas instituições, apoiadas em todos os ciclos desde 2009, desenham o compromisso contínuo a que esta vertente de apoio se propõe cumprir.

Ao analisar os montantes específicos a elas atribuídos, consta uma clara disparidade, reflexo da diversidade e complexidade dos projetos apoiados. No ciclo mais recente de 2023-2026, por exemplo, os montantes de financiamento para estas entidades variam desde cerca de 30.000 euros até montantes que rondam os 400.000 euros anuais. Tais variações estão evidentemente ligadas à escala dos projetos, com instituições como a MVAC - Mala Voadora e a CTB - Companhia Teatro Braga, que receberam montantes no extremo superior.

Relativamente ao anterior, o ciclo 2013-2016 integrou 7 novas entidades de um total de 26 apoiadas – aproximadamente 27% das entidades apoiadas eram novas. Apesar de indicar a tentativa de renovação, a maioria das entidades ainda é composta por grupos anteriormente apoiados.

Relativamente a este, o ciclo seguinte, 2018-2021, acolheu também mais 7 novas entradas de um total de 19. Já no último ciclo em análise, 2023-2026, vê uma entrada ainda mais acentuada de novas entidades, com 9 novas de um total de 26, representando aproximadamente 35% do total. Este número, embora semelhante proporcionalmente ao ciclo anterior, representa um maior número absoluto de novas entidades, acompanhando o aumento do financiamento total destinado aos apoios públicos às artes.

Direção-Geral das Artes. https://www.dgartes.gov.pt/pt/sobre_nos/estudos_e_relatorios; DGArtes. (2014), *Boletim Anual 2014*, Lisboa, Direção-Geral das Artes. https://www.dgartes.gov.pt/pt/sobre_nos/estudos_e_relatorios; DGArtes. (2017), *DGArtes Em Números* – Relatório Estatístico 2017, Lisboa, Direção-Geral das Artes. https://www.dgartes.gov.pt/pt/sobre_nos/estudos_e_relatorios

- Apoio Direto/Sustentado Bienal

Durante o ciclo bienal de 2011-2012, 65 entidades foram beneficiadas, com 13 na região Norte. No ciclo seguinte, de 2013 a 2014, 43 entidades receberam apoio, das quais 10 estavam na zona Norte. Destas 43, 5 já haviam sido beneficiadas no ciclo bienal anterior.

No ciclo de 2015-2016, 28 entidades receberam apoio, das quais 4 na zona Norte, também dedicadas às artes performativas. Desde o ciclo bienal anterior, 3 entidades renovaram a mesma modalidade de apoio, para este novo ciclo. No ciclo de 2018-2019, sob o novo regime de Apoio Sustentado Bienal, 101 entidades foram apoiadas, incluindo 23 na região Norte, das artes performativas. Destas 101, 4 mantiveram o apoio do ciclo anterior.

Em 2020-2021, 102 entidades foram beneficiadas, com 21 na região Norte, com a renovação de 19 projetos. No ciclo de 2023-2024, último em análise, 79 entidades receberam apoio, das quais 18 estavam na zona Norte. Destas 79, 6 foram renovadas do ciclo anterior.

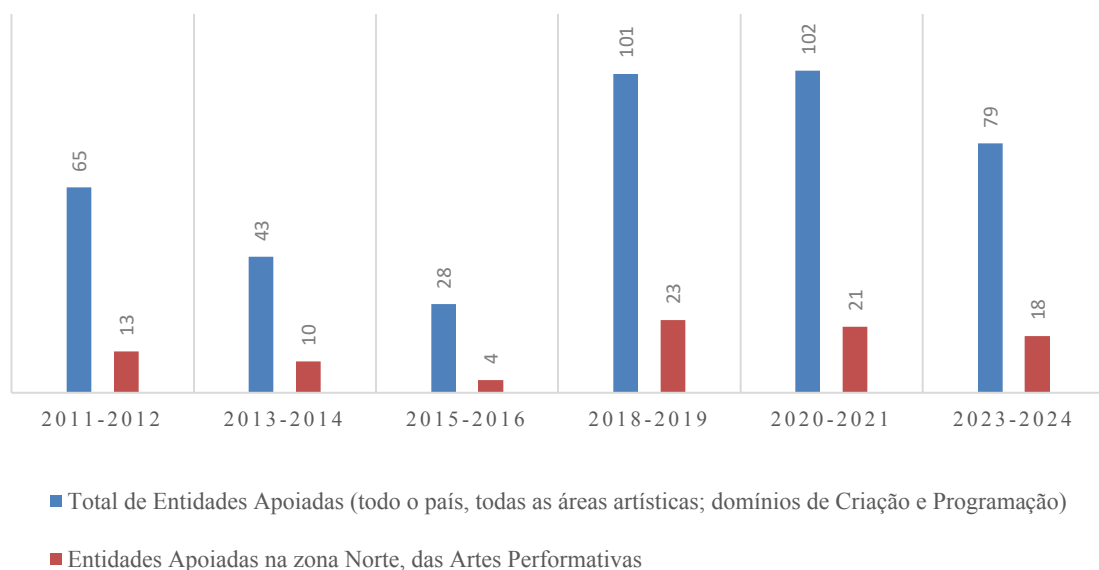


Gráfico 3 - Entidades Beneficiárias de Apoio Bienal, 2011 – 2023

Analisando os apoios distribuídos na zona Norte, ciclo de 2011-2012, 13 entidades receberam apoio bienal, reduzindo, no ciclo subsequente, para 10. Deste grupo, 5 já tinham recebido apoio no ciclo anterior, indicando alguma continuidade no apoio a entidades previamente

financiadas. Em 2015-2016, o número de entidades teve a diminuição mais acentuada para apenas 4, 3 delas previamente apoiadas, número que reflete uma continuação estrita das entidades anteriores, sem a inclusão de novos participantes – que, neste caso, não se deve à subida aos apoios quadrienais, visto que só reabriram concurso em 2018.

A situação alterou-se significativamente em 2018-2019, com um salto para 23 entidades apoiadas. Destas, 19 mantiveram-se no ciclo seguinte de 2020-2021, de um total de 21, aumento que, além de acompanhar o maior número de entidades candidatas, acompanhou também o aumento de verbas disponíveis, após o investimento pós-pandemia, que acabou por permitir a manutenção e estabilidade de mais estruturas artísticas.

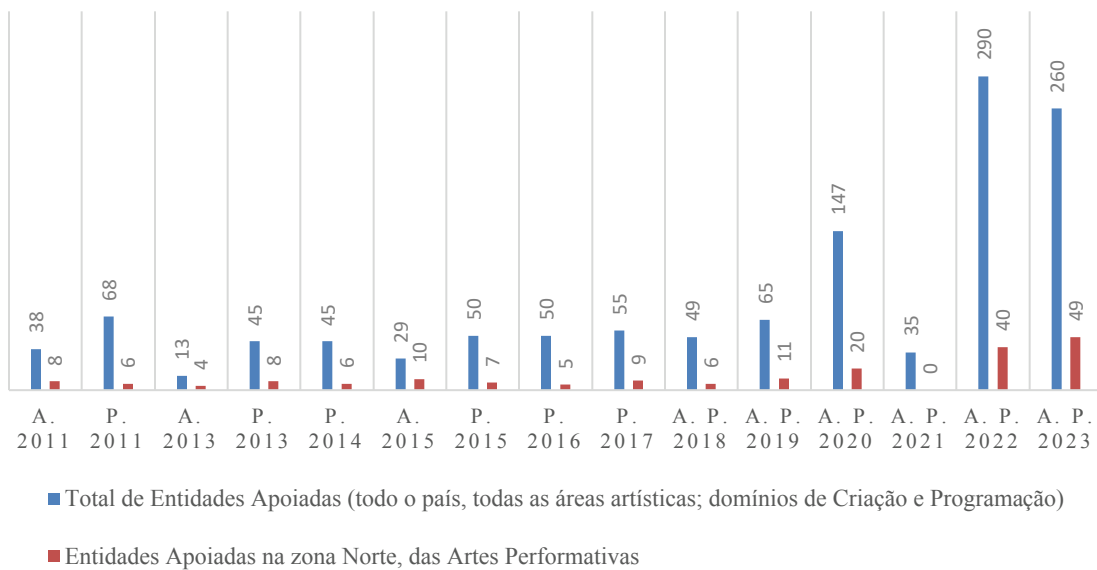
O ciclo mais recente, 2023-2024, registou uma ligeira redução para 18 entidades, 6 delas já apoiadas. Contrariamente, apesar do aumento de fundos destinados aos apoios quadrienais, no mesmo período, o apoio bienal não viu algum incremento correspondente, situação que evidencia um desequilíbrio na distribuição dos aumentos de investimento entre os diferentes tipos de apoio.

- Apoio Direto Anual e Apoio Pontual/Apoio a Projetos

A modalidade Anual, em 2011, beneficiou 38 entidades, com 8 na zona Norte. Em 2013, apenas 13 entidades receberam apoio anual, das quais 4 no Norte.

Na modalidade Pontual de 2011, 68 entidades receberam apoio, 6 delas na zona Norte. O ciclo de 2013 beneficiou 45 entidades, 8 na zona Norte. Em 2014, o mesmo número de entidades foi apoiado (45), com 6 na zona Norte, enquanto em 2015, 29 entidades receberam apoio Pontual, 10 na zona Norte. O ciclo de 2016 beneficiou 50 entidades, com 5 na Criação e 2 na Programação.

O novo regime de Apoio a Projetos, iniciado em 2018, beneficiou 49 entidades, 6 delas na zona Norte (4 na Criação e 2 na Programação). Em 2019, 65 entidades foram apoiadas, 11 na zona Norte (7 na Criação e 4 na Programação). No ciclo de 2020, 147 entidades foram beneficiadas, das quais 20 na zona Norte (14 na Criação e 6 na Programação). Em 2021, 35 entidades receberam apoio, e em 2022, 290, 40 delas na zona Norte (29 na Criação e 11 na Programação). Em 2023, 260 entidades foram apoiadas, 49 na zona Norte (36 na Criação e 13 na Programação).



(Legenda: A. – Apoio Anual; P. – Apoio Pontual; A.P. – Apoio a Projetos)

Gráfico 4 - Entidades Beneficiárias de Apoio Anual, Pontual e Apoio a Projetos, 2011 – 2023

Relativamente aos Apoios Anuais e Pontuais, na zona Norte, direcionados às artes performativas, observa-se que o número de entidades apoiadas nesta região é consistentemente baixo, quando comparado com o total nacional. Por exemplo, em 2011, de um total de 68 entidades apoiadas na modalidade Pontual, apenas 6 pertenciam ao Norte. Similarmente, em 2020, das 147 entidades beneficiadas, somente 20 realizavam a sua atividade no Norte, fator que evidencia alguma desproporção no apoio concedido à região, em relação ao total distribuído.

Com exceção de 2013, onde o Apoio Anual alcançou o número mais baixo de todos os anos analisados, com apenas 13 projetos, as variações no número de projetos apoiados foram relativamente estáveis até 2020. Este ano marcou um aumento significativo, duplicando o número de projetos apoiados na zona Norte, embora este incremento não tenha sido proporcional ao observado no total de apoios. Por exemplo, em 2019, foram apoiadas 65 entidades a nível nacional, para todas as áreas artísticas, incluindo 11 no Norte, enquanto, em 2020, o número total subiu para 147, com 20 no Norte, nas artes performativas.

Além disso, é relevante mencionar que algumas das entidades beneficiadas pelos Apoios Pontuais conseguiram, ao longo do tempo, integrar-se nas modalidades bienais. Por exemplo, 2

entidades apoiadas pontualmente, em 2011, foram incluídas na modalidade Bienal de 2013 e 3 entidades de Apoios Pontuais de 2017 passaram à vertente bienal, em 2018.

Durante os períodos excecionais como a Revisão do Modelo de Apoio às Artes, em 2017, o Apoio a Projetos Pontuais mostrou-se consistente e estável, em comparação com as restantes modalidades de apoio. A descida de 2021 traduz a primeira fase do Apoio a Projetos, que não registou nenhuma entidade apoiada no Norte, sendo que as entidades desta zona apenas receberam apoio devido ao reforço extraordinário relacionado com o reforço de resposta à pandemia implementado, posteriormente.

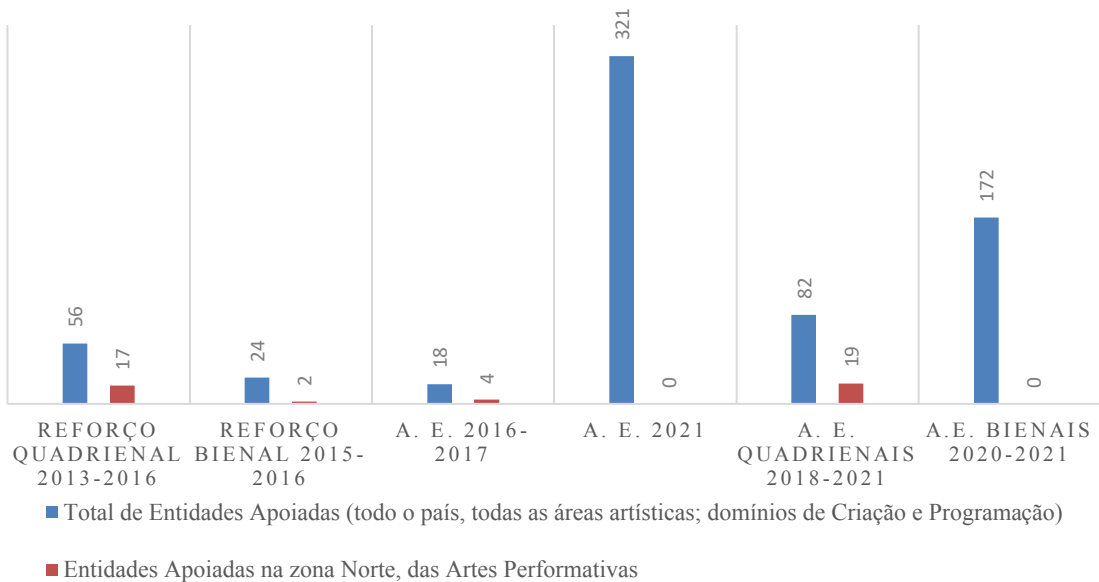
Em 2022 e 2023, verificou-se um claro aumento de investimento nesta modalidade de apoios, com 40 e 49 entidades das artes performativas do Norte, respetivamente, aumento que também acompanhou a subida de investimento no setor.

- Apoios Extraordinários

Para garantir a estabilidade das entidades no final do ciclo quadrienal de 2016 – altura em que se preparava a revisão do Modelo de Apoio às Artes –, houve um reforço do apoio para as 56 entidades já apoiadas. Em 2017, adotou-se um reforço semelhante para os apoios bienais, beneficiando 24 entidades – menos duas do que nos anos 2015-2016, possivelmente por falha na entrega de novo plano de atividades –, incluindo 2 na zona Norte. Também em 2017, 18 entidades receberam apoio extraordinário, 4 na zona Norte.

No ano de 2021, inserida nas medidas de resposta aos obstáculos da pandemia, as entidades beneficiárias dos apoios sustentados, tanto bienal como quadrienal, continuaram a receber os apoios contratualizados – recebendo o mesmo valor do ano anterior (com exceção de 3 estruturas Bienais, que receberam um aumento, relativamente ao primeiro ano). Ainda neste ano, na vertente de Apoio a Projetos, foram apoiadas, numa primeira fase do concurso, um total de 35 entidades, em todo o país. Dadas as circunstâncias excecionais, posteriormente, ainda neste ano, foi atribuído este Apoio Pontual a todas as estruturas concorrentes ao Programa de Apoio a Projetos que não tinham sido abrangidas, na primeira fase do concurso. Este apoio extraordinário abrangeu 321 entidades, por todo o país e em todas as áreas artísticas elegíveis a concurso. Este apoio não foi analisado com maior detalhe, tal como os restantes, visto corresponder a uma ocasião excecional, que não assume relevância para a análise e a definição de tendências.

Pelos mesmos motivos, houve ainda, em 2022, um Apoio de Emergência para os ciclos quadrienais (82 beneficiárias, 19 na zona Norte) e para os ciclos bienais (172 beneficiárias).



(Legenda: A. E. – Apoio Extraordinário / Emergência)

Gráfico 5 - Entidades Beneficiárias de Apoios Extraordinários, 2011 – 2023

5.2 Distribuição geográfica e impacto na região norte

Dado o foco na região norte de Portugal, torna-se essencial compreender qual a distribuição dos apoios às artes performativas pelas sub-regiões de menor dimensão, análise que permite identificar padrões de distribuição que levantam, normalmente, questões relacionadas com a centralização das atividades artísticas e as implicações que daí decorrem para o desenvolvimento cultural das diferentes regiões e do impacto territorial das políticas de financiamento.

As regiões NUTS (Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos) são uma classificação estabelecida pela União Europeia para fins de análise estatística e administrativa, subdividida em três níveis (NUTS I, NUTS II, NUTS III), definidos de acordo com critérios

populacionais, administrativos e geográficos.¹⁴ Em Portugal, a região Norte é subdividida em oito NUTS III, cada uma correspondendo a um grupo de municípios com características socioeconómicas semelhantes. As regiões NUTS III da zona Norte consideradas nesta análise são, portanto: Área Metropolitana do Porto (AMP), que inclui municípios como Porto, Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Maia e Gondomar; Alto Minho, que inclui municípios como Viana do Castelo, Ponte de Lima, Arcos de Valdevez e Caminha; Cávado, com os municípios de Braga, Barcelos, Esposende e Vila Verde; Ave, que inclui municípios como Guimarães, Vila Nova de Famalicão, Fafe e Vizela; Tâmega e Sousa, que inclui municípios como Amarante, Penafiel, Lousada e Felgueiras; Alto Tâmega, com os municípios de Chaves, Valpaços, Boticas e Montalegre; Douro, que inclui municípios como Peso da Régua, Lamego, Vila Real e Alijó; e Terras de Trás-os-Montes, que inclui municípios como Bragança, Mirandela, Macedo de Cavaleiros e Miranda do Douro.¹⁵

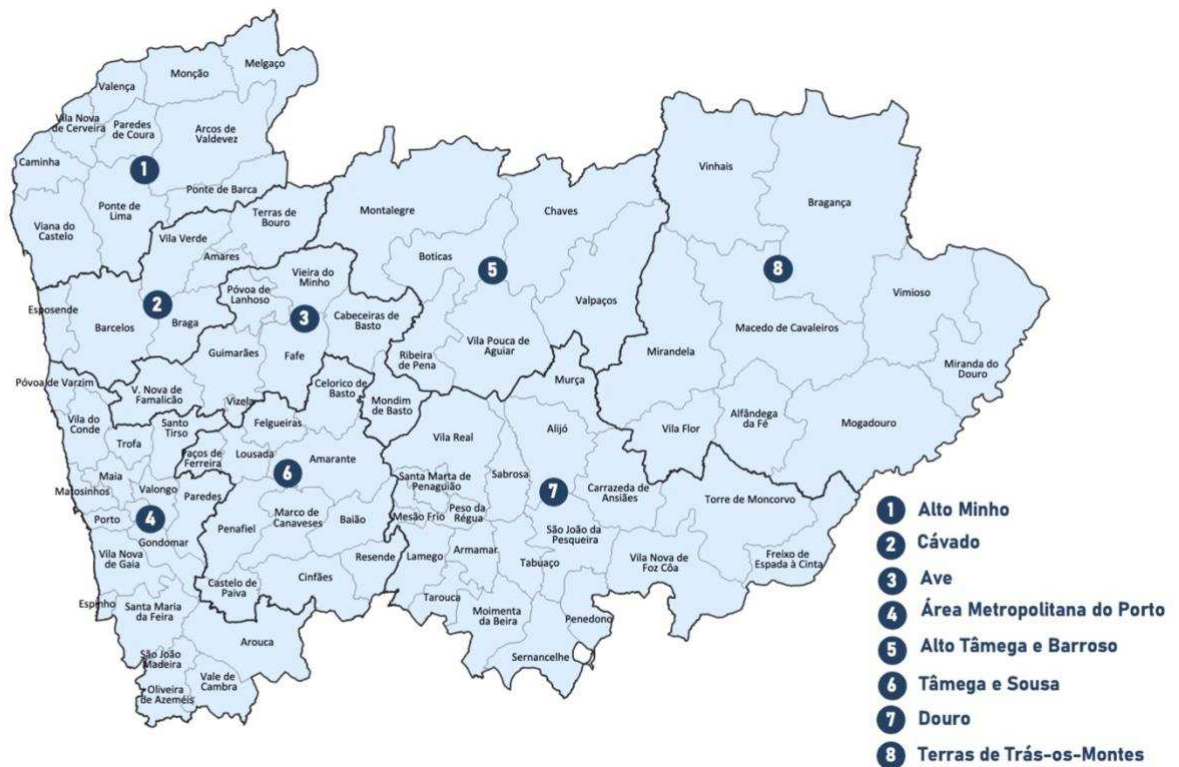


Figura 1 - NUTS III, Mapa da Região Norte¹⁶

¹⁴ Parlamento Europeu. (s.d.). *Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais Estatísticas (NUTS)*. <https://www.europarl.europa.eu/factsheets/pt/sheet/99/nomenclatura-comum-das-unidades-territoriais-estatisticas-nuts-> Consultado a 08/06/2024

¹⁵ Fundação Francisco Manuel dos Santos. (s.d.). *O que são NUTS?*. <https://www.pordata.pt/o+que+sao+nuts> Consultado a 08/06/2024

¹⁶ Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte. (s.d.). <https://www.ccdr-n.pt/pagina/regiao-norte/apresentacao> Consultado a 20/06/2024

Foram consideradas, para esta análise, apenas as modalidades de Apoio Sustentado, quadrienais e bienais, excluindo as modalidades Pontuais e Anuais. Esta decisão deve-se, em primeiro lugar, à dificuldade de identificar a origem das entidades ou artistas nos apoios Pontuais (como assinalado na coluna "Entidade" do Apêndice A). Além disso, estes apoios envolvem projetos de curta duração e com um escopo geográfico mais restrito, o que poderia distorcer a análise da distribuição regional, não permitindo obter uma visão mais clara e consistente do impacto a longo prazo destes financiamentos nas entidades e na programação cultural da região Norte – evitando assim a inclusão de dados que possam não refletir adequadamente a realidade regional.

No período de 2009 a 2012, os apoios diretos quadrienais na Área Metropolitana do Porto totalizaram 13, enquanto as regiões de Alto Minho, Cávado e Douro receberam, cada uma, 1 entidade apoiada. De 2013 a 2016, os apoios quadrienais na AMP aumentaram para 15, com as regiões do Cávado e Tâmega e Sousa cada uma com 1 apoio. No ciclo seguinte, de 2018 a 2021, a AMP manteve 13 apoios quadrienais, 2 no Alto Minho e 2 no Cávado, 1 na região Tâmega e Sousa e 1 no Douro. Para o último ciclo quadrienal em análise, de 2023 a 2026, a AMP viu um aumento significativo para 23 apoios, enquanto o Alto Minho, Cávado e Douro receberam, cada um, 1 entidade apoiada.

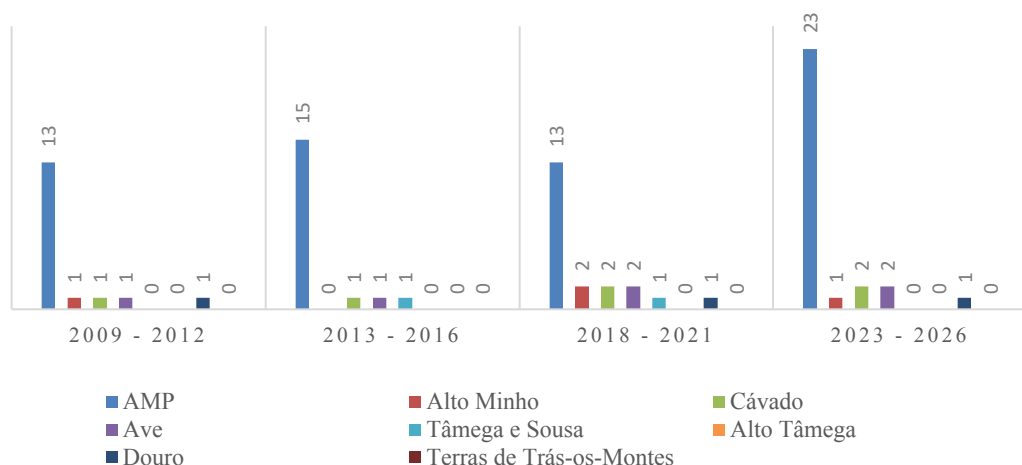


Gráfico 6 - Distribuição por NUTS III das modalidades de apoio sustentado quadrienal, 2011 – 2023

No que diz respeito aos apoios diretos bienais, no período de 2011 a 2012, a AMP foi agregou 9 entidades apoiadas, enquanto Alto Minho recebeu 1, Cávado 2 e Tâmega e Sousa 2. Entre 2013 e 2014, a AMP recebeu 8 projetos apoiados, 1 no Cávado e 1 em Terras de Trás-os-Montes. No ciclo de 2015 a 2016, a AMP teve 3 entidades apoiadas e o Cávado uma. No ciclo seguinte, de 2018 a 2019, a AMP foi contemplada com 18 entidades apoiadas, o Ave com 3 e o Douro com 2. Para o período de 2020 a 2021, a AMP teve 21 entidades apoiadas. No último ciclo, de 2023-2024, a AMP obteve 13 entidades apoiadas, Alto Minho 1, Cávado 2, Ave uma e Alto Tâmega 1.

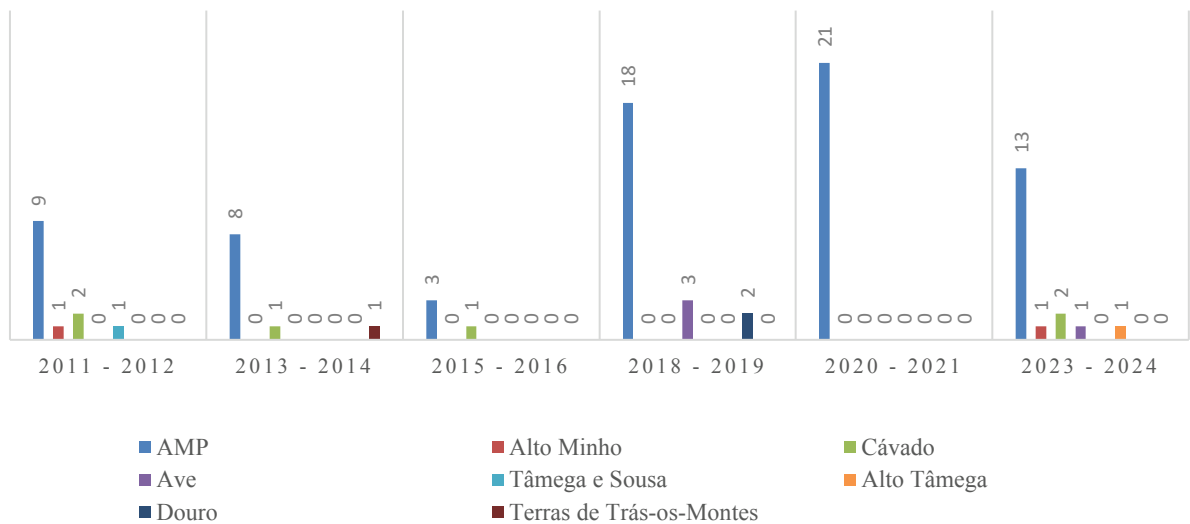
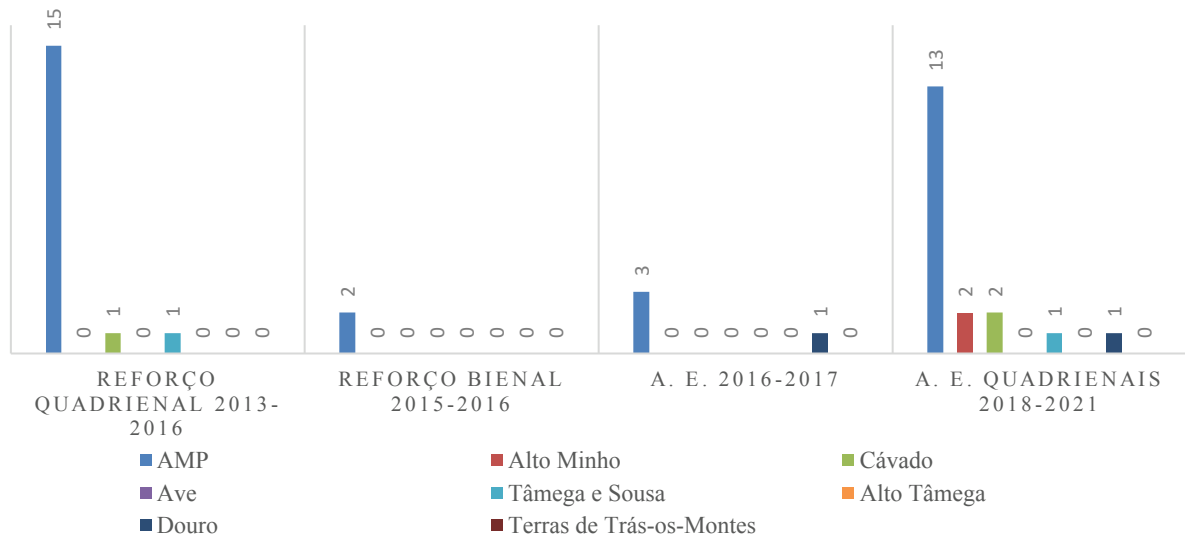


Gráfico 7 - Distribuição por NUTS III das modalidades de apoio sustentado bienal, 2011 – 2023

Por fim, nas modalidades de apoios extraordinários, houve reforços de apoio para o período quadrienal de 2013 a 2016, com a AMP a receber 15 projetos apoiados, 1 no Cávado e 1 no Tâmega e Sousa. O reforço do apoio bienal 2015-2016 beneficiou a AMP com 2 apoios. No período extraordinário de 2016 a 2017, a AMP recebeu 3 apoios e o Douro 1. Finalmente, o apoio de emergência para os quadrienais de 2018 a 2021 resultou em 13 apoios para a AMP, 2 para o Alto Minho, 2 para a região do Cávado, 1 para Tâmega e Sousa e 1 para Douro.



(Legenda: A. E. – Apoio Extraordinário / Emergência)

Gráfico 8 - Distribuição por NUTS III das modalidades de apoio sustentado extraordinário, 2011 – 2023

A comparação destes números evidencia, claramente, a Área Metropolitana do Porto como a região do Norte mais beneficiada em termos de entidades e projetos com Apoio Sustentado, o que acompanha, naturalmente, a maior densidade populacional – fator que impacta, positivamente, a sustentabilidade, desenvolvimento e presença cultural da região.

No entanto, as restantes regiões apresentam números bastante reduzidos de apoios, comparativamente ao número total de projetos abrangidos. Além disso, verifica-se uma repetição das mesmas entidades, nas mesmas cidades, ao longo dos anos. No Alto Minho, os apoios sustentados foram sempre direcionados para as mesmas duas entidades, uma em Viana do Castelo – Teatro do Noroeste - Centro Dramático de Viana, CRL – e outra em Paredes de Coura – Comédias do Minho Associação para a Promoção de Atividades Culturais no Vale do Minho –, com exceção do biénio 2023-2024, que incluiu uma entidade de Caminha. No Cávado, os apoios foram predominantemente para Braga – com entidades como a CTB - Companhia Teatro Braga e Arte Total - Centro de Educação pela Arte –, exceto no ciclo bienal 2023-2024, que abrangeu também uma entidade de Esposende. Na região do Ave, as entidades apoiadas estão maioritariamente em Vila Nova de Famalicão, com uma exceção em Guimarães no biénio 2018-2019. Na região Tâmega e Sousa, apesar de ser frequentemente contemplada nestes apoios, estes foram, invariavelmente, direcionados para a mesma entidade, a Jangada - Cooperativa Teatro Profissional, em Lousada. A região do Douro tem consistentemente beneficiado apenas a cidade

de Vila Real, enquanto em Terras de Trás-os-Montes, o único apoio registado foi em Macedo de Cavaleiros. Este padrão de distribuição reflete uma concentração de apoios em poucas cidades, mesmo fora da AMP, limitando a verdadeira descentralização e diversidade cultural nas regiões do Norte.

6 Reflexão Crítica e Perspetivas de Futuro

Aqui chegados, posiciono, agora, esta reflexão na primeira pessoa, naquele que considero ser o caminho mais propício à clareza e profundidade necessárias para encontrar respostas às questões que, inicialmente, propus. O percurso desenhado até aqui, pelos capítulos anteriores, embora mais restrito do que a proposta inicialmente pensada, permitiu-me mapear a evolução das políticas de financiamento às artes, com destaque para a atuação da Direção-Geral das Artes e a sua importância no desenvolvimento das estruturas artísticas ligadas às artes performativas, e com um olhar atento sobre a região Norte. Este processo moldou as minhas inquietações iniciais em contornos mais concretos – por vezes, até contraditórios –, suportados numa base documental sólida e abrangente, inicialmente distante. Refiro-me, em particular, à forte componente legislativa e de análise quantitativa, que constituíram, no fundo, os grandes alicerces na procura de resultados.

Tornou-se, desde cedo, evidente, a necessidade de uma reflexão crítica que fosse além dos números recolhidos, embora tenha encontrado neles o rumo para as minhas questões e, no caso, abandonar algumas delas. Proponho, assim, nesta etapa final, uma síntese das principais conclusões da investigação, destacando as problemáticas identificadas, na tentativa de propor sugestões concretas para um modelo de apoio às artes mais inclusivo e equitativo.

Face à análise preliminar do capítulo anterior, é imperativo recordar que os apoios públicos às artes performativas no Norte, revelam, na minha perspetiva, uma dupla problemática:

- por um lado, a renovação das entidades apoiadas mostra-se deficitária, limitando a inclusão de novas entidades e projetos e a inovação no setor;
- por outro, as assimetrias na distribuição geográfica dos apoios evidenciam uma concentração significativa na Área Metropolitana do Porto, em detrimento de outras sub-regiões e face ao número total de apoios atribuídos.

Estas conclusões, longe de serem meros achados quantitativos, refletem realidades que impactam, naturalmente, o tecido artístico e cultural da região, e que persistem na última década (Gama & Costa, 2021: 101).

6.1 Renovação de Entidades

A primeira grande problemática que emerge desta análise é a escassa renovação de entidades apoiadas, que, lexicalmente, traça, por si, um paradoxo: enquanto essas entidades renovam continuamente a sua fidelização aos apoios, o próprio sistema carece de uma verdadeira renovação, ao limitar a entrada de novas propostas no tecido cultural. Tornou-se claro que, ao longo dos anos, os apoios públicos têm sido direcionados maioritariamente para as mesmas entidades, com a restrita inclusão de novos projetos, padrão que sugere, a meu ver, uma barreira à inovação e à renovação do panorama artístico da região Norte.

Sendo que a vertente de apoio Sustentado – seja na modalidade bienal ou quadrienal – se propõe conduzir à sustentabilidade das entidades, tal objetivo é efetivamente alcançado, dada a predominância de entidades já estabelecidas nos ciclos de financiamento. Sugere, a meu ver, que, embora haja uma renovação e inclusão de novos participantes, o sistema ainda favorece, em grande parte, as entidades que já demonstraram sucesso e estabilidade – ainda que estes parâmetros sejam, naturalmente, subjetivos. Esta tendência pode ser vista como uma abordagem cautelosa que garante que o investimento produza resultados tangíveis, a longo prazo, mas limita a diversidade ao concentrar recursos em entidades já validadas no panorama artístico – não querendo com isto dizer, claro, que estes projetos artísticos devem ver a sua sentença na renovação de apoios. Pelo contrário.

Nos ciclos mais recentes em análise, observa-se um aumento substancial no montante total de verbas disponíveis, o que, naturalmente, permitiu apoiar um maior número de entidades, incluindo a integração de novos participantes, ainda que este aumento reflita tanto uma resposta a uma maior procura por parte das entidades artísticas como um esforço político para robustecer o apoio às artes.

Ainda relativamente aos apoios sustentados, o Decreto-Lei n.º 103/2017, de 24 de agosto, estabeleça que:

- “3 - As entidades que pretendam beneficiar de apoio bienal devem ter, pelo menos, quatro anos de atividade profissional continuada.
- 4 - As entidades que pretendam beneficiar de apoio quadrienal devem preencher os seguintes requisitos cumulativos:
 - a) Ter, pelo menos, seis anos de atividade profissional continuada;
 - b) Ter beneficiado de apoio financeiro do Estado, através da DGArtes, durante um período mínimo de quatro anos;

c) Dispor de instalações apropriadas para os fins a que se destina o apoio.”

Desta perspetiva, antevê-se uma lógica de continuidade e progressão que proporciona às entidades o tempo necessário para adaptação e crescimento, contando com a avaliação e validação dos planos de atividades apresentados e permitindo-lhes, assim, uma base sólida para avançar para níveis de apoio mais elevados. No entanto, observo que, na prática, a transição de bienais para quadrienais é pouco assídua, face à quantidade de projetos que se mantêm apoiados nos quadriénios (como descrito no Apêndice B). Analisando os dados mais recentes, como já vimos, verifica-se, por exemplo, que, entre 2018-2021, 10 entidades que receberam apoio quadrienal mantiveram esse apoio, enquanto apenas 1 nova entidade transitou do bienal anterior, de 2015-2016.

Ou seja, embora o aumento do investimento tenha permitido uma maior inclusão de novas entidades, ao longo do tempo, a transição de apoios bienais para quadrienais continua a ser limitada. A proporção de entidades que conseguem escalar para apoios quadrienais permanece relativamente baixa, efetivando a dificuldade de muitas entidades em avançar para níveis mais elevados de financiamento e, consequentemente, de elevar a sua atividade artística a novas dimensões de produção e estabilidade. Da mesma forma, a análise dos ciclos bienais revelou uma imagem ambígua de inovação e descontinuidade, enquanto o número de entidades apoiadas cresce e a diversidade de disciplinas aumenta, mas a falta de continuidade entre ciclos e a dificuldade na progressão permanece.

Tendo em vista um caso concreto, interessa-me abordar a controvérsia relacionada com os Apoios Sustentados 2023-2026, que evidenciou, claramente, esta disparidade na distribuição de verbas e a equidade entre modalidades de apoio, temas centrais desta reflexão e que me trouxeram até aqui. Em abril de 2022, foram anunciados os montantes para o ciclo de apoio sustentado, inferiores ao ciclo anterior, 2021-2022 – especialmente se considerarmos a medida adicional de combate aos efeitos da pandemia que acabou por integrar mais estruturas do que havia sido previsto –, decisão que gerou, naturalmente, preocupação no setor, com receios de que muitas estruturas já financiadas perdessem o apoio e que poucas novas entidades conseguissem ser integradas.

Em resposta, várias estruturas artísticas reivindicaram um reforço de verbas para os apoios sustentados e a vontade de diálogo com o Ministério da Cultura, mas, apesar desses pedidos e de

uma reunião com o Ministro da Cultura, em julho de 2022, inicialmente não houve abertura para um reforço de verbas, antes da divulgação dos resultados. Em meados de setembro desse ano, foi finalmente anunciado um reforço de verbas, exclusivamente destinado aos concursos quadrienais, com a justificação de que se esperava uma grande migração de candidaturas da modalidade bienal para a quadrienal. Contudo, os resultados provisórios revelaram que tal migração não ocorreu na magnitude antecipada, criando uma assimetria significativa entre as duas modalidades de apoio sustentado.

De acordo com a Direção-Geral das Artes, cerca de 88% das candidaturas admitidas a concurso na modalidade quadrienal foram propostas para apoio, enquanto apenas 49% das candidaturas bienais receberam a mesma proposta. Esta desproporção é exacerbada pela distribuição desigual do reforço de verbas: na dança, os apoios quadrienais tiveram um aumento de 96% em relação ao ciclo anterior, enquanto os bienais tiveram um aumento de apenas 4%. Na música, o reforço foi de 198% para os quadrienais e 33% para os bienais.¹⁷

As inquietações inicialmente suscitadas, e que me trouxeram a este ponto, foram diretamente moldadas por este contexto de injustiça e desigualdade no acesso aos apoios, um reflexo claro da dificuldade, para novas entidades e projetos, em se integrar e afirmar no panorama artístico português. Não me restam dúvidas, claro, senão assumir a necessidade e pertinência de uma reformulação das políticas de financiamento, de modo a garantir uma distribuição mais equitativa e inclusiva, que fomente um ecossistema cultural diversificado e dinâmico.

Longe de projetar certezas, e baseando-me na minha experiência, acredito que uma das principais causas desta problemática reside na rigidez dos critérios de avaliação, que tendem a favorecer entidades já estabelecidas, dotadas da capacidade de cumprir os requisitos burocráticos, especialmente no que diz respeito ao preenchimento dos formulários de candidatura. Coloca-se, assim, a tónica num projeto que se propõe existir, em detrimento daqueles que são efetivamente realizados, embora tal não signifique que, em todos os casos, se verifique este fosso.

De acordo com Neves et al. (2017), são várias as dificuldades apontadas pelas entidades que nunca concorreram ao apoio, incluindo o cumprimento das condições de elegibilidade, a

¹⁷ <https://www.dgartes.gov.pt/pt/noticia/5783> (Consultado a 22/05/2024)

complexidade e burocracia do processo de candidatura, e a desconfiança face ao processo de seleção. Por exemplo, são levantados testemunhos como:

"Alguns concursos terem a necessidade de tempo mínimo de actividade que ainda não preenchemos. Todos os concursos terem a necessidade de experiência prévia comprovada de criação ou produção o que limita o acesso inicial aos mesmos." (Neves et al., 2017: 39)

Ou:

"As datas de anúncio de abertura de concurso são extremamente tardias o que impossibilita preparação eficaz do projecto artístico e recolha de documentação obrigatória para execução das candidaturas." (Neves et al., 2017: 39)

Outros testemunhos sublinham a complexidade dos formulários e a falta de preparação das estruturas para os preencher:

"Não tendo orçamento para pagar a um especialista nem tempo para dedicar ao preenchimento dos formulários, sigo utilizando outras formas de financiamento, ou seja, ganho o dinheiro a dar aulas e tento vender os espectáculos." (Neves et al., 2017: 40)

Ainda neste segmento:

"Tentámos fazer candidatura, mas a plataforma pede informações que são complicadas de completar, pois o Diretor da Companhia, é também técnico de luz, som, coreógrafo, faz o marketing, etc. Como não temos possibilidade de pagar a alguém para fazer esse tipo de trabalho. Na plataforma é pedido sempre o valor orçamental para todos esses cargos, sendo o Diretor quem faz esse trabalho é muito difícil concorrer pois estaria a colocar o seu nome em todos estes critérios." (Neves et al., 2017: 40)

A desconfiança no processo de seleção também se destaca como fator dissuasor, com argumentos como:

"Conhecimento de que as verbas disponíveis são escassas e que as entidades já apoiadas têm sempre alguma vantagem inicial." (Neves et al., 2017: 41)

E, da mesma forma:

"Não fiz candidaturas, primeiro, por pensar que esta atribuição de fundos pode já estar reservada a determinados grupos, grupos já conhecidos e bem posicionados no mercado." (Neves et al., 2017: 41)

Os critérios atuais de avaliação e a constante aposta nas mesmas entidades demonstram, apesar de tudo, a valorização do histórico, particularmente no que diz respeito à longevidade das entidades, característica que é, a meu ver, meritória e que deve ser preservada. Contudo, acredito que esta valorização não implica, necessariamente, que estas entidades mantenham a sua atividade com propósitos artísticos pensados e renovados. Embora positiva, esta preocupação dificulta o equilíbrio entre a estabilidade financeira, que permite às entidades desenvolver projetos de longa duração com impacto duradouro – especialmente na criação e fidelização de públicos – e a dependência que isso pode gerar para uma estrutura que sabe como garantir o seu financiamento, apostando em elementos alheios ao seu propósito artístico e social. O foco no histórico e na capacidade administrativa favorece, inevitavelmente, as entidades de maior dimensão e mais antigas, limitando a diversidade, ao excluir grupos emergentes e de menor escala.

Ademais, subsiste, no âmbito das minhas questões-sem-resposta, a eficácia da avaliação daquilo que se considera um projeto bem-sucedido: deverá esta avaliação centrar-se na execução financeira, no propósito artístico e social, ou no impacto que este teve? Entenda-se por execução financeira a importância atribuída ao rigor no cumprimento do orçamento previsto na candidatura, sem desvios significativos; por propósito artístico e social, a atenção à pertinência do projeto face aos parâmetros avaliados na candidatura; e, por impacto, a auscultação e avaliação, ao término do projeto, dos resultados efetivos em termos de mediação e públicos alcançados, questões sociais de inclusão e contributo real para o desenvolvimento cultural da região onde as atividades foram realizadas.

Neste segmento, relembro o que já foi mencionado relativamente ao relatório preenchido pelas entidades após a realização do projeto, incluindo a análise prospetiva, expectativas de continuidade e perspetivas futuras. Para reforçar a transparência e a eficácia do processo de apoio, acredito que a publicação destes documentos administrativos facilitaria a análise do que foi concretizado em comparação àquilo que foi proposto. Acredito nesta divulgação como elemento útil para identificar boas práticas e áreas de melhoria, promovendo um parecer contínuo que beneficiaria tanto as entidades apoiadas como a própria DGArtes. Além disso, esta medida estaria também alinhada com a recomendação de reforçar o apoio aos projetos com base nos resultados alcançados.

Ou seja, para entidades que já tenham beneficiado de apoio e que se candidatem a novos ciclos de financiamento, é, para mim, pertinente que uma parcela significativa da pontuação da candidatura se baseie no impacto de projetos anteriores, contemplando os parâmetros, já referidos, de uma avaliação ao término do projeto. No fundo, acredito que, ao valorizar a atividade pregressa em termos de impacto concreto das atividades realizadas, haverá um incentivo, às entidades, a perpetuar a consistência, propósito, qualidade e relevância nos seus planos de atividades.

Ainda neste segmento, a crescente profissionalização na elaboração de candidaturas delineou, nos últimos anos, um mercado com estruturas especializadas exclusivamente com este propósito, realidade que me parece contribuir para a desvalorização dos projetos concretizados, possivelmente em benefício das narrativas apresentadas nas propostas submetidas. Torna-se, para mim, premente a necessidade de uma revisão dos critérios de seleção e acompanhamento dos projetos financiados, de modo que estes sejam avaliados preponderantemente pelo impacto real das iniciativas concretizadas.

Consciente das fragilidades e complexidade de propor e efetivar mudanças, considero, primeiramente, essencial a implementação de duas vertentes de candidaturas distintas para todas as modalidades de apoio, com montantes especificamente alocados a cada uma delas: uma destinada a entidades ou artistas singulares que já tenham sido apoiados em ciclos anteriores, e outra para aqueles que nunca obtiveram apoio, seja por ser a primeira vez que concorrem, seja por não terem tido acesso a qualquer financiamento prévio. Esta distinção garantiria, na minha perspetiva, uma maior equidade no acesso aos apoios, permitindo que novas entidades tenham uma oportunidade efetiva de se integrar e desenvolver no quadro artístico. Na mesma lógica, outra hipótese a considerar seria a criação de contratos-programa de média duração, por exemplo, entre 10 a 15 anos, destinados a estruturas já consolidadas, dispensando-as do processo de concurso, nesse período. Estes contratos-programa deveriam ser acompanhados de critérios rigorosamente definidos, assegurando que apenas entidades com comprovada relevância e impacto cultural e regional fossem contempladas. Paralelamente, o processo de concurso seria mantido para entidades emergentes ou para aquelas em atividade até um número de anos menor, garantindo assim que novas estruturas têm a possibilidade de acesso a financiamento.

6.2 Distribuição Geográfica

A segunda grande problemática diz respeito à distribuição geográfica dos apoios às artes performativas, na região Norte. Assumo esta questão particularmente relevante dada a minha proximidade a Trás-os-Montes, região claramente afetada pelos efeitos adversos da centralização urbana nas grandes cidades. Inicialmente, tinha previsto, no desenho deste projeto de investigação, um estudo de caso de uma sub-região específica, precisamente para compreender o estado cultural de uma zona afastada dos grandes centros urbanos. Contudo, a recolha de dados no capítulo anterior levou-me a abandonar essa ideia, ao revelar que a concentração geográfica dos apoios não permite uma análise substancial em zonas onde a atividade cultural é praticamente inexistente.

A análise dos dados revelou uma clara assimetria na alocação dos recursos, com uma concentração significativa na Área Metropolitana do Porto, em detrimento de outras sub-regiões. Esta concentração resulta numa centralização das atividades artísticas, limitando o acesso e a participação cultural em áreas mais periféricas. Embora a densidade populacional e o maior número de entidades dedicadas à criação artística justifiquem parcialmente esta concentração, não justificam a persistência deste padrão ao longo dos anos. Mesmo as zonas apoiadas fora da AMP são, na sua maioria, grandes cidades do norte como Braga, Guimarães e Viana do Castelo.

É da consciência da DGArtes que esta preocupação deve ser tida em conta, como evidenciado no Manual do Candidato relativo aos apoios de 2022, que estipula:

“Considerando o fim de interesse público de correção de assimetrias territoriais previsto no artigo 3.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 103/2017, de 24 de agosto, na sua redação atual, é apoiada a candidatura com pontuação mais elevada, com pelo menos 60 % da pontuação global máxima, em cada uma das regiões (NUTS II): Alentejo, Algarve, Área Metropolitana de Lisboa, Centro, Norte, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira, indicada por concurso.”¹⁸

Apesar de a DGArtes reconhecer esta preocupação, como evidenciado pelo critério de apoio que estipula um número mínimo de projetos apoiados em cada região, ou até pela criação

¹⁸ Manual do Candidato 2022 – Programa de Apoio Sustentado às Artes

do Programa de Apoio em Parceria Arte e Coesão Territorial¹⁹, estas ações não resolvem, a meu ver, a questão levantada. A mera imposição de um mínimo obrigatório de entidades apoiadas por região ou a criação de uma vertente de apoio isolada que apenas projeta a realização de apresentações públicas em determinados municípios não aborda as disparidades subjacentes, nem tão pouco incentiva a uma atividade cultural continuada nem à fixação de entidades em zonas periféricas.

Em primeira instância, este critério pretende responder às disparidades regionais, assegurando que cada região NUTS II possua um número mínimo de projetos apoiados, desde que estes atinjam a pontuação mínima estabelecida. No entanto, tal disposição suscita-me dúvidas quanto à coerência e à eficácia da avaliação das candidaturas no modelo atual. Se a seriação inicial das candidaturas se fundamenta na pontuação atribuída às propostas de projeto, priorizando-se a qualidade e o potencial artístico – e não deixando esquecer as questões levantadas na discussão anterior –, qual é, então, a relevância desta seriação quando a atribuição final de apoio pode ser alterada por critérios geográficos?

Este critério regional, que assegura, então, apoio à entidade mais pontuada em cada região, independentemente da sua posição na classificação geral, levanta, para mim, uma contradição. A título de exemplo, uma candidatura na Região Autónoma dos Açores que obtenha 60% de avaliação será apoiada, mesmo que existam candidaturas noutras regiões, como o Norte, com pontuações significativamente superiores que não sejam contempladas. Embora não pretenda desvalorizar a necessidade de garantir apoio às regiões menos favorecidas, a importância atribuída à seriação das candidaturas torna-se questionável quando se torna passível de ser alterada por critérios geográficos.

Portanto, ainda no âmago das minhas questões-sem-resposta: será justo retirar o apoio a um projeto que chegue a 100 mil pessoas para beneficiar outro destinado a 5 mil, apenas por uma questão de localização geográfica? O contrário – e considerando que, se não existirem projetos de qualidade nas regiões periféricas, não se verifica atividade cultural –, também é possível?

¹⁹ O Programa de Apoio em Parceria Arte e Coesão Territorial, criado em 2023 e desenvolvido pela DGARTES em colaboração com o Iscte – Instituto Universitário de Lisboa e o Observatório Português das Atividades Culturais (OPAC), visa promover a coesão territorial e corrigir as assimetrias regionais no acesso à criação e fruição culturais. Com um financiamento total de um milhão de euros, este programa apoia projetos com duração mínima de 18 meses e máxima de 24 meses, abrangendo artes visuais, artes performativas e cruzamentos disciplinares. Os apoios destinam-se a atividades desenvolvidas nos municípios identificados pelo OPAC como “territórios de menor densidade de atividade artística profissional”. **Fonte:** Manual do Candidato 2023 - Programa de Apoio em Parceria Arte e Coesão Territorial

Compreende-se a lógica de corrigir assimetrias, mas qual é o equilíbrio entre a qualidade do projeto artístico e a região onde a entidade está sediada? Por que razão, por exemplo, na Área Metropolitana do Porto se apoiam 40 entidades, enquanto em Trás-os-Montes apenas uma? Será por falta de projetos em Trás-os-Montes, por menor competência das candidaturas, ou simplesmente pela diferença na densidade populacional? Ao aplicar este critério às regiões NUTS II, não se consideram as especificidades das sub-regiões. A AMP pode, naturalmente, ser equiparada a Trás-os-Montes, ignorando-se as particularidades e necessidades distintas destas áreas.

Não me parece, portanto, que a questão destas assimetrias se resolva simplesmente ao assegurar um número mínimo obrigatório de entidades apoiadas por região, como já observámos. Assim, e considerando igualmente as soluções que proponho, que estão longe de ser simples ou imediatas, questiono a pertinência de considerar alternativas. Talvez o caminho passe por exigir um número mínimo de atividades realizadas em determinadas regiões, independentemente da localização da entidade proponente, ou assegurar que uma percentagem das atividades de um projeto seja realizada em diversas regiões. Por exemplo, uma entidade sediada no Porto teria, obrigatoriamente, de realizar um determinado número de atividades em áreas menos centrais – atividades essas que promovam, de alguma forma, um impacto significativo – sem que isso, naturalmente, condicione o propósito artístico do projeto. Voltando ao exemplo anterior da Região Autónoma dos Açores: e se retirássemos a prioridade regional em detrimento da pontuação da candidatura e, em vez disso, fosse possível redistribuir candidaturas menos pontuadas para outras regiões? Pensemos, neste caso, na hipótese de convidar determinadas entidades a realizarem as suas atividades, inicialmente projetadas noutra região, nos Açores.

Claro está que tal hipótese me levanta outra preocupação. É fácil, desta forma, perpetuar uma visão paternalista das regiões periféricas, tratando-as como se fossem áreas desprovidas de valor cultural intrínseco e reduzindo todos os projetos a simples ações de assistência comunitária. Isto pode facilmente ser descurado e até acentuar o fosso existente, pela falta de conhecimento do meio e das suas necessidades. Parece-me, assim, redutor assumir que qualquer projeto pode ser encaixado nestes contextos apenas por facilitar o acesso ao apoio.

Como Saraiva (2014) sublinha:

“Mais do que a existência de equipamentos culturais é necessário o envolvimento da população. E essa tem isso uma das falhas na democratização.

A fraca formação de públicos contribui para salas cheias de cultura mas sem pessoas para as apreciar.” (Saraiva, 2014: 17)

Tendo isto em consideração, é claro, para mim, que tais objetivos só poderão ser postos em prática tendo em vista uma maior proximidade e ação de organismos de gestão regional, que atuem com um conhecimento mais aprofundado das realidades locais, e com profissionais dedicados às várias frentes que estes apoios visam combater.

Augusto Santos Silva (1997), diz-nos:

"Quanto à divisão de tarefas, o princípio da subsidiariedade pode ser aplicado com proveito para todos. Talvez não haja domínio em que a actuação do Estado central possa ser mais discreta e distanciada, mais absorvida pelas questões de relevância directamente nacional, do que a cultura. Em dois planos. Uma transferência equilibrada de recursos e competências para níveis políticos e administrativos mais próximos das redes e dos circuitos locais permite importantes ganhos de eficiência técnica e de impacto social. E resultado análogo teria a maior autonomização, face ao nível propriamente político, dos institutos públicos de gestão ou regulação, seja do património, seja das artes cénicas, seja da rede de leitura, e assim por diante." (Silva, 1997: 47)

Ou seja, sugere que a cultura é uma área onde a intervenção do Estado central pode ser mais eficiente se for limitada a questões de âmbito nacional – garantida, no caso pela DGArtes –, deixando a gestão mais detalhada e específica para os níveis regionais e locais – como ditam os casos das Direções Regionais de Cultura, as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional²⁰ ou, até, as Comunidades Intermunicipais. A transferência de recursos e competências para autoridades locais e regionais, que estão mais próximas das comunidades e das suas necessidades culturais, pode aumentar a eficiência e o impacto das políticas culturais. Claro que, quando feita de forma autónoma, levanta igualmente questões, principalmente tendo em conta uma tendência crescente para justificar a política cultural em termos da sua contribuição para o crescimento económico (Garcia et al., 2016) em detrimento de outros aspetos que já levantámos, ou até perpetuando os objetivos locais de domínio cultural somente às manifestações ditas tradicionais, como a associação recreativa, o grupo folclórico ou a banda de música (Silva, 2007).

²⁰ A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N) é uma entidade pública responsável pela coordenação e execução de políticas de desenvolvimento regional na região Norte de Portugal. Na área da Cultura, as CCDRs surgiram devido à extinção das Direções Regionais de Cultura e à criação das Unidades de Cultura dentro das Comissões de Coordenação, conforme estipulado pelo Decreto-Lei n.º 36/2023, de 26 de maio, alíneas b) do n.º 1 do artigo 3.º.

Tendo em vista esta ação regional, ainda que mantendo os apoios já estabelecidos pela DGArtes, parece-me pertinente que, a cada abertura de concurso, seja traçado um desenho claro – feito em parceria com uma presença regional forte – das diretrizes necessárias a cada sub-região, numa lógica de continuidade e de desenvolvimento cultural regional. Neste caso, assumo como essencial o esforço coletivo entre a DGArtes e as entidades acima mencionadas, numa lógica de complementaridade de funções, no que diz respeito a todos os programas e apoio em causa. Por exemplo, as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional assumiriam a coordenação das diretrizes culturais para cada sub-região, facilitando o mapeamento de necessidades culturais específicas e a criação de estratégias para promover a cultura regional. Seriam, tendo em consideração as sugestões já levantadas, responsáveis pela avaliação pós-projeto do impacto cultural e social, assegurando que os objetivos são cumpridos e o contributo efetivo para o desenvolvimento regional. As Comunidades Intermunicipais facilitariam a articulação e circulação entre municípios, mobilizando recursos adicionais, como o estabelecimento de uma rede de programadores e a identificação de espaços de espetáculo disponíveis, promovendo uma oferta cultural diversificada em áreas menos centrais. Envolveriam as comunidades locais no planeamento e execução dos projetos, garantindo relevância e resposta às necessidades da população. A DGArtes manteria o papel de coordenador central e de mediador de todos os intervenientes, assegurando coerência e a gestão dos apoios.

Acredito nesta preocupação de uma distribuição geográfica mais equilibrada como veículo fundamental para assegurar um desenvolvimento cultural inclusivo e sustentável. As políticas de financiamento devem ser desenhadas de modo a promover a diversidade e a inclusão, garantindo que todas as comunidades, independentemente da sua localização, tenham acesso a oportunidades artísticas e culturais.

Como destacado por Saraiva (2014):

"Utopicamente falando, o culminar deste processo seria que todos os cidadãos tivessem acesso a todo o tipo de cultura e a compreendessem." (Saraiva, 2014: 16)

Ao longo de todo este processo de reflexão, entre esquemas e questões que moldaram a escrita destas linhas, subsistiu, em mim, a dúvida quanto à possibilidade de se resolverem todas as problemáticas que levanto unicamente através do aumento do orçamento destinado à Cultura,

nos sucessivos Orçamentos de Estado. Parece-me evidente que, ainda que influenciada pela minha atividade profissional, um aumento do orçamento seria bem recebido pelo setor. Contudo, acredito que tal medida, por si só, não seria suficiente. Embora assuma essencial que se considere outras formas de financiamento – como o mecenato, patrocínios privados e fundos europeus – numa lógica de complemento ao apoio estatal e de contributo a sustentabilidade e diversidade no financiamento das artes performativas, é crucial que estas não negligenciem o papel predominante do Estado em garantir as condições necessárias e o investimento nos apoios estatais, especialmente nos descritos até aqui, por parte da DGArtes. Um incremento orçamental, se não acompanhado de uma gestão criteriosa e ajustada às reais necessidades do setor e das regiões, poderia perpetuar ineficiências, considerando, como já analisados, os critérios atualmente vigentes.

Concluo, assim, este segmento das minhas questões-sem-resposta, permanecendo ao lado dos profissionais que me rodeiam, na vontade e esperança de ver "aumentar em 50% o valor atribuído à cultura no Orçamento de Estado, ao longo dos próximos quatro anos" (XXIV Governo Constitucional, 2024, p. 119).

6.3 Perspetivas de Futuro – Quadro Síntese

Como mapa das questões levantadas e das propostas apresentadas ao longo desta dissertação, este quadro-síntese representa um breve resumo das linhas que esta investigação traçou, consistente de representar apenas uma amostra de todo o pensamento desenvolvido, nos capítulos anteriores.

Questões Levantadas	Perspetivas Futuras
Desafio na recolha de dados marcada pela informação dispersa e de acesso pouco imediato.	Uniformização dos critérios de apresentação dos apoios concedidos pela DGArtes.
Motivos que levam o diretor-geral a presidir exclusivamente ao júri de uma região específica e restante critério de distribuição dos júris.	Sugestão para ser alvo de novos objetos de estudo e análise.
Falta de dados públicos detalhados sobre o perfil dominante dos membros das bolsas de consultores e especialistas.	Sugestão para ser alvo de novos objetos de estudo e análise e uniformização da informação disponível.
Renovação deficitária das entidades apoiadas, limitando a inclusão de novas entidades e projetos.	Valorizar a atividade pregressa em termos de impacto concreto das atividades realizadas. Implementação de duas vertentes de candidaturas distintas para entidades já apoiadas e para novas entidades.
Transição pouco assídua de apoios bienais para quadrienais.	Implementação de duas vertentes de candidaturas distintas para entidades já apoiadas e para novas entidades. Criação de contratos-programa de média duração para estruturas já consolidadas.
Pertinência das questões do relatório final e a relação entre critérios de avaliação e execução dos projetos.	Publicação dos documentos administrativos, como os relatórios finais das entidades apoiadas.
Assimetrias na distribuição geográfica dos apoios, com concentração significativa na Área Metropolitana do Porto.	Maior proximidade e ação de organismos de gestão regional, assegurando atividades em diversas regiões.
Ineficácia do critério que visa assegurar um número mínimo de projetos apoiados por região NUTS II.	Número mínimo de atividades realizadas em determinadas regiões, independentemente da localização da entidade proponente, ou assegurar que uma percentagem das atividades de um projeto seja realizada em diversas regiões. Convite a que entidades mais pontuadas realizem os seus projetos noutras regiões.

Quadro 5 – Quadro Síntese de Perspetivas Futuras

7 Conclusão

Ainda que o impulso para esta investigação estivesse, essencialmente, na minha proximidade ao tema enquanto artista e na vontade de refletir e escrever sobre o assunto, todo o processo revelou-se um constante desafio, longe de ser imaginado, antes de esboçar os primeiros passos.

Inicialmente, a metodologia proposta incluía uma caracterização detalhada dos projetos apoiados, considerando variáveis como a vertente artística, o tipo de estrutura ou espetáculo, a localização do projeto, o público-alvo, a dimensão do projeto, a orientação estética e os objetivos propostos. Pretendia-se caracterizar dois projetos por cada área artística, de modo a garantir a concisão, sem descuidar dos aspetos essenciais para a análise. Além disso, seria avaliado o impacto destes apoios nas próprias entidades artísticas, tendo em consideração aspetos como a capacidade institucional, a sustentabilidade, o número e a escala das produções financiadas.

Adicionalmente, planeava-se uma análise do impacto regional destas entidades e projetos, incluindo a avaliação do número de estruturas ativas por sub-região, a oferta cultural por elas gerada, as atividades de mediação de públicos e as infraestruturas culturais associadas. Devido à impossibilidade de analisar detalhadamente todos os projetos e entidades artísticas apoiadas, seriam considerados apenas casos-exemplo da zona Norte, com a preocupação de garantir sempre um elemento comparativo entre a Área Metropolitana do Porto e outra sub-região. Em síntese, a reflexão sobre os dados recolhidos visava interligar os projetos caracterizados com os critérios de avaliação descritos.

A abordagem qualitativa focar-se-ia na interpretação das políticas culturais, na experiência dos agentes culturais e no impacto real dos programas de financiamento na comunidade artística, através do contacto direto com artistas de estruturas concorrentes e membros das comissões de avaliação. Neste sentido, as entrevistas semiestruturadas foram concebidas como um instrumento metodológico privilegiado que, seguindo as orientações de Minayo e Costa (2018), permitiria a combinação de um conjunto de questões predefinidas com perguntas abertas, facilitando o caminho necessário para as informações específicas pretendidas e proporcionando aos entrevistados a liberdade para refletir e partilhar as suas perspetivas espontaneamente.

No entanto, durante o decorrer do trabalho, tornou-se evidente que alguns tópicos inicialmente propostos na metodologia, como o estudo de caso, as entrevistas e a caracterização

detalhada de projetos, exigiram um desenvolvimento que ultrapassaria os limites da presente dissertação. Constatou-se que esses tópicos se desviavam do propósito da dissertação e poderiam, antes, configurar novos estudos. Por outro lado, a recolha de dados dos apoios concedidos à zona Norte revelou-se mais abrangente e esclarecedora do que o previsto, fornecendo respostas diretas que suprimiram a necessidade dessas abordagens adicionais. Assim, optou-se por concentrar os esforços na análise quantitativa e na interpretação dos dados obtidos, assegurando que o estudo mantivesse o seu rigor e relevância.

Partir das minhas inquietações, fator que tanto me comprometeu na procura de respostas, revelou que estas constituem apenas uma ínfima parcela de um vasto e complexo sistema de organização e gestão governamental – fator que me fez abandonar algumas das conceções e objetivos iniciais, ao confrontar-me com a complexidade e a vastidão de um terreno que me era, até então, profundamente desconhecido.

Embora ainda inquieta – e desejosa de assim o continuar –, termino consciente de estar, agora, mais capaz de compreender o mundo que me rodeia, com ferramentas que me permitem agir, com uma voz mais habilitada, na vontade utópica de procurar um mundo melhor.

Concluo esta etapa convicta de que, longe de representar apenas um trabalho académico, possa contribuir para o olhar atento que todo um setor anseia.

Legislação

Constituição da República Portuguesa, Capítulo III, Artigo 73.º, VII Revisão Constitucional, 2005

Decreto-Lei n.º 106-B/92, de 1 de junho

Decreto-Lei n.º 6/94, de 12 de janeiro

Decreto-Lei n.º 149/98, de 25 de maio

Decreto-Lei n.º 225/2006, de 13 de novembro

Decreto-Lei n.º 196/2008, de 6 de outubro

Decreto-Regulamentar n.º 35/2012, de 27 de março

Decreto-Lei n.º 114/2012, de 25 de maio

Decreto-Lei n.º 103/2017, de 24 de agosto

Decreto-Lei n.º 36/2023, de 26 de maio

Portaria n.º 1395/2004, de 10 de novembro

Portaria n.º 322-A/2016, de 16 de dezembro

Portaria n.º 71-A/2019, de 28 de fevereiro

Portaria n.º 75-B/2021, de 31 de março

Fontes

DGArtes. (2012). *Apoios Concedidos Pela Direção-Geral das Artes – Relatório 2012*, Lisboa, Direção-Geral das Artes. https://www.dgartes.gov.pt/sites/default/files/files/estudo_apoiosfinanceiros2011-2009.pdf

DGArtes. (2014). *Boletim Anual 2014*, Lisboa, Direção-Geral das Artes. https://www.dgartes.gov.pt/pt/sobre_nos/estudos_e_relatorios

DGArtes. (2011-2023). *[Declarações Anuais]* Lisboa, Direção-Geral das Artes. <https://www.dgartes.gov.pt/pt>

DGArtes. (2011-2023). *[Manuais do Candidato]* Lisboa, Direção-Geral das Artes. <https://www.dgartes.gov.pt/pt>

DGArtes. (2011-2023). *[Planos de Atividades]* Lisboa, Direção-Geral das Artes. <https://www.dgartes.gov.pt/pt>

DGArtes. (2011 - 2023). *[Tabelas de resultados e Entidades Apoiadas]* Lisboa, Direção-Geral das Artes. <https://www.dgartes.gov.pt/pt>

DGArtes. (2017). *DGArtes Em Números – Relatório Estatístico 2017*, Lisboa, Direção-Geral das Artes. https://www.dgartes.gov.pt/pt/sobre_nos/estudos_e_relatorios

Bibliografia

- Alexander, V. D., & Bowler, A. E. (2014). Art at the crossroads: The arts in society and the sociology of art. *Poetics*, 43(1), 1-19.
- Borges V., Lima T. (2014). Apoio público, reconhecimento e organizações culturais: o caso do teatro. *Análise Social*, 49(213), 926-952. <http://hdl.handle.net/10071/17494> Consultado a 29/12/2023
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte. (s.d.). <https://www.ccdr-n.pt/pagina/regiao-norte/apresentacao> Consultado a 20/06/2024
- COMPETE 2020. (s.d.). <https://www.compete2020.gov.pt/> Consultado a 15/06/2024
- Conferência do Porto Santo. (2021). *A cultura e a promoção da democracia: Para uma cidadania cultural europeia*. <https://www.culturaportugal.gov.pt/media/9171/pt-carta-do-porto-santo.pdf> Consultado a 21/02/2024
- Cortez, M., Teixeira, L. (2020) Análise do Setor Cultural e Criativo em Portugal: principais estudos macroeconômicos entre 2008-2018. *Revista Diálogo com a Economia Criativa*, 15(5), p.72-94.
- Costa, A. (1997). Políticas culturais: conceitos e perspectivas. *Observatório das Atividades Culturais*, 2, 10-14.
- Costa, P. R. (2021). A política cultural entre 2015 e 2023: Presença e significado da cultura nos programas dos XXI e XXII governos constitucionais portugueses. In M. Gama & P. R. Costa (Eds.), *Políticas culturais municipais: Análise de documentos estruturantes em torno da cultura* (pp. 57–80). CECS.
- Fundação Francisco Manuel dos Santos. (s.d.). *O que são NUTS?*. <https://www.pordata.pt/o+que+sao+nuts> Consultado a 08/06/2024
- Gama, M., & Costa, P. R. (Eds.). (2021). *Políticas culturais municipais: Análise de documentos estruturantes em torno da cultura*. CECS. <https://hdl.handle.net/1822/73581> Consultado a 27/05/2024
- Garcia, J. L., Lopes, J. T., Martinho, T. D., Neves, J. S., Gomes, R. T., & Borges, V. (2016). Mapping cultural policy in Portugal: From incentives to crisis. *International Journal of Cultural Policy*. <https://doi.org/10.1080/10286632.2016.1248950> Consultado a 20/05/2024
- Gatti, B. A. (2004). Estudos quantitativos em educação. *Educação e Pesquisa*, 30(1), 11-30.
- Henriques, E. B. (2002). Novos desafios e orientações das políticas culturais: tendências nas democracias desenvolvidas e especificidades do caso português. *Finis terra*, 37(73). <https://doi.org/10.18055/Finis1608> Consultado a 18/01/2024
- Instituto Nacional de Estatística. (2022). *Conta Satélite da Cultura 2018-2020*. https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=579021209&DESTAQUESmodo=2 Consultado a 29/12/2023
- Knechtel, M. R. (2014). *Metodologia da pesquisa em educação: Uma abordagem teórico-prática dialogada*. Curitiba, PR: Intersaberes.
- Leite, A. M. F. (2018). *As Políticas Públicas da Cultura em Portugal (1995-2015): Análise das posições ideológicas do PS e do PSD*. [Dissertação de mestrado, Universidade Nova de Lisboa]. Repositório da Universidade Nova de Lisboa.

<http://hdl.handle.net/10362/47277> Consultado a 26/12/2023

Minayo, M. C. (2009). O desafio da pesquisa social. In M. C. Minayo (Org.), *Pesquisa social: Teoria, método e criatividade* (pp. 9-29). Rio de Janeiro, RJ: Vozes.

Minayo, M. C. de S., & Costa, A. P. (2018). Fundamentos Teóricos das Técnicas de Investigação Qualitativa. *Revista Lusófona de Educação*, 40, 139-153.

Ministério da Cultura. (2010). *Orçamento de Estado 2011*. <https://app.parlamento.pt> Consultado a 29/12/2023

Neves J. S., Azevedo J., Gomes R. T., Lima M. J. (2017). *Estudo Posicionamentos das Entidades Artísticas no Âmbito da Revisão do Modelo de Apoio às Artes*. Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL). <http://hdl.handle.net/10071/14962> Consultado a 18/01/2024

Nogare, C. D., & Bertacchini, E. (2015). Emerging modes of public cultural spending: Direct support through production delegation. *Poetics*, 49, 5-19.

Parlamento Europeu. (s.d.). *Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER)*. https://www.europarl.europa.eu/factsheets/pt/sheet/95/el-fondo-europeo-de-desarrollo-regional-feder-?fbclid=IwZXh0bgNhZW0CMTAAAR06BgZwPqrYkidpLfjtgkWjH2dRf4C7phZobRjV-mrCSM7t0BFnSphrC0_aem_ZmFrZWR1bW15MTZieXRlcw Consultado a 15/06/2024

Parlamento Europeu. (s.d.). *Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais Estatísticas (NUTS)*. <https://www.europarl.europa.eu/factsheets/pt/sheet/99/nomenclatura-comum-das-unidades-territoriais-estatisticas-nuts-> Consultado a 15/06/2024

Pereira, J. F. (2017). *Apoios Públicos às Entidades Artísticas em Portugal: a Perspetiva Legislativa* [Dissertação de mestrado, Iscte - Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório do Iscte. <http://hdl.handle.net/10071/15239>

Programa de Apoio Sustentado às Artes para 2023-2026 com novas regras (2022). <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc23/comunicacao/noticia?i=programa-de-apoio-sustentado-as-artes-para-2023-2026-com-novas-regras> Consultado a 17/04/2024

Programa do XIII Governo Constitucional (1995). <https://www.historico.portugal.gov.pt/media/464045/GC13.pdf> Consultado a 30/12/2023

Programa do XIX Governo Constitucional (2011). https://www.historico.portugal.gov.pt/media/130538/programa_gc19.pdf Consultado a 16/12/2024

Programa do XXII Governo Constitucional (2019). <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/comunicacao/documento?i=programa-do-xxii-governo-constitucional> Consultado a 13/03/2024

Programa do XXIV Governo Constitucional (2024). <https://www.portugal.gov.pt/gc24/programa-do-xxiv-governo-pdf.aspx> Consultado a 17/04/2024

Quelhas, A. (2019). *O setor cultural público em Portugal: sistemas de incentivo à criação e difusão*. Relatório de Estágio, Escola das Artes (CRP) - Universidade Católica Portuguesa, Portugal.

Santos, H., Moreira, R. (2013). *Estudo sobre os apoios financeiros diretos concedidos pela Direção Geral das Artes às atividades artísticas (apoios bienais 2011 e quadrienais 2009)*. https://www.dgartes.gov.pt/sites/default/files/files/estudo_apoiosfinanceiros2011-2009.pdf Consultado a 13/01/2024

Santos, M. de L. L. dos. (2008). Políticas Culturais em Portugal. In A. A. C. Rubim & R. Bayardo (Orgs.), *Políticas Culturais na Ibero-América* (pp. 293-323). EDUFBA. Consultado a 23/03/2024

Saraiva, D. (2014). *Democratização Cultural em Portugal - Políticas Culturais Autárquicas*. Relatório de Estágio, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Portugal.

Silva, A. S. (1997) Cultura: das obrigações do Estado à participação civil. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 23. 37-48.

Silva, A. S. (2007). Como abordar as políticas culturais autárquicas? Uma hipótese de roteiro. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 54, 11-33.

Silva, A. S., Babo, E. P. & Guerra, P. (2015). Políticas culturais locais: contributos para um modelo de análise. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 78, 105-124.

UNESCO. (s.d.). *Performing arts (such as traditional music, dance and theatre)*. UNESCO Intangible Cultural Heritage. <https://ich.unesco.org/en/performing-arts-00054> Consultado a 17/02/2024

União Europeia. (s.d.). *European agenda for culture in a globalising world*. <https://eur-lex.europa.eu/PT/legal-content/summary/european-agenda-for-culture-in-a-globalising-world.html> Consultado a 10/06/2024

União Europeia. (s.d.). *Creative Europe*. <https://culture.ec.europa.eu/pt-pt/creative-europe> Consultado a 10/06/2024

Vilaça, C. (2022). *Bienal Internacional de Arte de Gaia (BIAG): situação atual e contributos para o seu desenvolvimento*. [Dissertação de mestrado, Universidade Católica Portuguesa]. Repositório Institucional da Universidade Católica Portuguesa. <http://hdl.handle.net/10400.14/40904> Consultado a 23/12/2023

Apêndices

A - Entidades Apoiadas DGArtes 2011-2023, Artes Performativas, zona Norte

Entidades Apoiadas DGArtes Região Norte Artes Performativas 2011					
Entidade	Região	Área Artística	Domínio	Montante 2011	Modalidade de Apoio
Arte Total - Centro de Educação pela Arte	Norte	Dança	-	36 754,83 €	Apoio Direto Quadrienal 2009 - 2012
Núcleo de Experimentação Coreográfica		Dança	-	69 608,00 €	
Academia de Música de Espinho		Música	-	64 178,73 €	
Orquestra de Jazz de Matosinhos		Música	-	51 744,00 €	
Drumming – Grupo de Percussão		Música	-	60 121,91 €	
Fundação Conservatório Regional de Gaia		Música	-	31 762,89 €	
Academia de Música S. Pio X		Música	-	40 587,56 €	
Pracena - Cooperativa de Produções Teatrais CRL		Teatro	-	81 312,00 €	
Festival Internacional de Marionetas Porto		Teatro	-	96 362,94 €	
Filandorra – Teatro do Nordeste		Teatro	-	74 690,00 €	
Festival Int. de Teatro de Expressão Ibérica		Teatro	-	153 628,11 €	
Seiva Trupe – Teatro Vivo		Teatro	-	220 858,58 €	
Teatro Art'Imagem		Teatro	-	79 587,20 €	
Teatro de Marionetas do Porto		Teatro	-	142 642,50 €	
Teatro do Noroeste – Centro Dramático de Viana		Teatro	-	123 362,66 €	
Visões Úteis, Associação		Teatro	-	90 028,40 €	
Companhia Instável Associação	Norte	Dança	-	56 780,00 €	Apoio Direto Bienal 2011 - 2012
Banda Nova Sinfónica Portuguesa		Música	-	40 560,00 €	
Comédias do Minho - Associação para a Promoção de Actividades Culturais no Vale do Minho		Teatro	-	105.000,00 €	
Panmixia Associação Cultural		Teatro	-	70.782,08 €	
Jangada - Cooperativa de Teatro Profissional, CRL		Teatro	-	75.931,52 €	
Teatro do Bolhão CRL		Teatro	-	112.504,00 €	
Teatro de Ferro		Teatro	-	61.698,63 €	
Pé de Vento - Colectivo de Animação Teatral, C.R.L.		Teatro	-	100.788,00 €	
Assédio - Associação de Ideias Obscuras		Teatro	-	69.225,44 €	
CTB - Companhia de Teatro de Braga, CRL		Teatro	-	152.573,52 €	
O Cão Danado e Companhia		Teatro	-	45.210,99 €	
Teatro Bruto - Associação Cultural		Teatro	-	71.723,01 €	
As Boas Raparigas vão para o céu, as más para todo o lado		Teatro	-	62.012,67 €	
Fábrica de Movimentos Associação Cultural	Norte	Dança	-	22 087,00 €	Apoio Direto Anual 2011
Sons da Terra - Edições e Produções Musicais, Lda.		Música	-	8 027,03 €	
Engenho das Ideias - Produção e Programação Cultural Lda.		Música	-	22.295,47 €	
Círculo de Recreio, Arte e Cultura de Paços de Brandão		Música	-	15 333,96 €	
Quarteto de Cordas de Matosinhos		Música	-	26.177,97 €	
Ao Cabo Teatro		Teatro	-	71.788,70 €	
Peripécia Teatro		Teatro	-	40.579,57 €	
Teatro Nova Europa - Associação Cultural		Teatro	-	37.604,69 €	
Astro Fingido Projeto O Grito dos Pavões	Norte	Teatro	-	25 000,00 €	Apoio Pontual 2011
Bartilotti Unipessoal Lda Festival de Músicas do Mundo OLLIN KAN PORTUGAL		Música	-	25 000,00 €	
ENTREtanto Teatro - Ass. Cultural A Bailarina Vai às Compras		Teatro	-	20 000,00 €	
Mezzanine Associação City Maquette - Guimarães 2012		Dança	-	20 000,00 €	
Síntese – Grupo de Música Contemporânea Síntese - VI Ciclo de Música Contemporânea da Guarda		Música	-	15 000,00 €	
Teatro do Frio - Pesquisa Teatral do Norte, CRL Cruzadas		Teatro	-	20 000,00 €	

Entidades Apoiadas DGArtes Região Norte Artes Performativas 2012					
Entidade	Região	Área Artística	Domínio	Montante 2012	Modalidade de Apoio
Arte Total - Centro de Educação pela Arte	Norte	Dança	-	30 186,70 €	Apoio Direto Quadrienal 2009 - 2012
Núcleo de Experimentação Coreográfica		Dança	-	58 383,34 €	
Academia de Música de Espinho		Música	-	54 260,20 €	
Orquestra de Jazz de Matosinhos		Música	-	41 664,00 €	
Drumming – Grupo de Percussão		Música	-	48 257,33 €	
Fundação Conservatório Regional de Gaia		Música	-	25 777,32 €	
Academia de Música S. Pio X		Música	-	32 680,89 €	
Pracena - Cooperativa de Produções Teatrais CRL		Teatro	-	65 472,00 €	
Festival Internacional de Marionetas Porto		Teatro	-	78 867,10 €	
Filandorra – Teatro do Nordeste		Teatro	-	60 140,00 €	
Festival Int. de Teatro de Expressão Ibérica		Teatro	-	127 409,38 €	
Seiva Trupe – Teatro Vivo		Teatro	-	181 410,93 €	
Teatro Art'Imagem		Teatro	-	64 083,20 €	
Teatro de Marionetas do Porto		Teatro	-	114 855,00 €	
Teatro do Noroeste – Centro Dramático de Viana		Teatro	-	85 024,92 €	
Visões Úteis, Associação	Teatro	-	73 408,00 €		
Companhia Instável Associação	Norte	Dança	-	47 462,24 €	Apoio Direto Bienal 2011 - 2012
Banda Nova Sinfónica Portuguesa		Música	-	25 147,20 €	
Comédias do Minho - Associação para a Promoção de Actividades Culturais no Vale do Minho		Teatro	-	65 100,00 €	
Panmixia Associação Cultural		Teatro	-	49 711,10 €	
Jangada - Cooperativa de Teatro Profissional, CRL		Teatro	-	46 191,76 €	
Teatro do Bolhão CRL		Teatro	-	69 438,35 €	
Teatro de Ferro		Teatro	-	41 704,92 €	
Pé de Vento - Colectivo de Animação Teatral, C.R.L.		Teatro	-	62 020,58 €	
Assédio - Associação de Ideias Obscuras		Teatro	-	47 639,96 €	
CTB - Companhia de Teatro de Braga, CRL		Teatro	-	97 504,83 €	
O Cão Danado e Companhia		Teatro	-	37 008,05 €	
Teatro Bruto - Associação Cultural		Teatro	-	51 606,27 €	
As Boas Raparigas vão para o céu, as más para todo o lado		Teatro		37 597,19 €	
SEM PONTUAIS E ANUAIS					

Entidades Apoiadas DGArtes Região Norte Artes Performativas 2013					
Entidade	Região	Área Artística	Domínio	Montante 2013	Modalidade de Apoio
Academia de Música de Espinho	Norte	Música	-	85 250,00 €	Apoio Direto Quadrienal 2013 - 2016
Arte Total Centro de Educação pela Arte, LDA		Dança	-	43 251,12 €	
Associação de Ideias Obscuras - Assédio		Teatro	-	49 790,77 €	
Associação Orquestra de Jazz de Matosinhos		Música	-	83 122,00 €	
Banda Nova Sinfónica Portuguesa		Música	-	71 429,69 €	
Círculo de Cultura Teatral / Teatro Experimental do Porto		Teatro	-	70 719,19 €	
Festival Internacional de Marionetas		Teatro	-	67 500,00 €	
Fundação Conservatório Regional de Gaia		Música	-	21 039,75 €	
Jangada - Cooperativa de Teatro Profissional, CRL		Teatro	-	71 982,12 €	
Pé de Vento - Colectivo de Animação Teatral, CRL		Teatro	-	44 649,44 €	
Pracena - Cooperativa de Produções Teatrais, CRL		Teatro	-	83 700,00 €	
Seiva Trupe - Teatro Vivo, CRL		Teatro	-	40 678,48 €	
Teatro Art'Imagem		Teatro	-	54 080,00 €	
Teatro de Ferro Associação		Teatro	-	59 677,06 €	
Teatro de Marionetas do Porto		Teatro	-	83 105,77 €	
Teatro do Bolhão Centro de Formação e Produção, CRL		Teatro	-	102 965,04 €	
Visões Úteis Associação		Teatro	-	43 606,20 €	
Ao Cabo Teatro Associação Cultural	Norte	Teatro	-	92 160,37 €	Apoio Direto Bienal 2013 - 2014
Associação Cultural As Boas Raparigas Vão Para O Céu, As Más Para Todo O Lado		Teatro	-	2 774,20 €	
Companhia Instável Associação		Dança	-	53 914,08 €	
DCN - Companhia de Dança do Norte - Associação Cultural		Dança	-	31 796,74 €	
Engenho das Ideias - Produção e Programação Cultural, LDA		Música	-	39 483,59 €	
Matos Caiano & Wandschneider, LDA.		Música	-	14 096,96 €	
Panmixia Associação Cultural		Teatro	-	57 331,15 €	
Pele, Associação Social e Cultural		Teatro	-	41 120,55 €	
Teatro Bruto - Associação Cultural		Teatro	-	47 034,29 €	
O Cão Danado e Companhia		Teatro	-	40 298,06 €	
Sond'Ar-te Electric Ensemble - Associação Cultural	Norte	Música	-	30 294,73 €	Apoios Diretos Anuais 2013
Sons da Terra - Edições e Produções Musicais, LDA		Música	-	6 139,85 €	
Teatro do Frio - Pesquisa Teatral do Norte, CRL		Teatro	-	23 058,13 €	
Teatro Nova Europa - Associação Cultural		Teatro	-	27 475,97 €	
Alberto Magno Unipessoal, LDA	Norte	Dança	-	25 000,00 €	Apoios Diretos Pontuais 2013
Associação Porta-Jazz		Música	-	25 000,00 €	
Atelier de Composição – Associação Cultural		Música	-	15 000,00 €	
Mundo Razoável – Associação Cultural		Teatro	-	25 000,00 €	
Nome Próprio - Associação Cultural (Victor Hugo Pontes)		Dança	-	25 000,00 €	
Pensamento Avulso -Associação de Artes Performativas (Marco da Silva Ferreira)		Dança	-	7 500,00 €	
Pnteatro Associação Cultural		Teatro	-	15 000,00 €	
Zendensino, Cooperativa de Ensino IPRL		Música	-	15 000,00 €	

Entidades Apoiadas DGArtes Região Norte Artes Performativas 2014					
Entidade	Região	Área Artística	Domínio	Montante 2014	Modalidade de Apoio
Academia de Música de Espinho	Norte	Música	-	116 250,00 €	Apoio Direto Quadrienal 2013 - 2016
Arte Total Centro de Educação pela Arte, LDA		Dança	-	44 548,65 €	
Associação de Ideias Obscuras - Assédio		Teatro	-	48 787,20 €	
Associação Orquestra de Jazz de Matosinhos		Música	-	81 315,00 €	
Banda Nova Sinfónica Portuguesa		Música	-	71 429,69 €	
Círculo de Cultura Teatral / Teatro Experimental do Porto		Teatro	-	71 320,15 €	
Festival Internacional de Marionetas		Teatro	-	68 400,00 €	
Fundação Conservatório Regional de Gaia		Música	-	19 696,48 €	
Jangada - Cooperativa de Teatro Profissional, CRL		Teatro	-	71 431,93 €	
Pé de Vento - Colectivo de Animação Teatral, CRL		Teatro	-	45 879,66 €	
Pracena - Cooperativa de Produções Teatrais, CRL		Teatro	-	84 676,50 €	
Seiva Trupe - Teatro Vivo, CRL		Teatro	-	47 679,06 €	
Teatro Art'Imagem		Teatro	-	55 161,60 €	
Teatro de Ferro Associação		Teatro	-	51 013,18 €	
Teatro de Marionetas do Porto		Teatro	-	82 833,33 €	
Teatro do Bolhão Centro de Formação e Produção, CRL		Teatro	-	111 728,75 €	
Visões Úteis Associação	Teatro	-	44 081,41 €		
Ao Cabo Teatro Associação Cultural	Norte	Teatro	-	55 001,44 €	Apoio Direto Bienal 2013 - 2014
Associação Cultural As Boas Raparigas Vão Para O Céu, As Más Para Todo O Lado		Teatro	-	29 554,06 €	
Companhia Instável Associação		Dança	-	74 001,51 €	
DCN - Companhia de Dança do Norte - Associação Cultural		Dança	-	31 796,74 €	
Engenho das Ideias - Produção e Programação Cultural, LDA		Música	-	34 810,67 €	
Matos Caiano & Wandschneider, LDA.		Música	-	14 714,36 €	
Panmixia Associação Cultural		Teatro	-	57 381,85 €	
Pele, Associação Social e Cultural		Teatro	-	21 399,58 €	
Teatro Bruto - Associação Cultural		Teatro	-	49 559,49 €	
O Cão Danado e Companhia		Teatro	-	38 067,88 €	
SEM ANUAL					
Associação Portuguesa da Viola d'Arco	Norte	Música	-	25 000,00 €	Apoios Diretos Pontuais 2014
Harmonyrails - Associação Cultural (Quarteto Contratempus)		Música	-	15 000,00 €	
Mundo Razoável – Associação Cultural		Teatro	-	25 000,00 €	
Nome Próprio - Associação Cultural (Victor Hugo Pontes)		Dança	-	25 000,00 €	
Sonoscopia Associação Cultural		Música	-	25 000,00 €	
Teatreia Associação Cultural		Teatro	-	15 000,00 €	

Entidades Apoiadas DGArtes Região Norte Artes Performativas 2015					
Entidade	Região	Área Artística	Domínio	Montante 2015	Modalidade de Apoio
Academia de Música de Espinho	Norte	Música	-	116 250,00 €	Apoio Direto Quadrienal 2013 - 2016
Arte Total Centro de Educação pela Arte, LDA		Dança	-	45 885,11 €	
Associação de Ideias Obscuras - Assédio		Teatro	-	80 929,57 €	
Associação Orquestra de Jazz de Matosinhos		Música	-	81 315,00 €	
Banda Nova Sinfónica Portuguesa		Música	-	71 429,69 €	
Círculo de Cultura Teatral / Teatro Experimental do Porto		Teatro	-	71 990,13 €	
Festival Internacional de Marionetas		Teatro	-	69 300,00 €	
Fundação Conservatório Regional de Gaia		Música	-	17 701,14 €	
Jangada - Cooperativa de Teatro Profissional, CRL		Teatro	-	70 539,13 €	
Pé de Vento - Colectivo de Animação Teatral, CRL		Teatro	-	48 891,74 €	
Pracena - Cooperativa de Produções Teatrais, CRL		Teatro	-	90 256,50 €	
Seiva Trupe - Teatro Vivo, CRL		Teatro	-	104 618,91 €	
Teatro Art'Imagem		Teatro	-	56 264,83 €	
Teatro de Ferro Associação		Teatro	-	52 904,18 €	
Teatro de Marionetas do Porto		Teatro	-	81 296,67 €	
Teatro do Bolhão Centro de Formação e Produção, CRL		Teatro	-	96 756,25 €	
Visões Úteis Associação		Teatro	-	44 914,42 €	
Ao Cabo Teatro Associação Cultural	Norte	Teatro	-	71 196,25 €	Apoio Direto Bienal 2015 - 2016
Associação Cultural As Boas Raparigas Vão Para O Céu, As Más Para Todo O Lado		Teatro	-	26 028,72 €	
MVAC - Mala Voadora Associação Cultural		Teatro	-	92 138,69 €	
O Cão Danado e Companhia		Teatro	-	25 779,25 €	
Associação Quarteto de Cordas de Matosinhos	Norte	Música	-	16 686,26 €	Apoios Direto Anual 2015
Companhia Instável Associação		Dança	-	51 585,60 €	
Engenho das Ideias - Produção e Programação Cultural, LDA		Música	-	27 798,53 €	
Marionetas de Mandrágora - Associação Cultural e Recreativa Teatro e Marion. Mito do Homem Plantado		Teatro	-	24 942,54 €	
Mundo Razoável – Associação Cultural		Teatro	-	20 641,21 €	
Mundo Razoável – Associação Cultural (apoio adicional)		Teatro	-	842,50 €	
Nome Próprio - Associação Cultural		Dança	-	55 618,83 €	
Pele, Associação Social e Cultural		Teatro	-	45 936,00 €	
Peripécia Teatro, CRL		Teatro	-	60 408,47 €	
Sonoscopia Associação Cultural		Música	-	39 451,40 €	
Teatreia Associação Cultural		Teatro	-	21 520,00 €	
Amarelo Silvestre - Associação Cultural	Norte	Teatro	-	25 000,00 €	Apoios Direto Pontual 2015
Amarelo Silvestre - Associação Cultural		Teatro	-	15 000,00 €	
Associação Drumming - Grupo de Percussão		Música	-	25 000,00 €	
Associação Porta-Jazz		Música	-	25 000,00 €	
Bactéria Associação Cultural (Cristina Oliveira Santos Planas Leitão)		Dança	-	7 500,00 €	
Harmonyrails - Associação Cultural		Música	-	25 000,00 €	
Nuísis Zobop - Associação... (Joana von Mayer Trindade)		Dança	-	15 000,00 €	

Entidades Apoiadas DGArtes Região Norte Artes Performativas 2016					
Entidade	Região	Área Artística	Domínio	Montante 2016	Modalidade de Apoio
Academia de Música de Espinho	Norte	Música	-	116 250,00 €	Apoio Direto Quadrienal 2013 - 2016
Arte Total Centro de Educação pela Arte, LDA		Dança	-	47 261,67 €	
Associação de Ideias Obscuras - Assédio		Teatro	-	35 522,67 €	
Associação Orquestra de Jazz de Matosinhos		Música	-	81 315,00 €	
Banda Nova Sinfónica Portuguesa		Música	-	71 429,69 €	
Círculo de Cultura Teatral / Teatro Experimental do Porto		Teatro	-	72 330,09 €	
Festival Internacional de Marionetas		Teatro	-	70 425,00 €	
Fundação Conservatório Regional de Gaia		Música	-	17 533,13 €	
Jangada - Cooperativa de Teatro Profissional, CRL		Teatro	-	71 773,48 €	
Pé de Vento - Colectivo de Animação Teatral, CRL		Teatro	-	51 007,74 €	
Pracena - Cooperativa de Produções Teatrais, CRL		Teatro	-	91 428,30 €	
Seiva Trupe - Teatro Vivo, CRL		Teatro	-	106 848,43 €	
Teatro Art'Imagem		Teatro	-	57 390,15 €	
Teatro de Ferro Associação		Teatro	-	54 520,68 €	
Teatro de Marionetas do Porto		Teatro	-	83 735,57 €	
Teatro do Bolhão Centro de Formação e Produção, CRL		Teatro	-	122 405,84 €	
Visões Úteis Associação		Teatro	-	45 571,96 €	
Ao Cabo Teatro Associação Cultural	Norte	Teatro	-	72 306,78 €	Apoio Direto Bienal 2015 - 2016
Associação Cultural As Boas Reparigas Vão Para O Céu, As Más Para Todo O Lado		Teatro	-	30 856,57 €	
MVAC - Mala Voadora Associação Cultural		Teatro	-	92 787,33 €	
O Cão Danado e Companhia		Teatro	-	55 218,63 €	
Antunes Fidalgo Unipessoal, LDA	Norte	Dança	Criação	10 000,00 €	Apoios Direto Pontual 2016
Nuisis Zobop - Associação Cultural de Criação, Investigação e Formação no Domínio das Artes Performativas		Dança	Criação	20 000,00 €	
Sonoscopia Associação Cultural		Música	Criação	30 000,00 €	
Associação Porta-Jazz		Música	Programação	30 000,00 €	
Marionetas de Mandrágora - Associação Cultural e Recreativa Teatro e Marion. Mito do Homem Plantado		Teatro	Programação	20 000,00 €	

Entidades Apoiadas DGArtes Região Norte Artes Performativas 2017					
Entidade	Região	Área Artística	Domínio	Montante 2017	Modalidade de Apoio
Academia de Música de Espinho	Norte	Música	-	116 250,00 €	RENOVAÇÃO Apoio Direto Quadrienal 2013 - 2016
Arte Total Centro de Educação pela Arte, LDA		Dança	-	47 261,67 €	
Associação de Ideias Obscuras - Assédio		Teatro	-	35 522,67 €	
Associação Orquestra de Jazz de Matosinhos		Música	-	81 315,00 €	
Banda Nova Sinfónica Portuguesa		Música	-	71 429,69 €	
Círculo de Cultura Teatral / Teatro Experimental do Porto		Teatro	-	72 330,09 €	
Festival Internacional de Marionetas		Teatro	-	70 425,00 €	
Fundação Conservatório Regional de Gaia		Música	-	17 533,13 €	
Jangada - Cooperativa de Teatro Profissional, CRL		Teatro	-	71 773,48 €	
Pé de Vento - Colectivo de Animação Teatral, CRL		Teatro	-	51 007,74 €	
Pracena - Cooperativa de Produções Teatrais, CRL		Teatro	-	91 428,30 €	
Seiva Trupe - Teatro Vivo, CRL		Teatro	-	106 848,43 €	
Teatro Art'Imagem		Teatro	-	57 390,15 €	
Teatro de Ferro Associação		Teatro	-	54 520,68 €	
Teatro de Marionetas do Porto		Teatro	-	83 735,57 €	
Teatro do Bolhão Centro de Formação e Produção, CRL		Teatro	-	122 405,84 €	
Visões Úteis Associação		Teatro	-	45 571,96 €	
Ao Cabo Teatro Associação Cultural	Norte	Teatro	-	72 306,78 €	RENOVAÇÃO Apoio Direto Bienal 2015 - 2016
MVAC - Mala Voadora Associação Cultural		Teatro	-	92 787,33 €	
Associação de Ideias Obscuras - Assédio	Norte	Teatro	-	8 881,00 €	Apoio Extraordinário - Reforço Apoio Direto Quadrienal
Festival Internacional de Marionetas		Teatro	-	17 570,25 €	
Jangada - Cooperativa de Teatro Profissional, CRL		Teatro	-	4 158,00 €	
Pé de Vento - Colectivo de Animação Teatral, CRL		Teatro	-	12 752,00 €	
Seiva Trupe - Teatro Vivo, CRL		Teatro	-	26 712,00 €	
Teatro Art'Imagem		Teatro	-	14 348,00 €	
Teatro de Ferro Associação		Teatro	-	7 150,00 €	
Teatro de Marionetas do Porto		Teatro	-	20 934,00 €	
Visões Úteis Associação		Teatro	-	11 393,00 €	
SEM Apoio Extraordinário - Reforço Apoio Direto Bienal NO NORTE					
Companhia Instável Associação	Norte	Dança	-	32 659,58 €	Apoio Extraordinário 2016 - 2017
Nome Próprio - Associação Cultural		Dança	-	33 730,92 €	
Pele, Associação Social e Cultural		Teatro	-	22 325,27 €	
Peripécia Teatro, CRL		Teatro	-	35 019,08 €	
Associação Porta-Jazz	Norte	Música	Programação	40 000,00 €	Apoio Direto Pontual 2017
Teatro do Noroeste - Centro Dramático de Viana, CRL		Teatro	Programação	40 000,00 €	
A Bela Associação		Dança	Criação	20 000,00 €	
Artway, LDA		Música	Criação	10 000,00 €	
Audivi Vocem - Associação Cultural		Música	Criação	20 000,00 €	
Bactéria Associação Cultural		Dança	Criação	10 000,00 €	
Estrutura Associação Cultural		Teatro	Criação	20 000,00 €	
Fadas & Elfos - Associação Cultural (Joclécio de Azevedo Moura)		Dança	Criação	20 000,00 €	
Harmonyrails - Associação Cultural		Música	Criação	40 000,00 €	

Entidades Apoiadas DGArtes Região Norte Artes Performativas 2018					
Entidade	Região	Área Artística	Domínio	Montante 2018	Modalidade de Apoio
Arte Total Centro de Educação pela Arte, LDA	Norte	Dança	-	45 203,46 €	Apoio Sustentado Quadrienal 2018 - 2021
Associação Orquestra de Jazz de Matosinhos		Música	-	134 516,48 €	
Banda Nova Sinfónica Portuguesa		Música	-	112 268,08 €	
Cirac - Círculo de Recreio Arte e Cultura de Paços de Brandão		Música	-	42 720,48 €	
Comédias do Minho Ass. para a Promoção de Actividades Culturais no Vale do Minho		Teatro	-	230 613,69 €	
Companhia Instável Associação		Dança	-	90 386,23 €	
CTB - Companhia Teatro Braga, CRL		Teatro	-	267 264,00 €	
Drumming Grupo de Percussão		Música	-	65 090,31 €	
Jangada - Cooperativa Teatro Profissional, CRL		Teatro	-	137 595,80 €	
Lafontana Produções Artísticas, Unipessoal, LDA		Teatro	-	62 870,51 €	
MVAC - Mala Voadora Associação Cultural		Teatro	-	241 205,12 €	
Pé de Vento Colectivo de Animação Teatral, CRL		Teatro	-	60 469,92 €	
Peripezia Teatro CRL		Teatro	-	92 032,13 €	
Teatro Art'imagem		Teatro	-	191 849,94 €	
Teatro de Ferro Associação		Teatro	-	73 638,70 €	
Teatro de Marionetas do Porto		Teatro	-	131 939,45 €	
Teatro do Bolhão - Centro Formação e Produção, CRL		Teatro	-	210 737,91 €	
Teatro do Noroeste - Centro Dramático de Viana, CRL		Teatro	-	254 488,35 €	
Visões Úteis Associação		Teatro	-	82 656,87 €	
A Turma - Associação Cultural	Norte	Teatro	-	37 013,09 €	Apoio Sustentado Bial 2018 - 2019
Academia de Música de Espinho		Música	-	150 058,05 €	
Ao Cabo Teatro - Associação Cultural		Teatro	-	114 879,26 €	
Associação de Ideias Obscuras Assédio		Teatro	-	49 574,09 €	
Associação Porta-Jazz		Música	-	53 547,10 €	
Associação Pro-Música da Póvoa de Varzim		Música	-	160 057,97 €	
Audivi Vocem - Associação Cultural		Música	-	60 282,56 €	
BCN - Ballet Contemporâneo do Norte		Dança	-	54 355,73 €	
Cenários e Enredos Associação		Teatro	-	89 175,13 €	
Companhia de Teatro Erva Daninha		Circo Contemporâneo	-	85 032,99 €	
Curso de Música Silva Monteiro, LDA		Música	-	42 860,01 €	
Estrutura Associação Cultural		Teatro	-	46 357,89 €	
Fértil - Associação Cultural		Teatro	-	30 477,32 €	
Festival Internacional De Teatro De Expressão Ibérica, CRL		Teatro	-	203 628,00 €	
Filandorra - Teatro do Nordeste, Coop. de Prod., Formação e Animação Teatral		Teatro	-	66 006,92 €	
Fundação Conservatório Regional de Gaia		Música	-	31 487,16 €	
Fundação Cupertino de Miranda		Música	-	29 012,66 €	
Kale Companhia de Dança, CRL		Dança	-	46 976,27 €	
Nome Próprio Associação Cultural		Dança	-	83 949,67 €	
Pele - Associação Social e Cultural		Teatro	-	58 645,08 €	
Sonoscopia Associação cultural		Música	-	77 293,80 €	
Teatreia Associação Cultural		Teatro	-	42 124,40 €	
Útero - Associação Cultural		Dança	-	31 383,63 €	
Círculo de Cultura Teatral - Teatro Experimental do Porto CCT/TEP	Norte	Teatro	Criação	40 000,00 €	Apoio a Projetos 2018 – Criação, Programação
Interferência - Associação de Intervenção na Prática Artística		Música	Criação	20 000,00 €	
Krisálida - Associação Cultural do Alto Minho		Teatro	Criação	40 000,00 €	
Pracena - Cooperativa de Produções Teatrais / Ensemble - Sociedade de Actores		Teatro	Criação	40 000,00 €	
Marionetas de Mandrágora- Ass. Cultural e Recreativa		Teatro	Programação	20 000,00 €	
Orquestra da Costa Atlântica - Associação de Música e Cultura		Música	Programação	30 000,00 €	

Entidades Apoiadas DGArtes Região Norte Artes Performativas 2019					
Entidade	Região	Área Artística	Domínio	Montante 2019	Modalidade de Apoio
Arte Total Centro de Educação pela Arte, LDA	Norte	Dança	-	49 879,68 €	Apoio Sustentado Quadrienal 2018 - 2021
Associação Orquestra de Jazz de Matosinhos		Música	-	148 431,97 €	
Banda Nova Sinfónica Portuguesa		Música	-	123 882,04 €	
Cirac - Círculo de Recreio Arte e Cultura de Paços de Brandão		Música	-	47 139,84 €	
Comédias do Minho Ass. para a Promoção de Actividades Culturais no Vale do Minho		Teatro	-	254 470,30 €	
Companhia Instável Associação		Dança	-	99 736,51 €	
CTB - Companhia Teatro Braga, CRL		Teatro	-	294 911,99 €	
Drumming Grupo de Percussão		Música	-	71 823,77 €	
Jangada - Cooperativa Teatro Profissional, CRL		Teatro	-	151 829,83 €	
Lafontana Produções Artísticas, Unipessoal, Lda		Teatro	-	69 374,35 €	
MVAC - Mala Voadora Associação Cultural		Teatro	-	266 157,38 €	
Pé de Vento Colectivo de Animação Teatral, Crl		Teatro	-	66 725,41 €	
Peripecia Teatro CRL		Teatro	-	101 552,68 €	
Teatro Art'imagem		Teatro	-	211 696,47 €	
Teatro de Ferro Associação		Teatro	-	81 256,51 €	
Teatro de Marionetas do Porto		Teatro	-	145 588,37 €	
Teatro do Bolhão - Centro Formação e Produção, CRL		Teatro	-	232 538,37 €	
Teatro do Noroeste - Centro Dramático de Viana, CRL		Teatro	-	280 814,73 €	
Visões Úteis Associação		Teatro	-	91 207,60 €	
A Turma - Associação Cultural	Norte	Teatro	-	40 745,50 €	Apoio Sustentado Bial 2018 - 2019
Academia de Música de Espinho		Música	-	165 189,95 €	
Ao Cabo Teatro - Associação Cultural		Teatro	-	126 463,72 €	
Associação de Ideias Obscuras Assédio		Teatro	-	54 573,16 €	
Associação Porta-Jazz		Música	-	58 946,81 €	
Associação Pro-Música da Póvoa de Varzim		Música	-	176 198,28 €	
Audivi Vocem - Associação Cultural		Música	-	66 362,47 €	
BCN - Ballet Contemporâneo do Norte		Dança	-	59 836,99 €	
Cenários e Enredos Associação		Teatro	-	98 167,59 €	
Companhia de Teatro Erva Daninha		Circo Contemporâneo	-	93 607,74 €	
Curso de Música Silva Monteiro, LDA		Música	-	47 182,02 €	
Estrutura Associação Cultural		Teatro	-	51 032,64 €	
Fértil - Associação Cultural		Teatro	-	33 550,66 €	
Festival Internacional De Teatro De Expressão Ibérica, CRL		Teatro	-	224 161,91 €	
Filandorra - Teatro do Nordeste, Coop. de Prod., Formação e Animação Teatral		Teatro	-	72 663,08 €	
Fundação Conservatório Regional de Gaia		Música	-	34 662,32 €	
Fundação Cupertino de Miranda		Música	-	31 938,75 €	
Kale Companhia de Dança, CRL		Dança	-	47 418,50 €	
Nome Próprio Associação Cultural		Dança	-	92 415,17 €	
Pele - Associação Social e Cultural		Teatro	-	64 558,87 €	
Sonoscopia Associação cultural		Música	-	85 088,13 €	
Teatreia Associação Cultural		Teatro	-	46 372,23 €	
Útero - Associação Cultural		Dança	-	34 548,37 €	
Corrente Polida - Associação Cultural	Norte	Dança	Criação	10 000,00 €	Apoio a Projetos 2019 – Criação, Programação e Desenvolvimento de Públicos
João Pedro Coimbra Martins Tapadas		Música		20 000,00 €	
Interferência - Associação de Intervenção na Prática Artística		Música		30 000,00 €	
Krisálida - Associação Cultural do Alto Minho		Teatro		30 000,00 €	
Associação Quarteto de Cordas de Matosinhos		Música		40 000,00 €	
Panorama Periférico - Associação Cultural		Teatro		40 000,00 €	
Orquestra da Costa Atlântica - Associação de Música e Cultura		Música		40 000,00 €	
Auafeiomau - Cooperativa Cultural CRL		Música		20 000,00 €	
Inac - Instituto Nacional de Artes do Circo CRL		Circo Contemporâneo e Artes de Rua	Programação	40 000,00 €	
Krisálida - Associação Cultural do Alto Minho		Teatro		20 000,00 €	
Zigur - Associação Cultural		Música		20 000,00 €	

Entidades Apoiadas DGArtes Região Norte Artes Performativas 2020					
Entidade	Região	Área Artística	Domínio	Montante 2020	Modalidade de Apoio
Arte Total Centro de Educação pela Arte, Lda	Norte	Dança	-	49 879,68 €	Apoio Sustentado Quadrienal 2018 - 2021
Associação Orquestra de Jazz de Matosinhos		Música	-	148 431,97 €	
Banda Nova Sinfónica Portuguesa		Música	-	123 882,04 €	
Cirac - Círculo de Recreio Arte e Cultura de Paços de Brandão		Música	-	47 139,84 €	
Comédias do Minho Ass. para a Promoção de Actividades Culturais no Vale do Minho		Teatro	-	254 470,30 €	
Companhia Instável Associação		Dança	-	99 736,51 €	
CTB - Companhia Teatro Braga, CRL		Teatro	-	294 911,99 €	
Drumming Grupo de Percussão		Música	-	71 823,77 €	
Jangada - Cooperativa Teatro Profissional, CRL		Teatro	-	151 829,83 €	
Lafontana Produções Artísticas, Unipessoal, Lda		Teatro	-	69 374,35 €	
MVAC - Mala Voadora Associação Cultural		Teatro	-	266 157,38 €	
Pê de Vento Colectivo de Animação Teatral, Crl		Teatro	-	66 725,41 €	
Peripezia Teatro CRL		Teatro	-	101 552,68 €	
Teatro Art'imagem		Teatro	-	211 696,47 €	
Teatro de Ferro Associação		Teatro	-	81 256,51 €	
Teatro de Marionetas do Porto		Teatro	-	145 588,37 €	
Teatro do Bolhão - Centro Formação e Produção, Crl		Teatro	-	232 538,37 €	
Teatro do Noroeste - Centro Dramático de Viana, CRL		Teatro	-	280 814,73 €	
Visões Úteis Associação		Teatro	-	91 207,60 €	
Academia de Música de Espinho	Norte	Música	Programação	64 518,43 €	Apoio Sustentado Bienal 2020 - 2021
Círculo de Cultura Teatral / Teatro Experimental do Porto		Teatro	-	165 270,08 €	
CMSM - Curso de Música Silva Monteiro, Lda.		Música	Programação	66 260,19 €	
Fitei - Festival Internacional de Teatro de Expressão Ibérica, CRL		Teatro	Programação	170 168,15 €	
Banda Musical de Amarante		Música	-	73 279,71 €	
Festival Internacional de Marionetas Do Porto		Teatro	Programação	80 042,96 €	
Bcn - Ballet Contemporâneo do Norte		Dança	-	74 329,53 €	
Associação Ideias Obscuras - Assédio		Teatro	-	52 926,15 €	
Kale Companhia de Dança, Crl		Dança	-	81 660,62 €	
Nome Próprio - Associação Cultural		Dança	-	125 716,10 €	
Teatro E Marionetas de Mandrágora		Teatro	-	58 950,89 €	
Associação Pro-Musica Da Povia De Varzim		Música	Programação	140 020,35 €	
Teatro Nova Europa - Associação Cultural		Teatro	-	43 686,99 €	
Companhia de Teatro Erva Daninha		Circo Contemporâneo	-	133 970,94 €	
Pracena Cooperativa de Produções Teatrais, Crl.		Teatro	-	165 274,26 €	
Teatreia Associação Cultural		Teatro	-	35 769,00 €	
A Turma - Associação Cultural		Teatro	-	82 879,17 €	
Associação Porta-Jazz		Música	Programação	74 351,74 €	
Sonoscopia Associação Cultural		Música	-	84 436,11 €	
Harmonyrails - Associação Cultural		Música	-	23 740,11 €	
Audivi Vocem - Associação Cultural		Música	-	75 089,84 €	
Colecção B, Associação Cultural	Norte	Teatro	Criação e Edição	10 000,00 €	Apoio a Projetos 2020 – Criação e Edição, Programação e Desenvolvimento de Públicos
Associação Bonne Corde		Música		20 000,00 €	
Interferência – Associação de Intervenção na Prática Artística		Música		20 000,00 €	
Nuisis Zobop - Associação Cultural		Dança		40 000,00 €	
Fundação Cupertino de Miranda		Música		10 000,00 €	
Associação Cultural Tirsense		Música		20 000,00 €	
Orquestra da Costa Atlântica - Associação de Música e Cultura		Música		40 000,00 €	
ASSOCIAÇÃO OFP - ORQUESTA FILARMÓNICA PORTUGUESA		Música		40 000,00 €	
Medida Anónima - Núcleo		Teatro		20 000,00 €	
INAC - Instituto Nacional das Artes do Circo		Circo Contemporâneo		30 000,00 €	
Noitarder - Associação Cultural		Teatro	Programação e Desenvolvimento de Públicos	10 000,00 €	
Cassandra CRL		Teatro		20 000,00 €	
Augusto Manuel Linhares de Andrade Rocha e Silva (álbum "Suspenso"?)		Música		10 000,00 €	
Carminha Soares e Maria R. Soares ("It's a long yesterday")		Dança		10 000,00 €	
Fundação Conservatório Regional de Gaia		Música		25 000,00 €	
Fértil - Associação Cultural		Teatro		15 000,00 €	
UAUFEIOMAU-Cooperativa Cultural Crl.		Música		25 000,00 €	
ZIGUR - Associação Cultural		Música		25 000,00 €	
Orquestra da Costa Atlântica - Associação de Música e Cultura		Música		40 000,00 €	
Interferência – Associação de Intervenção na Prática Artística		Música		25 000,00 €	

Entidades Apoiadas DGArtes Região Norte Artes Performativas 2021					
Entidade	Região	Área Artística	Domínio	Montante 2021	Modalidade de Apoio
Arte Total Centro de Educação pela Arte, LDA	Norte	Dança	-	49 879,68 €	Apoio Sustentado Quadrienal 2018 - 2021
Associação Orquestra de Jazz de Matosinhos		Música	-	148 431,97 €	
Banda Nova Sinfónica Portuguesa		Música	-	123 882,04 €	
Cirac - Círculo de Recreio Arte e Cultura de Paços de Brandão		Música	-	47 139,84 €	
Comédias do Minho Ass. para a Promoção de Actividades Culturais no Vale do Minho		Teatro	-	254 470,30 €	
Companhia Instável Associação		Dança	-	99 736,51 €	
CTB - Companhia Teatro Braga, CRL		Teatro	-	294 911,99 €	
Drumming Grupo de Percussão		Música	-	71 823,77 €	
Jangada - Cooperativa Teatro Profissional, CRL		Teatro	-	151 829,83 €	
Lafontana Produções Artísticas, Unipessoal, Lda		Teatro	-	69 374,35 €	
MVAC - Mala Voadora Associação Cultural		Teatro	-	266 157,38 €	
Pé de Vento Colectivo de Animação Teatral, CRL		Teatro	-	66 725,41 €	
Peripecia Teatro CRL		Teatro	-	101 552,68 €	
Teatro Art'imagem		Teatro	-	211 696,47 €	
Teatro de Ferro Associação		Teatro	-	81 256,51 €	
Teatro de Marionetas do Porto		Teatro	-	145 588,37 €	
Teatro do Bolhão - Centro Formação e Produção, CRL		Teatro	-	232 538,37 €	
Teatro do Noroeste - Centro Dramático de Viana, CRL		Teatro	-	280 814,73 €	
Visões Úteis Associação		Teatro	-	91 207,60 €	
Academia de Música de Espinho	Norte	Música	Programação	170 112,00 €	Apoio Sustentado Bienal 2020 - 2021
Círculo de Cultura Teatral / Teatro Experimental do Porto		Teatro	-	165 270,08 €	
CMSM - Curso de Música Silva Monteiro, LDA		Música	Programação	66 260,19 €	
Fitei - Festival Internacional de Teatro de Expressão Ibérica, CRL		Teatro	Programação	170 168,15 €	
Banda Musical de Amarante		Música	-	73 279,71 €	
Festival Internacional de Marionetas Do Porto		Teatro	Programação	80 042,96 €	
Bcn - Ballet Contemporâneo do Norte		Dança	-	74 329,53 €	
Associação Ideias Obscuras - Assédio		Teatro	-	78 924,95 €	
Kale Companhia de Dança, CRL		Dança	-	81 660,62 €	
Nome Próprio - Associação Cultural		Dança	-	125 716,10 €	
Teatro E Marionetas de Mandrágora		Teatro	-	58 950,89 €	
Associação Pro-Musica Da Povoia De Varzim		Música	Programação	140 020,35 €	
Teatro Nova Europa - Associação Cultural		Teatro	-	43 686,99 €	
Companhia de Teatro Erva Daninha		Circo Contemporâneo	-	133 970,94 €	
Pracena Cooperativa de Produções Teatrais, CRL		Teatro	-	165 274,26 €	
Teatreia Associação Cultural		Teatro	-	53 339,75 €	
A Turma - Associação Cultural		Teatro	-	82 879,17 €	
Associação Porta-Jazz		Música	Programação	74 351,74 €	
Sonoscopia Associação Cultural		Música	-	84 436,11 €	
Harmonyrails - Associação Cultural		Música	-	76 725,26 €	
Audivi Vocem - Associação Cultural		Música	-	75 089,84 €	
35 entidades	Tudo	Todas	-	-	Apoio a Projetos 2021 - Criação, Programação
321 entidades	Tudo	Todas	-	-	Apoio Emergência Apoio a Projetos 2021 - Criação, Programação

Entidades Apoiadas DGArtes Região Norte Artes Performativas 2022					
Entidade	Região	Área Artística	Domínio	Montante 2022	Modalidade de Apoio
Arte Total Centro de Educação pela Arte, LDA	Norte	Dança	-	49 879,68 €	Renovação Apoio Sustentado 2022
Associação Orquestra de Jazz de Matosinhos		Música	-	148 431,97 €	
Banda Nova Sinfónica Portuguesa		Música	-	123 882,04 €	
Cirac - Círculo de Recreio Arte e Cultura de Paços de Brandão		Música	-	47 139,84 €	
Comédias do Minho Ass. para a Promoção de Actividades Culturais no Vale do Minho		Teatro	-	254 470,30 €	
Companhia Instável Associação		Dança	-	99 736,51 €	
CTB - Companhia Teatro Braga, CRL		Teatro	-	294 911,99 €	
Drumming Grupo de Percussão		Música	-	71 823,77 €	
Jangada - Cooperativa Teatro Profissional, CRL		Teatro	-	151 829,83 €	
Lafontana Produções Artísticas, Unipessoal, Lda		Teatro	-	69 374,35 €	
MVAC - Mala Voadora Associação Cultural		Teatro	-	266 157,38 €	
Pé de Vento Colectivo de Animação Teatral, CRL		Teatro	-	66 725,41 €	
Peripezia Teatro CRL		Teatro	-	101 552,68 €	
Teatro Art'imagem		Teatro	-	211 696,47 €	
Teatro de Ferro Associação		Teatro	-	81 256,51 €	
Teatro de Marionetas do Porto		Teatro	-	145 588,37 €	
Teatro do Bolhão - Centro Formação e Produção, CRL		Teatro	-	232 538,37 €	
Teatro do Noroeste - Centro Dramático de Viana, CRL		Teatro	-	280 814,73 €	
Visões Úteis Associação		Teatro	-	91 207,60 €	
Academia de Música de Espinho	Norte	Música	Programação	170 112,00 €	Apoio Emergência Bial 2022
Círculo de Cultura Teatral / Teatro Experimental do Porto		Teatro	-	165 270,08 €	
CMSM - Curso de Música Silva Monteiro, LDA		Música	Programação	66 260,19 €	
Fitei - Festival Internacional de Teatro de Expressão Ibérica, CRL		Teatro	Programação	170 168,15 €	
Banda Musical de Amarante		Música	-	73 279,71 €	
Festival Internacional de Marionetas Do Porto		Teatro	Programação	80 042,96 €	
Bcn - Ballet Contemporâneo do Norte		Dança	-	74 329,53 €	
Associação Ideias Obscuras - Assédio		Teatro	-	78 924,95 €	
Kale Companhia de Dança, CRL		Dança	-	81 660,62 €	
Nome Próprio - Associação Cultural		Dança	-	125 716,10 €	
Teatro E Marionetas de Mandrágora		Teatro	-	58 950,89 €	
Associação Pro-Música Da Póvoa De Varzim		Música	Programação	140 020,35 €	
Teatro Nova Europa - Associação Cultural		Teatro	-	43 686,99 €	
Companhia de Teatro Erva Daninha		Circo Contemporâneo	-	133 970,94 €	
Pracena Cooperativa de Produções Teatrais, CRL		Teatro	-	165 274,26 €	
Teatreia Associação Cultural		Teatro	-	131 621,73 €	
A Turma - Associação Cultural		Teatro	-	82 879,17 €	
Associação Porta-Jazz		Música	Programação	74 351,74 €	
Sonoscopia Associação Cultural		Música	-	84 436,11 €	
Harmonyrails - Associação Cultural		Música	-	76 725,26 €	
Audivi Vocem - Associação Cultural		Música	-	75 089,84 €	
Pensamento Avulso, Associação de Artes Performativas		Dança	Criação e Edição	40 000,00 €	
Associação Quarteto de Cordas de Matosinhos		Música		40 000,00 €	
Pedro Alexandre Sousa e Silva		Música		40 000,00 €	
Carlos Miguel Oliveira Palma Mira Loureiro		Teatro		40 000,00 €	
Associação Cultural Ekletica		Música		30 000,00 €	
Hugo Miguel Pires Correia		Música		30 000,00 €	
Vítor Manuel Guedes de Oliveira Pinho		Música		30 000,00 €	
Bactéria Associação Cultural		Dança		20 000,00 €	
ORQUESTRA CON SPIRITO Associação Musical		Música		20 000,00 €	
Mariana Vilar Moreira Forbes Bessa		Música		20 000,00 €	
Historioscopio - Associação Cultural		Teatro		20 000,00 €	
Joana Magalhães		Teatro		20 000,00 €	
Beatriz Rodrigues Torrão de Sá Valentim		Dança		20 000,00 €	
Pluris Ensemble		Música		20 000,00 €	
Luís Filipe Castro Monteiro da Costa		Música		20 000,00 €	
PLATAFORMA UMA, CRL		Teatro		20 000,00 €	
GERAÇÃO D'UTOPIA - ASSOCIAÇÃO CULTURAL		Teatro		10 000,00 €	
SOLAOSPULOS - ASSOCIAÇÃO CULTURAL		Música		10 000,00 €	

Norte	Cláudia Cristina Dourado Eusébio Sampaio da Nóvoa	Circo	10 000,00 €	Apoio a Projetos 2021 (entregues em 2022) – Criação e Edição, Programação
	Musgo - Associação Cultural	Teatro	10 000,00 €	
	TRAVA-LÍNGUAS, LDA	Teatro	10 000,00 €	
	Músico / Ana Patricia Mendes Relvas	Música	10 000,00 €	
	Bruno Filipe Cunha Martins de Sousa Monteiro	Música	10 000,00 €	
	Mafalda Alves Banquart Leitão	Teatro	10 000,00 €	
	Sofia Faria Fernandes	Música	10 000,00 €	
	Pedro Emanuel da Silva Pereira	Música	10 000,00 €	
	Partículas Elementares	Teatro	10 000,00 €	
	Merceria das Artes Associação Cultural	Música	10 000,00 €	
	André Pires Unipessoal, Lda	Música	10 000,00 €	
	AUAUFEIOMAU - Cooperativa Cultural CRL	Música	40 000,00 €	
	ARS LUMINAE, LDA	Música	40 000,00 €	
	Zigur - Associação Cultural	Música	25 000,00 €	
	Fundação Conservatório Regional de Gaia	Música	25 000,00 €	
	Produções Ruidosas	Música	25 000,00 €	
	OPIUM Lda	Música	15 000,00 €	
	Associação Musical ASING	Música	15 000,00 €	
	Matilde Teixeira Loureiro	Música	15 000,00 €	
	Associação Cultural Rock'n'Cave	Música	15 000,00 €	
Galeria da Arte Urbana - Associação Cultural Social e Lúdica - GAUACSL	Artes de Rua	15 000,00 €		
Jorge Alexandre Barbosa Dias	Música	15 000,00 €		

Entidades Apoiadas DGArtes Região Norte Artes Performativas 2023					
Entidade	Região	Área Artística	Domínio	Montante 2011	Modalidade de Apoio
Sonoscopia Associação Cultural	Norte	Música	Criação	120 000,00 €	Apoio Sustentado Quadrienal 2023 - 2026
Companhia de Música Teatral		Música		120 000,00 €	
Banda Nova Sinfónica Portuguesa		Música		400 000,00 €	
Associação Orquestra de Jazz de Matosinhos		Música		30 000,00 €	
Lafontana Produções Artísticas, Unipessoal, LDA		Teatro		120 000,00 €	
MVAC - Mala Voadora Associação Cultural		Teatro		400 000,00 €	
Visões Úteis Associação		Teatro		120 000,00 €	
Círculo de Cultura Teatral / Teatro Experimental do Porto		Teatro		240 000,00 €	
Teatro Art'imagem		Teatro		300 000,00 €	
Teatro do Bolhão - Centro Formação e Produção, CRL		Teatro		400 000,00 €	
Teatro de Ferro Associação		Teatro		180 000,00 €	
Teatro de Marionetas do Porto		Teatro		180 000,00 €	
Pracena Cooperativa de Produções Teatrais, CRL		Teatro		180 000,00 €	
Teatro Nova Europa - Associação Cultural		Teatro		120 000,00 €	
Peripécia Teatro CRL		Teatro		240 000,00 €	
Teatreia Associação Cultural		Teatro		120 000,00 €	
CTB - Companhia Teatro Braga, CRL		Teatro		400 000,00 €	
Nome Próprio - Associação Cultural		Dança		180 000,00 €	
Companhia Instável Associação		Dança		180 000,00 €	
Arte Total Centro de Educação pela Arte, LDA		Dança		180 000,00 €	
Teatro do Noroeste - Centro Dramático de Viana, CRL		Teatro		400 000,00 €	
Companhia de Teatro Erva Daninha		Circo	Programação	180 000,00 €	
Associação Pro-Música Da Póvoa De Varzim		Música		180 000,00 €	
Academia de Música de Espinho		Música		300 000,00 €	
Festival Internacional de Marionetas Do Porto		Teatro		180 000,00 €	
Cirac - Círculo de Recreio Arte e Cultura de Paços de Brandão		Música		120 000,00 €	
CMSM - Curso de Música Silva Monteiro, LDA		Música		120 000,00 €	
Escalapúrpura - Associação Cultural	Norte	Música	Criação	180 000,00 €	Apoio Sustentado Bial 2023 - 2024
Banda Musical de Loivos		Música		60 000,00 €	
Orquestra da Costa Atlântica - Associação de Música e Cultura		Música		180 000,00 €	
Associação OFP - Orquestra Filarmonica Portuguesa		Música		240 000,00 €	
Harmonyrails - Associação Cultural		Ópera		240 000,00 €	
Estrutura Associação Cultural		Teatro		120 000,00 €	
Teatro E Marionetas de Mandrágora		Teatro		120 000,00 €	
A Turma - Associação Cultural		Teatro		180 000,00 €	
Krisálida - Associação Cultural do Alto Minho		Teatro		180 000,00 €	
Associação Ideias Obscuras - Assédio		Teatro		120 000,00 €	
Teatro da Palmilha Dentada		Teatro		120 000,00 €	
Nuisis Zobop - Associação Cultural de Criação, Investigação e Formação no Domínio das Artes Performativas		Dança		120 000,00 €	
INAC - Instituto Nacional de Artes do Circo		Circo		240 000,00 €	
Nuvem Voadora Associação Cultural		Circo		60 000,00 €	
Fitei - Festival Internacional de Teatro de Expressão Ibérica, CRL		Teatro	Programação	240 000,00 €	
Associação Porta-Jazz		Música		120 000,00 €	
Associação Musical Sinfonieta de Braga		Música		120 000,00 €	
Relevo Residual - Associação de Artes Performativas		Dança		60 000,00 €	
Associação Quarteto de Cordas de Matosinhos		Música		55 000,00 €	
Associação Bonne Corde		Música		55 000,00 €	
Associação Cultural Companhia Clara Andermatt		Circo		55 000,00 €	
Audivi Vocem - Associação Cultural		Música		55 000,00 €	
Drumming Grupo de Percussão		Música		45 000,00 €	
Casa Conveniente - Produção de Eventos Culturais, LDA		Teatro		45 000,00 €	
Astro Fingido, Associação Cultural		Teatro		45 000,00 €	
João Moreira		Música		45 000,00 €	
Varazim Teatro - Associação Cultural e Juvenil		Teatro		45 000,00 €	
Kale Cooperativa Cultural, CRL		Dança		35 000,00 €	
Aurum et Purpura - Núcleo de Criação Artístico		Ópera		35 000,00 €	
Eixo do Jazz-Associação Luso-Galaica para a Promoção do Jazz		Música		35 000,00 €	
Jangada - Cooperativa de Teatro Profissional, CRL		Teatro		35 000,00 €	

João Francisco Batista Távora	Norte	Música	Criação	25 000,00 €	Apoio a Projetos 2022 (dados em 2023) – Criação, Programação
Ritual de Domingo - Associação Artística		Teatro		25 000,00 €	
Kale Cooperativa Cultural, CRL		Dança		25 000,00 €	
Medida Anónima - Núcleo		Teatro		25 000,00 €	
Nuno Miguel Correia Mimoso		Música		25 000,00 €	
Molécula Fértil - Associação Cultural		Dança		25 000,00 €	
Fértil - Associação Cultural		Teatro		25 000,00 €	
Alexandre Alberto Silva Andrade		Música		25 000,00 €	
Cenáculo - Associação Cultural e Artística		Música		25 000,00 €	
Associação Coro Lira		Ópera		25 000,00 €	
Bruno Filipe Cunha Martins de Sousa Monteiro		Música		25 000,00 €	
Associação Conservatório de Música de Felgueiras		Música		15 000,00 €	
Pedro Emanuel da Silva Pereira		Música		15 000,00 €	
Margarida Loução de Sousa Ramos Montený		Circo		15 000,00 €	
Vítor Castro		Música		15 000,00 €	
Sofia Faria Fernandes		Música		15 000,00 €	
Sofia Faria Fernandes		Música		15 000,00 €	
Helena Isabel Cardoso Sarmento de Almeida		Música		15 000,00 €	
Banda Musical de Amarante		Música		15 000,00 €	
Silent Party - Associação Artística		Teatro		15 000,00 €	
Colectivo Espaço Invisível [ajuste clássico, ass]		Teatro		15 000,00 €	
Tomás Seruca Bravo		Teatro		15 000,00 €	
Trema Associação Cultural		Teatro		15 000,00 €	
Varazim Teatro - Associação Cultural e Juvenil		Teatro	Programação	55 000,00 €	
Teatro da Didascália, CRL		Circo		45 000,00 €	
Through Universe Associação		Música		35 000,00 €	
Associação Cultural Rock'n'Cave		Música		35 000,00 €	
Jangada - Cooperativa de Teatro Profissional, CRL		Teatro		35 000,00 €	
Quadrantinfinito Associação		Música		25 000,00 €	
Associação Conservatório de Música de Felgueiras		Música		25 000,00 €	
Cadenza, Cooperativa Cultural de Responsabilidade Limitada CRL		Música		15 000,00 €	
Associação - Academia Clave de Basto		Música		15 000,00 €	
Fértil - Associação Cultural		Teatro		15 000,00 €	
Kale Companhia de Dança, CRL		Dança		15 000,00 €	
APLIED - Associação Portuguesa de Lied		Música		15 000,00 €	
Associação Musical ASING		Música		15 000,00 €	

B – Entidades Apoiadas: Total VS Zona Norte, Artes Performativas

		*em todo o país, a todas as áreas artísticas, domínios de Criação e Programação		Domínios de Atividade		
Ano	Tipo de Apoio	Total de Entidades Beneficiárias (*)	Entidades Beneficiárias na Zona Norte, das Artes Performativas	Criação	Programação	
2009 - 2012	Apoio Direto Quadrienal	75	16	-	-	
2013 - 2016	Apoio Direto Quadrienal	58	17	-	-	10 mantiveram, 6 vieram do Bienal 2011-2012
2018 - 2021	Apoio Sustentado Quadrienal	84	19	-	-	10 mantiveram, 1 veio do Bienal 2015-2016
2023 - 2026	Apoio Sustentado Quadrienal	135	27	21	6	16 mantiveram, 11 vieram do Bienal 2020-2021
2011 - 2012	Apoio Direto Bienal	65	13	-	-	
2013 - 2014	Apoio Direto Bienal	43	10	-	-	5 mantiveram Bienal anterior
2015 - 2016	Apoio Direto Bienal	28	4	-	-	3 mantiveram Bienal anterior
2018 - 2019	Apoio Sustentado Bienal	101	23	-	-	3 mantiveram Bienal anterior
2020 - 2021	Apoio Sustentado Bienal	102	21	15	6	19 mantiveram Bienal anterior
2023 - 2024	Apoio Sustentado Bienal	79	18	14	4	6 mantiveram Bienal anterior
2011	Apoio Direto Anual	38	8	-	-	
2011	Apoio Direto Pontual	68	6	-	-	
2013	Apoio Direto Anual	13	4	-	-	
2013	Apoio Direto Pontual	45	8	-	-	
2014	Apoio Direto Pontual	45	6	-	-	
2015	Apoio Direto Anual	29	10	-	-	
2015	Apoio Direto Pontual	50	7	-	-	
2016	Apoio Direto Pontual	50	5	3	2	primeiro ano com divisão em domínios
2017	Apoio Direto Pontual	55	9	7	2	
2018	Apoio a Projetos	49	6	4	2	
2019	Apoio a Projetos	65	11	7	4	
2020	Apoio a Projetos	147	20	14	6	
2021	Apoio a Projetos	35	-			
2022	Apoio a Projetos	290	40	29	11	
2023	Apoio a Projetos	260	49	36	13	
2017	Reforço do Apoio Quadrienal 2013 - 2016	56	17	-	-	
2017	Reforço do Apoio Bienal 2015 - 2016	24	2	-	-	
2017	Apoio Extraordinário 2016 - 2017	18	4	-	-	
2021	Apoio Extraordinário Covid-19	321	-	-	-	
2022	Apoio de Emergência Quadrienais 2018 - 2021	82	19	-	-	
2022	Apoio de Emergência Bienais 2020 - 2021	172	-	-	-	bienais 2020 - 2021 + 70 outras que tinham ficado de fora

C – Distribuição dos Apoios por NUTS II

Distribuição por NUTS III - Apoios Sustentados 2011 - 2023										
Ano	Tipo de Apoio	Entidades Beneficiárias na Zona Norte, das Artes Performativas	NUTS III							
			AMP	Alto Minho	Cávado	Ave	Tâmega e Sousa	Alto Tâmega	Douro	Terras de Trás-os-Montes
2009 - 2012	Apoio Direto Quadrienal	16	13	1 (Viana)	1 (Braga)	-	-	-	1 (Vila Real)	-
2013 - 2016	Apoio Direto Quadrienal	17	15	-	1 (Braga)	-	1 (Lousada)	-	-	-
2018 - 2021	Apoio Sustentado Quadrienal	19	13	2 (P. Coura e Viana)	2 (Braga)	-	1 (Lousada)	-	1 (Vila Real)	-
2023 - 2026	Apoio Sustentado Quadrienal	27	23	1 (Viana)	2 (Braga)	-	-	-	1 (Vila Real)	-
2011 - 2012	Apoio Direto Bienal	13	9	1 (P. Coura)	2 (Braga)	-	1 (Lousada)	-	-	-
2013 - 2014	Apoio Direto Bienal	10	8	-	1 (Braga)	-	-	-	-	1 (Macedo Cavaleiros)
2015 - 2016	Apoio Direto Bienal	4	3	-	1 (Braga)	-	-	-	-	-
2018 - 2019	Apoio Sustentado Bienal	23	18	-	-	3 (Famalicão e Guimarães)	-	-	2 (Vila Real)	-
2020 - 2021	Apoio Sustentado Bienal	21	21	-	-	-	-	-	-	-
2023 - 2024	Apoio Sustentado Bienal	18	13	1 (Caminha)	2 (Braga e Esposende)	1 (Famalicão)	-	1 (Chaves)	-	-
2017	Reforço do Apoio Quadrienal 2013 - 2016	17	15	-	1 (Braga)	-	1 (Lousada)	-	-	-
2017	Reforço do Apoio Bienal 2015 - 2016	2	2	-	-	-	-	-	-	-
2017	Apoio Extraordinário 2016 - 2017	4	3	-	-	-	-	-	1 (Vila Real)	-
2021	Apoio Extraordinário Covid-19	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2022	Apoio de Emergência Quadrienais 2018 - 2021	19	13	2 (P. Coura e Viana)	2 (Braga)	-	1 (Lousada)	-	1 (Vila Real)	-
2022	Apoio de Emergência Bienais 2020 - 2021	-	-	-	-	-	-	-	-	-